

**M**

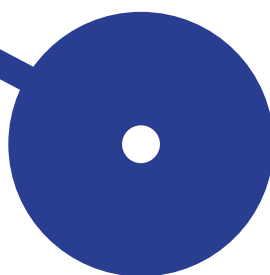
MESTRADO

EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL - ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
COMUNITÁRIO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS

# RESistências: Inverter os Desenraizamentos a partir de uma Residência Universitária

Eduardo Couto

07/2025



Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Eduardo Gabriel Baptista Couto

# **RESistências: Inverter os Desenraizamentos a partir de uma Residência Universitária**

Relatório de Projeto

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL - ESPECIALIZAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS**

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Doutora Isabel Timóteo

Porto, julho de 2025

## **Dedicatória**

A todos os estudantes que não tiveram acesso a uma vaga no Ensino Superior devido à profunda crise de habitação pela qual o país atravessa.

A todos aqueles que devido à gentrificação e aumento do custo da habitação tiveram que abandonar as suas casas no centro da cidade do Porto.

À Susana que foi despejada da sua casa.

# AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais Manuel Couto e Alzira Baptista, cujo esforço e sacrifício foram fundamentais para que eu pudesse ingressar ao Ensino Superior. Lutaram, muitas vezes em silêncio, para que o seu filho tivesse oportunidades que a vida não lhes ofereceu, abrindo caminho para que o meu destino não fosse limitado pelas suas condições de classe.

Aos meus colegas desta Residência Universitária, que caminharam lado a lado comigo durante tanto tempo – alguns por longos 5 anos –, o meu mais sincero agradecimento. Nesta que se tornou a minha casa, aprendi com cada um – nas conversas partilhadas até tarde, nas pequenas rotinas do dia a dia, nos momentos bons e nos menos bons. Às técnicas e trabalhadoras do Serviços de Ação Social, que se tornaram verdadeiras amigas para a vida.

Aos docentes e colegas da Escola Superior de Educação com quem desenvolvi a minha consciência relativa às demais formas atuação social e de reflexão de carácter prático enquanto Educador Social, com um especial carinho pela docente Isabel Timóteo: com foco no seu carácter de perseverança e determinação.

Aos meus camaradas Moisés Ferreira, Tiago Paiva, Eva Braga, Luís Monteiro e Ana Isabel Silva, que foram verdadeiros faróis. Acreditaram em mim numa fase prévia à minha vida académica e mostraram-me que era possível, que as barreiras imaginárias de quem podia se conformar à saída do ensino obrigatório não se coadunam com a vontade incessante de mudar o mundo. Foram um catalisador de energias – e por isso, este passo no meu percurso também lhes pertence, é uma honra que assim o seja.

Ao meu namorado, João Vinhas Ferreira, que, apesar de não ser da área da intervenção no domínio do social, possui uma consciência e sensibilidade importantes neste meu percurso. Foi – e é – uma verdadeira referência de tranquilidade, especialmente nesta reta final, quando o cansaço se misturava com a dúvida e o tempo parecia escasso. Transmitiu-me serenidade nos momentos de maior turbulência, escuta nos momentos de inquietação, e foco em cada detalhe.

À equipa técnica da Casa da Rua da Santa Casa da Misericórdia do Porto, os meus colegas de trabalho Alfredo Costa e Joana Botelho, que são um suporte diário e fonte de inspiração para o trabalho social no domínio da reivindicação por mais respostas habitacionais para os mais desprotegidos da sociedade.

A todos os meus amigos e camaradas que me acompanharam, aconselharam e me motivaram nesta longa jornada que tanto me orgulho de ter traçado.

## RESUMO ANALÍTICO

O presente Projeto em Educação Social foi desenvolvido numa residência universitária pública, situada no centro da cidade do Porto. Este espaço é habitado e vivido por mim próprio, que assumo simultaneamente os papéis de residente e de investigador. Este facto, desafiante e enriquecedor, exigiu uma reflexão e vigilância quanto aos pressupostos e procedimentos, sobre os quais daremos conta ao longo do relatório nos seguintes capítulos. O projeto parte, essencialmente, da real necessidade de contrariar a fragmentação das relações interpessoais e o que se pode considerar por sensação de anonimato, que progressivamente se instalou entre aqueles que residem neste espaço. Este contexto é, ainda, particularmente marcado por processos de gentrificação, neoliberalização das políticas sociais e uma crescente desresponsabilização institucional.

Por via de uma abordagem metodológica crítica, sustentada na Investigação-Ação Participativa, e com base nos demais princípios da escuta ativa, da horizontalidade e da coautoria, foram promovidas diversas ações que procuram reforçar e fortalecer os laços comunitários. Urge, também por via do presente projeto, reforçar o sentimento de pertença e ainda a apropriação coletiva dos espaços comuns e comunitários envolventes. O projeto revelou-se, assim, um exercício de resistência simbólica e afetiva, claramente mais centrado nos processos do que nos resultados imediatos, onde a convivência diária ganhou centralidade no presente projeto. Apesar de desafios (como a ausência de envolvimento mais robusto e o ritmo/motivação desigual de participação entre os residentes), o projeto produziu impactos mensuráveis, seja por via da revalorização dos vínculos, pela abertura à discussão coletiva, assim como o desejo de continuidade, ou então, a emergência de propostas concretas de reestruturação de formas de estar e atuar. O projeto afirma-se, assim, como uma prática enraizada, ética e transformadora, que não pretende indicar caminhos pré-feitos a ninguém, mas criar tempo e espaço para que os sujeitos se reconheçam como verdadeiros agentes de mudança.

**Palavras-chave:** Residência Universitária; Laços; Gentrificação; Resistência; Comunidade.

## ABSTRACT

This Social Education Project was carried out in a public university residence in the center of Porto. This space is inhabited and lived in by myself, who takes on the roles of resident and researcher at the same time. This challenging and enriching fact called for reflection and vigilance in terms of assumptions and procedures, which we'll talk about in the following chapters of the report. The project is essentially based on the real need to counteract the fragmentation of interpersonal relationships and what can be considered a sense of anonymity, which has progressively taken hold among those who live in this space. This context is also particularly marked by processes of gentrification, neoliberalization of social policies and a growing lack of institutional responsibility.

Through a critical methodological approach, based on Participatory Action Research, and on the other principles of active listening, horizontality and co-authorship, various actions have been promoted which seek to reinforce and strengthen community ties. Through this project, it is also important to strengthen the sense of belonging and the collective appropriation of the surrounding common and community spaces. The project has thus proved to be an exercise in symbolic and emotional resistance, clearly more focused on processes than on immediate results, where daily coexistence has taken center stage in this project. Despite challenges (such as the lack of more robust involvement and the unequal pace/motivation of participation among residents), the project has produced measurable impacts, whether through the reevaluation of bonds, the openness to collective discussion, as well as the desire for continuity, or the emergence of concrete proposals for restructuring ways of being and acting. The project thus asserts itself as a rooted, ethical and transformative practice, which does not intend to show anyone pre-made paths, but rather to create time and space for subjects to recognize themselves as true agents of change.

**Keywords:** University Residence; Bonds; Gentrification; Resistance; Community.

## **LISTA DE SIGLAS**

SAS – Serviços de Ação Social

IES – Instituição de Ensino Superior

RU – Residência(s) Universitária(s)

PES – Projeto em Educação Social

IAP – Investigação-Ação Participativa

ES – Educação Social

RE – Relatório de Estágio

RESI – Nome vinculado pelos atores sociais ao termo “Residência Universitária”

# PREÂMBULO

Neste ano letivo de 2024–2025, a sala de estar da residência está demasiado limpa. Tudo muito bem organizado. Os sofás estão alinhados, as mesas a brilhar, não há um grão de arroz junto às cadeiras. Se em anos anteriores existiam garrafas de refrigerantes vazias no chão e beatas à porta, neste ano a residência é composta de “meninos muito bem-comportados e alinhadinhos”. Elogios diversos caem de todos os lados: ora feitos pela senhora responsável pela limpeza, ora pelos SAS. Os estudantes da residência mudaram, agora são “muito mais responsáveis”. “Não há barulho à noite, nem se ouve a televisão. A manta que está na mesinha ao pé do sofá da sala está perfeitamente dobrada.” Tudo corre bem, este ano a residência está incrível. Mas será que está mesmo?

Este preâmbulo é provavelmente o início da reflexão que me levou a eleger o local onde atualmente vivo – uma Residência Universitária (RU) de uma Instituição de Ensino Superior (IES) – como um local ideal para ver florescer aqueles que são os conhecimentos adquiridos e em constante atualização enquanto Educador Social (ES).

Sou residente da RESI (nome pelo qual os residentes carinhosamente tratam esta RU) há cerca de 5 anos. Comecei aqui a minha licenciatura e o presente trabalho é parte integrante do fim do meu mestrado. Estas paredes que me rodeiam fazem parte de todo o meu processo académico. Nesta RU, estudei, dormi, comi, desde o pequeno-almoço ao jantar, dancei, festejei aniversários, chorei fins de relacionamentos, discuti gostos musicais, reclamei pela água fria no inverno e pelo calor da cozinha no verão. Mas também, e mais importante que tudo o que referi até agora, criei laços profundos, senti-me representado por pessoas em condições sociais, económicas e académicas semelhantes (ou não) às minhas.

Pela riqueza do vínculo que tenho com esta residência, e essencialmente, com os estudantes que aqui vivem e que por aqui passaram, pelas transformações atuais que vivemos e que reclamam uma olhar atento e uma ação educativa comprometida, considere relevante a vários níveis ousar potenciar/desenvolver um Projeto em Educação Social (PES) nesta residência.

# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	I
RESUMO ANALÍTICO .....	III
ABSTRACT .....	IV
LISTA DE SIGLAS.....	V
PREÂMBULO.....	VI
1. INTRODUÇÃO .....	1
2. METODOLOGIA – RESISTÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO.....	3
2.1. COMO CONHECER PARA INTERVIR?.....	8
2.2. LAZER E INFORMALIDADE: METODOLOGIA DO REAL .....	9
3. PERTENÇAS: INTERAÇÕES E LAÇOS SOCIAIS .....	12
4. RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS .....	14
4.1. INTERVENÇÃO SOCIAL EM RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS.....	16
5. A RU NO CENTRO DO PORTO: VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS NUM CONTEXTO GENTRIFICADO .....	18
6. A VIDA NA RESIDÊNCIA: APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS, VIVÊNCIAS E SENTIDOS .....	25
7. OS RESIDENTES E/NOS CONTEXTOS.....	34
8. SÃO JOÃO: O PORTO ≠ OPORTO, A CIDADE QUE NOS PERTENCE.....	43
9. DONA MARIA – UMA DE NÓS .....	46
10. ONDE ESTAMOS? PARA ONDE VAMOS?.....	50
11. DESENHO E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO.....	54
11.1. PARA QUÊ? .....	55
11.2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS .....	56
11.3. DESENVOLVIMENTO, AÇÕES E ESTRATÉGIAS.....	57
11.4. A PARTICIPAÇÃO COMO PILAR E CONSCIÊNCIA COLETIVA.....	59
11.5. AÇÃO I – JANTARES COMO PONTE PARA TUDO .....	62

11.6.	AÇÃO II – COMISSÃO (DE FACTO) DE RESIDENTES .....	64
11.7.	AÇÃO III – O SÃO JOÃO É NOSSO!.....	67
11.8.	DONA MARIA, A RAINHA DA RESI.....	72
12.	AVALIAÇÃO.....	75
	CONCLUSÃO.....	79
	REFERÊNCIAS.....	82
	APÊNDICES.....	88
	ANEXOS .....	120

# 1. INTRODUÇÃO

O presente documento é redigido no âmbito da Unidade Curricular de Projeto do segundo ano do Mestrado em Educação e Intervenção Social, com especialização em Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos, lecionado na Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. É um percurso de construção reflexiva, alicerçado nos princípios que pautam a atuação da Educação Social, desenvolvido numa Residência Universitária (RU).

Resido nesta RU há cerca de cinco anos, tendo por isso a assunção simultaneamente de um papel de residente e de investigador crítico da realidade. Este duplo papel leva a que se proporcione uma deambulação mais significativa naquela que é a realidade concreta da RU, bem como uma pertinência de salvaguardar que existem domínios reflexivos da simbiose entre estas duas realidades que serão abordadas ao longo dos demais capítulos.

Identificou-se, ao longo de todo o Projeto em Educação Social (PES), e também por via da Análise da Realidade deste contexto, que há desafios no domínio da convivência e dos laços pouco significativos entre atores sociais. Denota-se uma certa fragmentação de vínculos que está acompanhada por um sentimento de isolamento e anonimato entre aqueles que residem neste local. Os fatores que agravam estas questões são o facto de existir uma clara rotatividade estudantil, falta de identificação e toma do espaço como seu e os efeitos da gentrificação do centro histórico da RU. Foi neste contexto, rico de vontade (mais ou menos expressa) em reforçar o espírito comunitário, que se procurou delinear uma proposta de intervenção que tenha por base a Investigação-Ação Participativa (IAP), garantindo que os atores sociais são, de facto, protagonistas da transformação social.

O relatório está estruturado numa lógica e continuidade e complementaridade que une diversas partes. Numa primeira parte, apresenta-se aquele que é o enquadramento metodológico que será um farol para toda a intervenção, tendo como seu pilar o Paradigma Sócio-crítico. É ainda apresentada a caracterização e análise crítica do contexto de intervenção e o respetivo meio envolve – tendo nela contida um debruçar acerca das condições e interpretações de pertença, assim como uma análise a transformação e processo de

gentrificação da cidade – que conduz a uma exclusão habitacional e a vínculos comunitários frágeis.

Segue-se, então, a apresentação dos demais atores sociais envolvidos neste PES – os seus anseios, ambições e respetivos contextos de como – e com que profundidade – estão ligados a esta RU. Decorrente de todos os fatores acima mencionados, com especial enfoque na Análise da Realidade deste contexto, foi desenhado uma proposta de desenvolvimento de projeto que engloba o que a motiva, assim como os seus objetivos gerais e específicos. Procura-se, dessa forma, aliar os princípios teóricos com as diversas ações práticas, devidamente delineadas, por via da participação dos diversos atores sociais. O projeto visa ser um processo horizontal, ancorado no diálogo e coautoria.

Na parte final, mais do que somente medir resultados, procura-se avaliar o impacto do presente PES no quotidiano destes atores sociais. Procura-se, desta forma, refletir sobre os efeitos desta intervenção e da tomada de consciência de todo o processo por via das evidências do reforço de sentimento de pertença e dos laços que foram criados, entre outros fatores. São ainda abordados alguns dos desafios enfrentados, assim como as diversas resistências e as aprendizagens/perspetivas futuras, com base de uma perspetiva de continuidade daqueles que foram os passos iniciados.

## 2. METODOLOGIA – RESISTÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

A Educação Social, dentro do ramo das Ciências Sociais, procura responder à constante mutação da sociedade, contrariando e combatendo as desigualdades e injustiças sociais. Procura-se alcançar estes fins através da construção de projetos sociais e educativos emancipatórios e transformadores, o mais participados possíveis, que garantam que os atores sociais e as comunidades são protagonistas na análise da sua realidade e na intervenção sobre os fenómenos sociais (Carvalho & Batista, 2004). A intervenção tradicional, como a conhecemos, aliada a projetos meramente assistencialistas e reguladores, são dessa forma evitados nestes processos.

Neste momento histórico em que os Estados democráticos caminham para um processo de neoliberalização que reduz a atuação dos trabalhadores do ramo social a uma cosmética assistencialista, como refere Queiroz (2023), urge que se ergam e resistam meios de atuação emancipadores dos grupos e das populações. Este ato de resistência é uma salvaguarda para uma atuação condizente com a *praxis* de um Educador Social.

Autores como Gadotti (2012) referem que a ES, enquanto ramificação das Ciências Sociais, se apresenta em contracorrente com as tendências individualistas e neoliberais das dinâmicas sociais atuais. Autores como Di Giorgi, Militão e Assis Pontes (2020) referem que Freire considerava que a educação é um ato político. Para Freire, a educação deve ser capaz de combater ativamente injustiças sociais, assim como promover o protagonismo (e centralidade) dos sujeitos na construção de uma sociedade realmente democrática e inclusiva. Esta postura acarreta com ela uma rotura com modelos, ainda que à primeira vista não pareçam, autoritários – dessa forma é valorizado o diálogo como princípio ético-político e a reflexão crítica como condição para a libertação dos indivíduos.

As práticas conservadoras tendem a reforçar valores de intervenção social baseados na hierarquia e disciplina, sem questionar as desigualdades sociais associadas a formas de controlo

da intervenção (Di Giorgi, Militão e Assis Pontes, 2020). Em contraste, a *praxis* defendida por Freire procura uma visão pedagógica baseada na horizontalidade.

A metodologia proposta por Freire, segundo Fernandes (1998), acredita na necessidade de transformar profundamente as estruturas sociais e promover a conscientização de quem participa em processos educativos. Essa abordagem é também pertinente tendo em conta contextos de RU, onde os residentes podem ser incentivados a refletir criticamente sobre suas realidades e a atuar como agentes de mudança dentro e fora da comunidade onde estão inseridos. A prática pedagógica de Freire valoriza o diálogo como ferramenta essencial para construir conhecimento coletivo e promover a emancipação social. Freire destaca a necessidade dos atores sociais estarem vinculados a uma ação transformadora (Fernandes, 1998), permitindo que os participantes do PES não sejam meros “compreendedores” das questões que afetam as suas vidas, mas também desenvolvam estratégias concretas para enfrentá-las.

A intencionalidade que existe neste modo de ver a Educação Social, traduzida nos valores e nos compromissos que assume e no modo de agir, permite afirmar que não existe neutralidade na intervenção social, tal como não existe dentro de qualquer interação humana: “impossível neutralidade que não é outra coisa senão a maneira manhosa com se procura esconder a opção”, como afirma Freire (1997, op. cit. Viegas Fernandes, 1998, p. 142). Também Rosa (2014) resgata o papel determinante que Paulo Freire teve no questionamento da alegada neutralidade na atuação social, que não passa de uma mera falácia.

Os Educadores Sociais devem estar conscientes que na sua atuação e nas interações quotidianas com as demais pessoas que o rodeiam, há intencionalidade, há referências teórico-metodológicas e ideológicas que norteiam a reflexão e a ação coletiva. A consciência da não neutralidade garante que há um sentido consciente da intervenção que, no nosso caso, afirma-se lado a lado com o compromisso de transformação da sociedade, e de combate às demais injustiças que nela existem. As reconfigurações sociais são dessa forma construídas através da intencionalidade, asseguradas por uma pluralidade de estratégias que visam transformar a sociedade, de forma que os Educadores Sociais sejam verdadeiros facilitadores dos processos sociais (Timóteo & Bertão, 2012; Veiga, 2009).

O Paradigma Socio-Crítico estrutura-se como base essencial da Educação Social e também deste PES, sendo um ponto de partida para a compreensão da intervenção. Este paradigma fundamenta-se na transformação social e na *praxis*, contribuindo para a formação humana e promovendo um pensamento crítico que questiona as estruturas sociais existentes (Sagredo e Jara-Coatt, 2018). A investigação, quando ancorada neste paradigma, deixa de ser apenas um acúmulo de dados e passa a ser um processo dinâmico e participativo, com intencionalidade e participação efetiva dos sujeitos na construção do conhecimento e com fins de transformação social.

A investigação deve ainda garantir uma descoberta co-construída sem contemplar na mesma olhares ortodoxos, fechados e estreitos. A investigação deve garantir que é feita, ainda que em diferentes formas, por todos os que nela participam – para isso é preciso um estudo do contexto flexível que traga novos olhares da realidade onde estamos inseridos, incluindo necessariamente os olhares de quem vive essa realidade (Timóteo & Bertão, 2012).

Ser um investigador crítico de uma realidade, fazendo parte da mesma – até pelo facto de nela residir – poderá enviesar o processo de interpretação da mesma, caso nele apenas prevaleçam as minhas próprias percepções – o que reforça ainda mais a necessidade de valorizar os entendimentos e pensamentos dos demais. A pesquisa qualitativa é necessariamente subjetiva e por isso naturalmente contrária a uma visão meramente “convencional”, como refere Lima (2003). Tenta-se neste processo que seja sobretudo intersubjetiva.

Urge ainda realçar que o projeto nesta RU não é feito apenas e somente pelos residentes. A Educação Social é composta de uma visão muito mais abrangente e envolvente pelo que todos os atores sociais são tidos em conta, pois são parte integrante delas (Monteiro, 2019; Timóteo & Bertão, 2012; Veiga 2009). Neste contexto, os atores sociais podem ser os mais diversos: a senhora da limpeza, as técnicas do SAS, os amigos dos residentes, o comerciante do outro lado da rua, etc.

Os educadores sociais, através da IAP, devem garantir que os projetos nos quais participam garantem que as individualidades de cada ator social são salvaguardadas (Veiga, 2009). A opinião, a crença de cada residente, dessa forma deve ser tida em conta da forma mais

igualitária possível. O seu modo de vida, as suas aspirações, as suas necessidades devem ser tidas igualmente em conta.

Os caminhos já trilhados enquanto residente desta RU são pilares essenciais de uma atuação que necessita de relações pessoais para que seja de facto evidente para todos. Por isso mesmo, estes trilhos de enraizamento que antecedem a presente Análise da Realidade poderão ser um fator determinante para melhor me debruçar teoricamente acerca do local onde estou inserido e principalmente das perceções, anseios e dinâmicas dos meus semelhantes, que tratarei por motivos de escrita como residentes – nos quais me incluo.

As narrativas dos residentes são por isso primordiais neste processo, pelo que o exercício de conseguir deambular nas suas perceções e acima de tudo fazer com que a minha perceção enquanto residente não prevaleça ou pelo menos não tenha mais valor ou significado empírico perante os participantes, é um desafio metodológico a ter em consideração durante todo este processo. Cembranos, Montesinhos & Bustelo (1988) também realçam a importância dos sujeitos (que neste contexto são os residentes e os que a eles estão associados) terem uma participação ativa no processo, em consciência real de modo a serem investigadores da sua própria realidade.

A participação (e a sua valorização) é um pilar estruturante da intervenção em Educação Social, especialmente quando inserida em contextos comunitários como o de uma RU. A abordagem que valoriza a dimensão participativa (efetiva) visa romper com modelos tradicionais e assistencialistas de intervenção social, propondo uma atuação horizontal e transformadora, que reconhece os sujeitos como agentes ativos na construção da sua realidade. Segundo Freire (1997), a participação crítica dos sujeitos é condição essencial para que atuação social no desenvolvimento cumpra um papel emancipador. Para o autor, a educação deve ser um ato político, fundamentado no diálogo, na reflexão crítica e na ação coletiva transformadora, e não uma prática castradora das vontades coletivas.

A práxis de uma Investigação-Ação Participativa (IAP) em Educação Social, representa a aliança entre a investigação e a ação (Lima, 2003). Esta metodologia dá um novo significado a uma interação constante e mútua entre teoria e prática, valorizando de forma efetiva o

pensamento crítico. Através desta aliança e essencialmente desta simbiose, pretende-se um conhecimento que levará ao desenvolvimento, à mudança e por consequência a uma transformação social efetiva. A participação, deste ponto de vista, é fundamental encarar as interações sociais. Por via dos meios metodológicos da IAP reconhece-se os participantes como pessoas com valor e potencialidades para contribuir na construção da realidade e do conhecimento. Esta abordagem procura incentivar a colaboração ativa de todos os envolvidos, desde a definição dos objetivos até à conclusão do projeto.

Na perspetiva metodológica da IAP, conforme argumenta Lima (2003), a participação é mais do que um mero e simples instrumento: é sim um princípio ético e político que visa a corresponsabilização dos envolvidos em todas as fases do processo – desde a identificação das demais problemáticas até à construção coletiva de soluções. Trata-se de uma forma de garantir que a investigação e a ação não são feitas sobre os sujeitos, mas com eles.

O papel que um Educador Social pode assumir num contexto como esta RU não pode ser um papel determinista ou de definição restrita da convivência na residência. Antagonicamente a esta perspetiva, deve ser um facilitador de um processo onde os próprios residentes sejam os interessados em participar no processo de socialização e de aprimorar de laços que por sua vez são redes ricas de apoio e de emancipação (Castañeda, 2022).

Lima (2003) alerta para a necessidade de garantir princípios fulcrais do paradigma Sócio-Crítico e, por conseguinte, da metodologia IAP. O primeiro é a análise metodológica do contexto em coerência com os pressupostos do paradigma, de modo que a construção de conhecimento da realidade se faça através dos pensamentos e entendimentos dos residentes e com eles; o segundo refere-se à *praxis* e ao seu lugar central nesta construção de conhecimento e na ação, em relação dialética entre si. Por fim, a necessidade desta autorreflexão constante e a mobilização intencional deve nela conter o conhecimento dessa *praxis*.

A valorização da autonomia das pessoas que vivem nesta RU é primordial. A salvaguarda de que a participação não é imposta, mas sim horizontal, é determinante para garantir as relações de confiança que devem ser feitas numa relação de proximidade – mesmo que esse processo seja desafiante. Essa visão de confiança é intencional e depende de um

histórico de relações entre os envolvidos, sendo essencial garantir um ambiente saudável para a livre participação no projeto (Monteiro, Timóteo & Bravo, 2024).

A confiança é mesmo determinante para acompanhar as percepções das pessoas acerca das suas dinâmicas grupais e as formas de interação (Timóteo & Bertão, 2012), mas a mesma deve contemplar uma garantia de autonomia: de modo que os residentes tenham consciência que são donos da sua própria vontade e não meras cobaias de experimentalismos sociais ou simples espectadores de um processo de investigação. Timóteo e Bertão (2012) também destacam que a participação garante a legitimidade e relevância dos projetos sociais, promovendo a inclusão das vozes e vivências de todos os atores sociais envolvidos. Através desta lógica, os projetos tornam-se mais sustentáveis e adequados às reais necessidades da comunidade.

Qualquer Análise da Realidade não pode ser de forma alguma determinista na medida em que descreve um “diagnóstico” e abre portas a “uma cura”, como se fosse possível antecipar ou sequer ter em conta todos os fatores futuros nas dinâmicas sociais que decorrem do PES. Precisamente pela imprevisibilidade das relações humanas, com especial ênfase em projetos como estes, não é possível antecipar resultados dos processos participativos (Monteiro, Timóteo e Bravo, 2024).

## **2.1. COMO CONHECER PARA INTERVIR?**

No âmbito deste PES, recorrer-se-á a técnicas qualitativas que favorecem a escuta ativa, a compreensão dos significados atribuídos pelos residentes desta RU às suas vivências. Como referem Becker (1958) e Geertz (1973), a investigação social deve imergir no terreno e capturar os sentidos construídos pelos atores. Assim, serão adotadas estratégias como a entrevista semi-estruturada, a observação participante, a análise documental, o diálogo informal e a conversação.

A observação participante (Spradley, 1980; Gold, 1958) é uma técnica privilegiada nas ciências sociais, especialmente útil em contextos comunitários como o de uma RU. Esta técnica implica uma presença ativa, mas reflexiva da pessoa investigadora no quotidiano dos

residentes, permitindo uma aproximação às suas práticas, normas implícitas, formas de convivência e dinâmicas de grupo. Segundo Hammersley e Atkinson (2007), a observação participante possibilita a captação de processos informais, rotinas e significados que dificilmente emergiriam noutras técnicas.

A conversação informal e o diálogo (Freire, 1970; Gadamer, 1999) são instrumentos essenciais, quer como técnicas de recolha de dados, quer como formas de ação educativa. Em contextos de proximidade como uma RU, estes métodos permitem uma comunicação horizontal e emancipada, onde o conhecimento é cocriado. O diálogo freiriano é, assim, simultaneamente método e fim da educação social: promove a escuta, a partilha e o pensamento crítico.

As entrevistas semi-estruturadas (Kvale, 1996; Gaskell, 2000) serão utilizadas para aprofundar questões emergentes na observação e na convivência com todas e todos os envolvidos no presente PES. Esta técnica permite um equilíbrio entre a orientação temática e a abertura ao discurso espontâneo da pessoa entrevistada, valorizando as suas narrativas e demais subjetividades.

A análise documental (Cellard, 2008) terá um papel complementar, fornecendo informação sobre regulamentos internos da residência, comunicações institucionais ou outro material relevante, que permitirá contextualizar as práticas e discursos que se observem e articulando o plano formal com a vivência do quotidiano.

Resumidamente, ao escolher técnicas como a observação participante e a entrevista semiestruturada, respeita-se a necessidade de captação da complexidade das interações sociais, usando a conversação e o diálogo como práticas quotidianas para reforçar a intencionalidade pedagógica do projeto, e ultimamente, a análise documental para complementar e contextualizar essa imersão qualitativa, permitindo triangular os dados que reforçam a validade e a profundidade da intervenção.

## **2.2. LAZER E INFORMALIDADE: METODOLOGIA DO REAL**

A valorização da dimensão do lazer e informalidade nas residências universitárias constitui uma extensão coerente da metodologia proposta, centrada na imersão contextual e no reconhecimento dos sujeitos enquanto protagonistas do seu quotidiano. Neste sentido, a atenção às interações concretas, aos momentos de lazer e às práticas informais torna-se não apenas relevante, mas metodologicamente necessária. A abordagem metodológica adotada — alicerçada na IAP e no paradigma socio-crítico — exige um olhar atento às dinâmicas quotidianas, aos imprevistos e à fluidez das relações sociais, que são precisamente onde muitas vezes se manifesta com maior autenticidade a vivência comunitária e o potencial de transformação social. Integrar estes elementos no processo de conhecimento não é apenas uma opção técnica, mas uma escolha ética que reconhece a totalidade da experiência vivida como espaço legítimo de escuta, reflexão e ação interventiva.

Atualmente, a vulgarização do entretenimento retira a significância deste aspeto da socialização. Oliveira (2020) explica o papel crucial do entretenimento no desenvolvimento e bem-estar dos jovens, principalmente para o processo de socialização e formação de novos vínculos. Assim sendo, valorizar a dimensão frívola e relaxada nas relações sociais dos residentes e do seu lazer é também uma escolha metodológica, pois contribui para a formação da identidade relevante numa fase que é de autoconhecimento e de reforço da autoestima.

A realidade é que algumas universidades e estudos académicos não dão a devida importância aos processos de boémia e de diversão dos jovens estudantes. No entanto, estes elementos desempenham um papel crucial na experiência universitária e no desenvolvimento dos jovens e devem ser considerados igualmente no decorrer de um PES. A boémia e a diversão informal são parte integrante da experiência universitária e contribuem para a formação da identidade dos estudantes (Estanque, 2010).

Estes momentos de descontração e de lazer proporcionam meios efetivos para os estudantes interagirem, se conhecerem e fortalecerem laços de apoio e de suporte, que pautam a vida de uma RU. Tendo em conta os processos de stress (Veríssimo et al. 2011) inerentes ao Ensino Superior, que desencadeiam níveis de ansiedade cada vez mais elevados em estudantes sob pressão no decorrer do seu processo de estudo, este tipo de lazer é determinante para

garantir que o stress académico pode ser colmatado, contribuindo para um equilíbrio emocional pertinente na comunidade estudantil (Estanque, 2010).

Precisamente por existir esta dimensão presente e comum nas demais RU, não é correto que o presente RE não as considere. Urge salvaguardar aquando da intervenção social em qualquer contexto que não existem quaisquer estigmas ou tabus na intervenção e que tudo que são dinâmicas informais não sejam motivo de desvalorização como processo efetivo de participação e/ou intervenção teórica e prática.

### 3. PERTENÇAS: INTERAÇÕES E LAÇOS SOCIAIS

É imprescindível complementar o que teoricamente foi abordado nos capítulos anteriores com algumas das dimensões subjetivas e relacionais que conferem sentido à ação educativa. O sentimento de pertença, os laços sociais e os processos relacionais constituem não apenas efeitos desejáveis da intervenção, mas assumem centralidade naquela que é a perspectiva de um modo de vida verdadeiramente comunitário.

O conceito de pertença implica um sentimento de identificação com um coletivo, espaço ou rede relacional que oferece reconhecimento, segurança simbólica e lugar social (Bauman, 2001). Nas palavras de Norbert Elias (1994), é no entrelaçamento das biografias individuais com o tecido social que se constrói o “nós” – processo essencial de integração comunitária. No caso da RU, marcada por uma forte rotatividade e por vivências precárias de enraizamento, o PES surge precisamente como um espaço-tempo de reconstituição de vínculos e significados.

Neste sentido, o projeto não se limita à análise empírica da realidade: ele propõe-se intervir, mas também produzir sentido – ou seja, criar as condições para que os residentes se sintam parte de algo maior, protagonistas de uma microcomunidade num centro urbano que os marginaliza. Como argumenta Judith Butle (2004), a precariedade ontológica do sujeito contemporâneo só pode ser enfrentada coletivamente, através da produção de laços relacionais que nos tornam reconhecíveis e interdependentes. Assim, o sentido do projeto reside, em última análise, na tentativa de contrariar a atomização individualista e de construir práticas de solidariedade quotidiana.

Autores como Melucci (2001) e Touraine (1995) destacam a importância dos “movimentos de subjetivação” como formas de resistência e criação de identidade coletiva. A intervenção aqui proposta reconhece os residentes como sujeitos históricos e não como meros beneficiários de um alojamento numa RU. Através de estratégias participativas, deve-se promover a agência dos indivíduos, encorajando o seu envolvimento não só na gestão do espaço físico, mas na coprodução simbólica do território. Ao criar oportunidades de convivência, escuta e convívio, o projeto materializa uma pedagogia do encontro (Freire, 1997), em que a afetividade não é acessória, mas motor do processo educativo.

Do ponto de vista metodológico, o PES assume-se como um exercício de construção de comunidade em contexto transitório. A residência, por natureza temporária, convoca desafios ao sentimento de pertença. Todavia, como nos recorda Stevenson (2002), é precisamente na fluidez da modernidade que se intensifica a necessidade de criar dispositivos de ancoragem identitária. O projeto responde a esse apelo ao criar espaços de pertença simbólica que resistem à efemeridade – momentos de convivência que, mesmo passageiros, produzem memória, vínculos e sensação de continuidade.

Esta abordagem está em consonância com o modelo de comunidade de prática proposto por Wenger (1998), onde a aprendizagem e a coesão emergem da partilha de experiências, narrativas e práticas quotidianas. No caso da RU, o aprender coletivo não se limita ao plano académico: acontece nas cozinhas partilhadas, nos corredores, nos rituais informais que conferem identidade ao grupo e sentido ao habitar. O educador social, neste quadro, não apenas observa ou facilita – ele também participa como membro da comunidade e como mediador relacional, promovendo um ethos de cuidado, horizontalidade e co-construção.

Finalmente, importa reforçar que o objetivo deste PES não é apenas resolver um ou vários "problemas" identificados na análise da realidade, mas criar um campo fértil de subjetivação e empoderamento. A transformação social aqui procurada não se mede exclusivamente em mudanças estruturais, mas na qualidade dos vínculos, na emergência de uma consciência coletiva e na construção de um espaço vivido como nosso. O projeto, nesse sentido, é simultaneamente um ato político e afetivo, pedagógico e comunitário.

Para este PES se concretizar como forma de um gesto de resistência contra a lógica neoliberal que fragmenta, expulsa e invisibiliza atores sociais, é necessário conhecer os próprios e o contexto onde estes se inserem. Para compreender e atuar perante estes dois fatores, que se cruzam e são interdependentes, urge aprofundar e debater devidamente os mesmos.

## 4. RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS

As residências universitárias são um pilar na vida dos estudantes que nelas habitam (nas suas mais diversas facetas: social, académica, económica, etc.). Para além de servirem como espaço de alojamento, são também um ambiente onde se constroem laços, se desenvolvem novas responsabilidades e se enfrentam desafios próprios da vida estudantil. A dinâmica entre os residentes, marcada por diferenças culturais, geográficas e académicas, influencia a forma como cada indivíduo se adapta e evolui ao longo do percurso universitário.

*Num estudo qualitativo realizado no Paquistão, Iftikhar e Human (2015) analisaram o impacto, ao nível do comportamento e personalidade, da residência universitária na vida dos estudantes que a habitam. Através de entrevistas semiestruturadas os investigadores perceberam que as RU estão interrelacionadas com as casas dos pais, na medida em que nestas últimas os estudantes possuem o apoio da família (Pais, irmãos, etc.) e na RU lidam com os seus problemas tendo o apoio dos seus colegas de quarto, amigos de RU. Os estudantes apontaram igualmente que a natureza das responsabilidades muda quando se vive numa residência universitária. Que o residente passa a ter de tomar conta dele, precisa desenvolver sensibilidade para com os outros residentes e deve aprender a evitar comportamentos que irrite os colegas de residência* (Ferraz, 2020, p. 35)

As RU desempenham um papel fundamental no acesso e na frequência do ensino superior em Portugal, na medida em que estas respostas garantem aquele que é o grande desafio dos estudantes: o suporte habitacional de muitos jovens deslocados e bolseiros. As RU são ainda responsáveis pela promoção da interação entre estudantes de diferentes origens culturais e sociais (Cabral, 2019), o que as torna mais ricas enquanto espaços de sociabilidade.

Esta interação não se limita às relações interpessoais, mas estende-se também à relação entre os indivíduos e o espaço em que habitam. Tal relação é complexa, pois envolve dinâmicas e informações que influenciam comportamentos, vivências e modos de estar dos atores sociais. Ora, estes reproduzem formas de estar no espaço que os envolvem e fazem com que se adaptem e se apoderem dele (Aragonéz, 2001 citado por Ferraz, 2020). Assim, os residentes de uma RU não são apenas residentes por ocuparem um espaço físico: tornam-se parte integrante da sua dinâmica social e simbólica.

Neste sentido, importa compreender as características das RU em Portugal, já que estas oferecem diferentes opções de alojamento (em distintos formatos e com diferentes normas) para estudantes e investigadores. Existem dois tipos principais de residências: as públicas – normalmente geridas por Instituições de Ensino Superior (IES) ou pelo Estado Central e/ou local – e as privadas, geridas por empresas, associações, organizações ou gestores individuais. O fator que mais as distingue é o acesso e o preço, que moldam significativamente o perfil socioeconómico dos seus residentes.

No contexto do Porto, e no que concerne à resposta pública, a Universidade do Porto tem ao seu dispor um total de nove residências que dão alojamento a cerca de mil e cem estudantes (Universidade do Porto, 2024). Já no que diz respeito ao P. Porto, “dispõem, atualmente, de seis residências de estudantes, sendo que quatro delas se situam no concelho do Porto (Campus 1) e duas em Vila do Conde (Campus 2). A capacidade de acomodação destas estruturas é de 317 estudantes.” (Politécnico do Porto, 2024).

Os estudantes pagam uma mensalidade que ronda os 90 euros, no caso de serem bolseiros, mensalidade essa que é financiada pela Direção-Geral do Ensino Superior ao abrigo da Portaria n.º 29-A/2022, de 10 de janeiro. No caso de não serem bolseiros, o preço ronda os 125 euros (Politécnico do Porto, 2024). Estes preços são universais para todas as residências públicas. No que concerne à oferta privada (Executive Sapo, 2024), os valores são no mínimo o dobro daqueles que são praticados para estudantes não bolseiros nas residências públicas.

Um estudo levado a cabo pela consultora JLL, no ano de 2023 (JLL, 2024), afirma que existem mais de 446.000 estudantes matriculados num qualquer grau de Ensino Superior em Portugal, dos quais mais de 74 mil são estudantes internacionais. Esse mesmo estudo refere que faltam cerca de 46 mil camas só nas cidades de Lisboa e do Porto.

Segundo o Jornal Público (2024), que se baseia no Observatório do Alojamento Estudantil, existem aproximadamente 15.939 camas em residências universitárias públicas em Portugal. Este número é significativamente menor do que o contexto atual exige, pois há uma estimativa de que haja quase 50 mil estudantes com baixos rendimentos a necessitarem de respostas no que diz respeito ao seu alojamento. O Jornal Público (2024) refere ainda que o

número de estudantes deslocados está na casa dos 110 mil, o que significa que apenas cerca de 16% destes estudantes têm vaga numa residência pública.

## **4.1. INTERVENÇÃO SOCIAL EM RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS**

A intervenção social em RU pode ter uma importante função de promover o bem-estar e a inclusão social dos estudantes, principalmente para os que se encontrem em situação de vulnerabilidade económica e/ou social. Desta forma, os PES podem ser um importante veículo para fomentar a integração dos residentes, e desses projetos, os que promovam a interação social são fundamentais para a construção da sua identidade coletiva (Caldas & Picanço, 2019). Já a democratização da vida coletiva das residências, outro fator fulcral, é garantida pela gestão participativa das mesmas. Incentivando os estudantes a tomarem parte ativa em aspetos que dizem respeito a todos, como na definição de regras de convivência, organização de eventos e representação estudantil potencia-se o sentimento de pertença e responsabilidade comunitária.

As RU desempenham um papel essencial na promoção da ação social entre os estudantes. Criadas para garantir habitação e outras condições básicas, essas estruturas foram ao longo do tempo ampliando as suas funções para incluir projetos de integração, apoio e desenvolvimento social (Dinis, 2013). Esses projetos podem ir desde assistência a estudantes economicamente desfavorecidos até iniciativas (como o caso de PES) com um impacto comunitário mais amplo.

Os Serviços de Ação Social (SAS) universitários surgiram como parte de uma resposta institucional às necessidades dos alunos, promovendo ações como bolsas de estudo, refeitórios acessíveis e assistência psicológica (Dinis, 2013). Contudo, urge valorizar a participação estudantil na gestão destes espaços, uma vez que esta fortalece a organização de iniciativas sociais e práticas que respondam diretamente às demandas da comunidade académica.

A Revolução de Abril de 1974 marcou uma mudança na forma como os estudantes passaram a envolver-se nas decisões institucionais. A legislação (Apêndice I) que se seguiu

garantiu maior participação dos estudantes, permitindo que estes tomassem uma palavra efetiva no dinamismo do cotidiano das RU.

Nos anos 80, com a reformulação dos Serviços Sociais Universitários, houve um esforço para tornar essas estruturas mais eficientes e participativas (Dinis, 2013). As RU passaram a ser vistas como espaços não apenas de resposta à enorme demanda de alojamento, mas também de valorização do social. Foi nesse contexto que surgiram diversas iniciativas voltadas ao apoio mútuo entre os estudantes, incluindo programas de tutoria acadêmica, grupos de apoio psicológico e projetos de intervenção social (Delabrida, 2014).

Além do suporte interno aos estudantes, muitas residências universitárias promovem atividades que beneficiam a comunidade em redor (Dinis, 2013). Programas de extensão, ações de voluntariado e sinergias com instituições locais são exemplos de como esses espaços podem atuar além dos limites da universidade.

Atualmente, as residências universitárias são reconhecidas como ambientes propícios ao desenvolvimento de iniciativas sociais, seja pelo contacto direto entre os estudantes ou pelo apoio institucional disponível (Delabrida, 2014). A articulação entre universidades, estudantes e comunidade amplia o potencial dessas ações, garantindo que as RU sejam espaços de transformação social efetiva.

## 5. A RU NO CENTRO DO PORTO: VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS NUM CONTEXTO GENTRIFICADO

Esta RU está localizada no centro da cidade do Porto. A idade estimada do edifício é de cerca de 40 anos. Fica a poucos minutos a pé de transportes públicos. Outrora era rodeada de população local da cidade, e que por isso, segundo os portuenses que ainda resistem à tendência especulativa da mesma, tinha relações e dinâmicas sociais com os moradores da zona. Hoje divide paredes com um alojamento local e um prédio inabitado. Mesmo em frente à residência, até há cerca de um ano, existia um pequeno escritório, que no passado, e segundo um comerciante da zona, já foi um mini-mercado e também um café. Hoje essa loja é uma agência de turismo, com anúncios em inglês, que não serve nem os moradores locais nem os residentes desta RU.

A permanência de uma RU no coração histórico da cidade, rodeada por todas os lados dos mais diversos danos da gentrificação e do processo cada vez mais evidente de turistificação, constitui um testemunho importante daquilo que podemos considerar de uma resistência a uma “lógica urbana hegemonicamente exclusiva e paralelamente excludente” (Barbosa & Lopes, 2019). Esta realidade – a existência de um espaço para estudantes com baixos rendimentos numa zona da cidade onde a habitação é vedada por natureza a demais pessoas com baixos rendimentos – é uma raridade numa dinâmica cada vez mais predominante de transformação dos centros urbanos como o Porto em vitrines para o turismo de valorização do capital imobiliário. Assiste-se reiteradamente a processos de segregação social e de expulsão de populações que historicamente aqui viviam e tinham o seu quotidiano e que estão abruptamente a ser expulsas das suas localidades (Barbosa & Lopes, 2019).

Durante o desenvolvimento deste PES, foram realizadas várias tentativas para agendar entrevistas com a coordenadora do Serviço de Apoio Social (SAS), conforme evidenciado no Apêndice II. Contudo, essas tentativas não obtiveram sucesso, uma vez que a coordenadora não respondeu às múltiplas interpelações feitas por diferentes meios de comunicação. A falta de resposta da figura central da coordenação impediu o esclarecimento de diversos pontos

fundamentais relacionados à gestão e funcionamento da RU, deixando questões importantes em aberto.

Além disso, as técnicas do SAS, que poderiam contribuir igualmente, encontraram-se impossibilitadas de participar em entrevistas semi-estruturadas ou de fornecer respostas mais detalhadas e institucionais, pois a sua participação e envolvimento formal no PES estava condicionada.

Não obstante, a experiência direta com as técnicas do SAS, através da interação via diálogos intencionais e observação, permitiu compreender que estas desenvolvem uma prática de forte comprometimento com a defesa do valor concreto desta RU. Reconhecem o papel crucial que a residência desempenha não apenas como espaço físico de alojamento, mas também como um lugar de significados vários para a comunidade estudantil e para a cidade do Porto. Esta residência, para as mesmas, representa um património simbólico, prático e afetivo, cuja preservação é considerada fundamental diante das diversas pressões de especulação imobiliária e transformações urbanísticas que ameaçam sua existência.

As técnicas manifestam, ainda, um cuidado especial e uma ligação emocional com os residentes, a quem frequentemente se referem carinhosamente como “os seus meninos”. Esse tratamento evidencia um carácter comunitário muito presente na dinâmica da RU, em que as relações interpessoais ultrapassam o mero âmbito funcional, criando uma rede de apoio e afeto que contribui para a sensação de pertencimento dos residentes. Tal ambiente comunitário é um contraponto significativo à lógica predominante de mercantilização e turistificação do centro histórico do Porto, oferecendo uma alternativa de acolhimento e solidariedade num espaço urbano cada vez mais marcado pela exclusão social.

A existência e resistência em 2025 de uma RU é muito mais do que uma mera questão de infraestrutura e gestão de recursos do edificado destinado para alojamento dos SAS: esta RU é realmente uma contra-narrativa que resiste à conversão total do centro do Porto num espaço exclusivamente de consumo e circulação turística. É um dos escassíssimos exemplos, ainda que essencialmente pela simbologia, daquilo que deve ser a dinâmica social do centro urbano: um espaço com pessoas que nele habitam.

É imperativo reconhecer e nos debruçarmos dentro das mais diversas contradições e tensões inerentes a esta coexistência. A descaracterização contínua e evidente das dinâmicas culturais, sociais, económicas e habitacionais do Porto acompanhada pela substituição de serviços essenciais por ofertas orientadas ao consumo efémero a que Barbosa e Lopes (2019) se referem, afeta diretamente os próprios estudantes. Se há 20 anos os estudantes que viviam nesta RU estavam numa zona privilegiada de serviços da cidade, com barbeiros, centros culturais, espaços noturnos com preços ajustados à realidade económica portuguesa, cafés, restaurantes, mini-mercados, etc. hoje veem-se rodeados por lojas que vendem ímanes e camisolas do Cristiano Ronaldo, sendo escasso o comércio útil nas imediações para os estudantes.

A própria RU, apesar de estar longe de ser um ponto turístico, desperta por diversas vezes curiosidades por parte dos turistas. Se por algum acaso, algum estudante deixar a porta aberta, os turistas entram e perguntam se a residência é um alojamento local ou se vende algum tipo de produto.

*“Na última década, nenhum país da UE assistiu a um ritmo de crescimento do turismo equivalente ao de Portugal. Entre 2014 e 2019, o número de turistas internacionais a visitar o país passou de 10,5 milhões para 17,3 milhões, o maior crescimento no período entre os 27 Estados Membros. Desde então, Portugal voltou a destacar-se: entre 2019 e 2023, o país verificou o maior crescimento no fluxo de turistas, não só da UE mas de toda a OCDE (12,1%), atingindo 19,4 milhões. O aumento significativo do peso do turismo na economia nacional é visível em vários outros indicadores: entre 2016 e 2023, o consumo turístico passou de 12,6% para 16,5% do PIB, e o peso do turismo no VAB total passou de 6,9% para 9,1%, colocando Portugal entre um dos países do mundo mais dependentes deste sector.”*

(Mamede, 2025, s/p)

A gentrificação acima referida da cidade do Porto causou várias e pesadas mudanças na composição social da cidade, à qual a zona da Sé e da Ribeira não são alheias, bem pelo contrário. O centro histórico da cidade é provavelmente das zonas mais afetadas, devido à crescente onda turística e especulativa assistida nos últimos vinte anos (Barbosa & Lopes, 2020), sendo por isso cada vez menos ocupados por agregados familiares que daqui são naturais. A residência, que até o rebentar da bolha especulativa tinha a ela associado um contexto comunitário, hoje devido à expulsão da população local é provavelmente o edifício da rua com mais pessoas a viverem de facto nele.

A população que daqui era natural foi durante anos frequentemente intimidada a deixar as suas casas, quer pelos senhorios, quer por intermediários dos grandes interesses associados a fundos imobiliários que olham para a cidade e veem uma excelente oportunidade de negócio (Balthazar, 2023).

Paradoxalmente, quase todos os residentes desta RU são beneficiários de Bolsa de Ação Social, que interpretam esta situação como agridoce. Se por um lado relatam sentirem-se felizes pela possibilidade de viver numa localização tão característica e nobre, inacessível à grande parte das pessoas, descrevendo-a como um certo “privilégio”, por outro, esta vivência carrega uma certa angústia subjacente, e reflete a profunda desigualdade que estrutura o acesso a esse espaço. São frequentemente proferidas narrativas por parte da generalidade dos residentes durante todo o ano letivo: de faltarem “x” meses para saírem e terem de voltar para as suas terras, longe da dinâmica cosmopolita que tanto cativa os jovens.

A perceção de que, após a conclusão de seus estudos, dificilmente poderão continuar a viver no centro da cidade é um constante relembrar das barreiras sociais e económicas que definem as dinâmicas urbanas contemporâneas. Os residentes desta RU, que ocupam temporariamente um espaço que para muitos se tornou inalcançável, experimentam uma realidade que não lhes parece sustentável ou replicável no futuro. Assim, a RU funciona como uma espécie de exceção à regra da exclusão, mas uma exceção com prazo de validade.

Para os residentes, viver no centro é, em certa medida, viver como um “estrangeiro” na sua própria cidade – um estrangeiro temporário, que ocupa o espaço sem se sentir verdadeiramente integrado ou com perspectivas de permanecer. Essa condição gera uma forma de deslocamento emocional e psicológico que é particularmente dolorosa, uma vez que muitos deles vêm de contextos socioeconómicos já marcados pela instabilidade e pela luta constante por oportunidades. A vivência no centro é uma espécie de vislumbre de uma vida urbana ideal que lhes é sistematicamente negada, intensificando a consciência das desigualdades que moldam não apenas o presente, mas também o horizonte de possibilidades futuras.

Segundo os residentes, através de diálogos intencionais, viver numa RU é uma “sorte” ou um “privilégio”. Reconhecem esta oportunidade como algo raro, tendo em conta os preços exorbitantes que não conseguiriam pagar em outros locais. Mesmo com condições de

imobiliário e isolamento com algumas debilidades, alguns destes residentes reconhecem que para alguns é das melhores respostas que poderiam ter. Colocados sobre a perspectiva de que alternativas poderiam ter para além da residência, aqueles que vivem na Área Metropolitana do Porto referem que teriam de fazer esforços acrescidos para utilizarem transportes públicos – por vezes recorrendo a viagens bastante penosas – ou então até mesmo “comprar um carro ou pedir boleias aos meus familiares”. Os que vivem mais longe referem que caso não tivessem acesso a uma residência pública teriam de estudar em outro ciclo de estudos mais perto de suas casas, provavelmente numa IES privada. Em alternativa, existem estudantes que referem que caso não tivessem acesso a uma vaga numa RU não estariam de forma nenhuma a frequentar um ciclo de estudos de Ensino Superior.

Relativamente à forma como encaram a residência, as opiniões divergem entre os que dizem “que esta é uma segunda casa” e os que referem que “é apenas um local onde durmo”. Porém, há um consenso em torno de que este espaço pode ser mais acolhedor de modo a que estes residentes se sintam mais “donos” do local onde vivem. O facto de no início do ano letivo terem alterado a disposição do mobiliário da sala, mesmo contra a planta oficial definida, ajudou a mudar a conceção da forma como os residentes se apropriam do espaço. Por duas vezes foi solicitado pelos SAS que os residentes voltassem a colocar os sofás como estava definido, e por duas vezes todos se recusaram a essa definição.

Paralelamente, dentro das demais residências desta IES, esta RU é reconhecida pela residência que mais espírito de grupo tem. Esta questão deve-se ao facto de ser a RU mais pequena, e em comparação a outras com largas dezenas ou centenas de estudantes, nesta todos sabem o nome uns dos outros e vão se cruzando num ambiente bem mais familiar.

Naturalmente, os residentes que acabam por trazer mais visitas à residência, seja para estudar, jantar, lazer, etc. assumem que sentem mais em casa e que o facto de verem os seus amigos e familiares a frequentar este espaço lhes transmite mais familiaridade ao espaço. Por outro lado, os residentes que não têm visitas e vivem muito longe de casa acabam por passar algumas festividades sozinhos na Residência, o que reforça a centralidade deste espaço nas suas vidas

A realidade desta RU revela uma convivência marcada por tensões territoriais e sociais, resultantes da profunda transformação urbana provocada pela turistificação e especulação imobiliária. Se por um lado os estudantes que ali vivem têm acesso a um espaço central da cidade – um privilégio raro tendo em conta os preços e o mercado de arrendamento inacessível – por outro, vivem essa centralidade de forma ambígua, como “estranhos temporários” num território cada vez mais desenhado para quem está de passagem. A residência, nesse sentido, não se inscreve automaticamente numa lógica de bairro tradicional, mas nem por isso está totalmente dissociada de dinâmicas locais e de resistências simbólicas que persistem.

As conversas informais com os poucos vizinhos antigos e com comerciantes da zona mostram traços de laços sociais ainda existentes, mesmo que intermitentes e frágeis. A título de exemplo, um dos residentes, numa noite em que houve um corte de água inesperado, desceu para ver o que se passava e encontrou três vizinhos à porta, entre eles um senhor idoso que vive ali desde sempre. Conversaram sobre o problema e ele acabou por ser convidado a subir e beber um café “à moda antiga”. É neste tipo de episódios – pequenos, mas significativos – que se percebem resquícios de uma sociabilidade de “bairro”, ainda que esporádicos.

Apesar da pressão urbanística e da rotatividade imposta pelo turismo, subsistem formas de vivência comunitária. Há, por exemplo, comerciantes locais que mantêm o negócio aberto visando continuar um modelo de comércio mais comunitário – condizente com as demandas de décadas passadas. Apesar de, em grosso modo, o comércio se ter adaptado aos turistas, estes comerciantes resistem, por exemplo: vendem pratos pouco procurados por estes. Dizem que se recusam a “mudar o ADN da sua cidade”, mesmo que não seja tão lucrativo. Uma mercearia próxima da RU, gerida há décadas pelo mesmo casal, é frequentemente referida pelos estudantes como um ponto de contacto com a “vida de bairro”. Como refere um residente: “Eles sabem os nossos nomes, perguntam como correm os estudos, avisam quando está para chegar um temporal... é um tipo de cuidado que não se encontra num shopping.” Estes pequenos gestos são pedagógicos: revelam que o território é mais do que o espaço físico – é a relação, o cuidado e a continuidade, conceitos centrais para um educador social.

A integração dos estudantes neste ecossistema é limitada, mas não inexistente. Muitos expressam um certo desconforto com a sua posição “entre mundos”: usufruem da localização,

mas sentem-se deslocados. Outros, especialmente aqueles com maior tempo de residência, referem um crescente sentimento de pertença. Um estudante finalista dizia: “No primeiro ano sentia que não pertencia aqui. Agora, quando passo na rua e o senhor do café me chama pelo nome, sinto que esta cidade também é um bocado minha.” Esta apropriação simbólica do território não é imediata nem total, mas vai-se construindo na convivência, no cotidiano, nas pequenas rotinas de quem, mesmo sem o saber, participa numa forma de resistência afetiva ao esvaziamento do centro da cidade.

Através da ES, é fundamental reconhecer e valorizar estes momentos e experiências como oportunidades de desenvolvimento de competências sociais, reforço identitário e coesão. Mesmo que não se trate de uma comunidade tradicional no sentido mais estrito, a RU permite formas alternativas de habitar, de criar laços e de pertencer. A noção de território aqui não pode ser encarada apenas como um dado objetivo, mas como um processo contínuo de negociação e de significação – um lugar onde se constroem narrativas de resistência, vínculos afetivos e práticas de cidadania cotidiana.

Assim, embora se reconheça a escassa coesão territorial no sentido formal – nomeadamente no que diz respeito à integração plena dos estudantes na vida do bairro – não se pode ignorar a existência de práticas de resistência e de manutenção de laços sociais antigos, por parte de moradores históricos e mesmo por parte de alguns estudantes. Essa resistência é, ela própria, uma forma de coesão: não institucional, mas vivida, não programada, mas relacional. Cabe-nos reconhecer esses sinais e trabalhá-los pedagogicamente, promovendo espaços de diálogo e de envolvimento que reforcem os sentidos de pertença e de construção coletiva do território.

## 6. A VIDA NA RESIDÊNCIA: APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS, VIVÊNCIAS E SENTIDOS

Apesar de ser um edifício centenário, o mesmo passou para a tutela da IES no início da década de 90. Desde então, centenas de estudantes habitaram nesta RU.

*“Com seis quartos duplos, dois quartos triplos e um quarto de banho por cada um dos seus cinco pisos, este espaço dispõe de uma cozinha equipada com dois frigoríficos, congelador, micro-ondas e fogão, lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa e espaço de engomadoria. Os serviços de troca de roupa de cama e limpeza de quartos e zonas comuns estão, também, incluídos. Sala de convívio equipada com tv, rede wireless em toda a residência e sistema de videovigilância permanente.”*

(SAS, 2024)

Os quartos contêm a mobília original da década de 90, um pouco envelhecida, mas perfeitamente funcional. Do ponto de vista de revestimentos é provavelmente a residência com melhor isolamento e serviço de aquecimento das residências do SAS. A sala tem acesso direto para uma rua muito movimentada. A cozinha situa-se num piso subterrâneo e manifestamente pequena para a dimensão de estudantes que vivem nesta RU. Através de bastantes reivindicações da Comissão de Residentes (comissão prevista no regulamento da RU) alguns dos eletrodomésticos foram sendo substituídos por equipamentos mais adequados, entre os quais: placa de fogão elétrica, um segundo frigorífico, uma nova máquina de lavar e um novo exaustor.

A sala de estar é o espaço de maior socialização da residência (Anexo I) devido ao facto de ter algum conforto proporcionado pelos sofás que nela existem e também por ser o sítio onde mais refeições se fazem. No passado, um dos residentes disponibilizava uma consola de videojogos que juntava praticamente todos os residentes em certos dias da semana, chegando aliás a existir alguma disputa saudável acerca de quem jogava primeiro. Este espaço é ainda utilizado, ainda que significativamente menos este ano, como espaço de convivência para outros estudantes do ensino superior ou amigos de residentes para eventos de cariz mais festivo.

A sala de estar tornou-se, na prática, um espaço de estudo para vários residentes desta RU, não por escolha, mas por necessidade. Devido à fraca qualidade da internet em grande parte da residência — sobretudo nos quartos —, muitos estudantes acabam por concentrar-se ali, onde o sinal é mais forte por estar próximo do router. Esta limitação técnica acaba por moldar os hábitos de permanência no espaço comum, tornando a sala um ponto de encontro involuntário para quem precisa de trabalhar. Neste momento, a melhoria da rede é a principal reivindicação da Comissão de Residentes, refletindo o impacto direto que a infraestrutura (ou a sua falha) tem na vivência quotidiana dos estudantes.

Os quartos estão distribuídos por 5 pisos. Há dois pisos com quartos triplos, enquanto todos os outros são duplos (Anexo I). Os quartos da esquerda são ligeiramente maiores que os quartos da direita (apesar de ambos serem manifestamente pequenos para duas pessoas), o que desencadeia no início de cada ano letivo vários pedidos de alteração de modo a garantir que os residentes tenham uma vaga num quarto da esquerda. Porém, para isso, é necessário a concordância do respetivo colega de quarto, que por vezes pode não concordar ou já não estar no próximo ano letivo – algo que pode dificultar o processo.

O facto de existir apenas um WC por piso é relativamente pacífico na medida em que como os estudantes são oriundos de diferentes IES e em regimes e horários de estudos diferentes, acabam por ter horários diferentes o que faz com que o tempo de espera para higiene pessoal (com especial enfoque nos banhos) seja relativamente diminuto ou praticamente inexistente.

Esta RU é a residência mais pequena destes SAS e provavelmente a residência pública mais pequena da cidade do Porto. Aliás, através de uma consulta aos demais sítios da *internet* das diferentes IES da cidade do Porto, é dos modelos mais pequenos existentes. Pela sua dimensão, é uma das quatro (num total de seis) residências dos SAS sem um segurança 24 horas a controlar as entradas e saídas. Apesar disso, tem um sistema de videovigilância e três rondas diárias pela residência – onde os seguranças vão à cozinha e ao corredor do último piso. Este fator transmite alguma liberdade e à vontade, algo que contrasta com as narrativas de outros estudantes de outras residências que aquando de convívios com todos os residentes de

residências do SAS abordam que preferiam não ter um segurança presencial (que restringe de forma muito mais efetiva as visitas).

O regulamento desta RU estabelece os critérios de entrada e permanência na residência. Os estudantes elegíveis devem estar matriculados numa das escolas do P. Porto, não possuir débitos de alojamento anteriores, não terem sofrido sanções disciplinares relacionadas ao regulamento e serem estudantes deslocados. O processo de candidatura é realizado anualmente, exclusivamente online, através da plataforma institucional (SAS, 2024).

A candidatura ocorre em duas fases principais: a primeira destinada à renovação de alojamento ou para alunos que já estavam inscritos no ano letivo anterior, e a segunda, para novos estudantes. Caso surjam vagas após essas fases, e o estudante comprove que não se pôde candidatar anteriormente, é possível submeter a candidatura fora dos prazos iniciais. Esses procedimentos refletem a organização e a tentativa de atender às demandas habitacionais de forma inclusiva e eficiente (SAS, 2024).

O processo de alocação de vagas é dividido em fases e segue critérios específicos (Anexo II). Na primeira fase, são disponibilizadas 65% das vagas totais, enquanto na segunda fase, além das vagas restantes, são reservados 30% para estudantes do Concurso Nacional de Acesso e 5% para alunos de CTeSP. A atribuição provisória de alojamento prioriza estudantes carenciados, como aqueles que receberam bolsa no ano anterior, tiveram a bolsa indeferida por razões fiscais ou estão no primeiro ano de candidatura. As prioridades variam entre bolseiros anteriores, estudantes com candidaturas indeferidas, novos candidatos a bolsas e outros casos, com desempate baseado na maior bolsa recebida, distância da residência familiar e desempenho académico (SAS, 2024).

Estão previstas diversas penalizações pelo não cumprimento das regras como por exemplo: danificar espaços da residência, fumar dentro da residência, trazer visitas para os quartos, etc. Nos meus 5 anos enquanto residente, nunca foi aplicada nenhuma multa por parte do SAS, quer pelo facto de existirem escassos incumprimentos de regras, quer pela benevolência ou capacidade de diálogo por parte dos seus técnicos para com os residentes.

Esta RU tem uma Comissão de Residentes eleita anualmente pelos seus residentes, composta por um Presidente e um Vice-Presidente. As competências da CR, previstas no Regulamento Geral das Residências (SAS, 2024) incluem zelar pelo cumprimento do regulamento, atuar como interlocutor com os SAS, mediar conflitos, coordenar e propor normas para o regulamento interno, e colaborar na análise de questões disciplinares e problemas que impactem o alojamento. Além disso, têm a função de assegurar a boa manutenção das instalações e propor atividades sociais, culturais e desportivas que promovam a integração e o bem-estar dos residentes.

Desempenho a função de Presidente da CR há cerca de quatro anos, sendo este o meu último mandato. Durante esse período, a maior reivindicação foi sempre o serviço de internet, tendo para isso feito diversos contactos com a Coordenadora do SAS, o Provedor de Estudante, Federação Académica do Porto, Associações de Estudantes, etc. Foram ainda feitas reivindicações inerentes a equipamentos obsoletos, avarias de material diversas. Enquanto presidente tenho a responsabilidade ainda de motivar à participação nos eventos desencadeados pelo SAS como: palestras, workshops de culinária, “Resi São João”, jantar de Natal com os residentes, etc. A participação dos residentes depende bastante do incentivo da CR, uma vez que estes raramente recorrem ao email institucional, pelo que o contacto informal é mais eficaz. Todavia, nem sempre os eventos desencadeados pelo SAS vão ao encontro dos interesses dos residentes, uma vez que estes afirmam por diversas vezes serem desfasados ou desinteressantes.

O processo eleitoral para a CR, ao longo dos últimos cinco anos, tem-se caracterizado pela existência de uma lista única. Neste modelo, o candidato a presidente apresenta uma proposta contendo o nome do candidato a vice-presidente – numa só candidatura conjunta –, sendo este processo fundamentado numa prévia sondagem sobre a disponibilidade dos residentes para assumir tais funções. Ano após ano repete-se o padrão: apenas dois estudantes revelam-se disponíveis para assumir os cargos, e os restantes votam de forma unânime para eleger a única lista apresentada, evidenciando a baixa adesão e interesse coletivo, a falta de alternativa e contraditório nos processos democráticos internos. Neste contexto, mobilizar os residentes para assumirem um papel ativo na gestão do seu espaço é particularmente difícil.

A eleição para a CR ao longo destes 5 anos que aqui resido é sempre processo pouco participado, apesar de envolver diretamente um sufrágio, o presidente é o mesmo há 4 anos, não havendo vontade expressa de organizar algum tipo de alternativa. Creio que isto não se deve apenas à eventual qualidade (ou falta dela) dos mandatos do presidente da CR, mas sim por escassa vontade de participação que não é exclusiva dos residentes, mas um problema geracional que se estende aos mesmos. Em reuniões diversas ao longo dos vários anos procurou-se alterar este paradigma, porém há um desânimo generalizado, que se deve – entre outros fatores – à falta de efetividade na resolução de problemas estruturais da RU como por exemplo a internet ou o espaço deficitário da cozinha.

Questionados acerca do porquê de não se quererem envolver com a CR, os residentes referem que não têm tempo e consideram que são “chatas” e maçadoras as reuniões quinzenais. Ao mesmo tempo impera um certo sentimento derrotista de que algumas reivindicações não são tidas em conta e que por isso “não vale a pena perder tempo” em torno de assuntos do seu interesse. Porém, reconhecem que assumem esta postura também em outras eleições do seu processo acadêmico: representante de turma, associação de estudantes, conselhos pedagógicos, etc. Paralelamente, permanece uma noção de colaboração e solidariedade com a CR na medida em que procuram colaborar ativamente na recolha de sugestões a apresentar ou então admitem que mais rapidamente respondem a um qualquer inquérito pedagógico que seja apresentado pela CR do que pelos SAS. Muitos acreditam que a CR tem boas intenções, mas que a sua capacidade de influência é limitada, o que gera algum ceticismo. Todas estas críticas foram apresentadas ao SAS desta IES de forma individual (via presidência) e coletiva (via assembleias participadas com os residentes e a IES) ao longo dos anos. O feedback é aparentemente positivo, as críticas são bem recebidas, mas não se materializam em mudanças de paradigma – sendo para isso necessário procurar alternativas de fazer valer a opinião dos residentes.

A eleição do vice-presidente na residência universitária tem sido, reiteradamente, um processo moroso. Acredito que esta dificuldade não deriva de uma falta de interesse por parte de quem aqui vive, mas sobretudo da perceção generalizada de que este cargo implica uma carga burocrática elevada. Existe, assim, uma resistência estrutural que não deve ser lida como desinteresse puro, mas antes como uma consequência da forma como a participação tem sido tradicionalmente organizada. A generalidade dos residentes associa a função a uma série de

formalidades que pouco ou nada contribuem para a resolução efetiva dos problemas da residência.

Procurando convocar um olhar crítico, agora que perspetivo a análise da realidade no âmbito de um PES, este fenómeno convida a uma reflexão sobre os modelos de participação que estão a ser promovidos no contexto da residência (Odina & Ramos, 2006). A resistência a assumir este tipo de cargos não pode ser entendida como uma simples apatia estudantil, pelo contrário – deve ser encarada como um reflexo do desencontro entre diferentes perspetivas sobre o que significa participar ativamente. A imposição de um conjunto de obrigações burocráticas pode afastar os residentes em vez de os envolver, pois o modelo de participação vigente parece responder mais a uma lógica funcionalista do que a uma verdadeira cogestão democrática do espaço.

Segundo Ander-Egg (1992), a participação pode ocorrer em diferentes níveis – desde a informação e consulta até à cogestão e autogestão. No caso desta RU, observa-se uma tendência para a imposição de tarefas marcadamente administrativas e burocráticas, o que coloca a participação num patamar mais instrumental e funcionalista. Esse modelo, longe de fomentar o sentimento de pertença e corresponsabilidade, acaba por desmobilizar os residentes, frustrando formas mais e horizontais e participadas de cogestão democrática do espaço.

Importa, dado o contexto, refletir acerca das várias limitações inerentes às vias de representação em contexto formal por via da representatividade – que de grosso modo acabam por concentrar decisões em poucos representantes, perdendo pelo meio do processo a intencionalidade dos demais anseios dos “representados”, que desta forma podem assumir um papel secundário no processo decisivo. Ora, o modelo vigente da Comissão de Residentes aproxima-se a esta perspetiva, deixando dessa forma os residentes distantes de uma participação que pode ser mais real e partilhada. Dado à dimensão do número de residentes, e o facto destes se conhecerem todos uns aos outros, o processo de construção de uma democracia real, participativa, onde de facto a deliberação seja compartilhada e ação coletiva se torne algo efetivo como refere Santos (2002) tem condições para se materializar mais facilmente.

Por via da observação participada da realidade, é possível perceber que apesar da generalidade dos estudantes valorizar o facto da CR existir e acompanhar na íntegra o seu papel e até mesmo os fundamentos pelos quais ela existe, estes não se sentem implicados e até em alguns casos referem não se reverem no próprio modelo. Este desfasamento dos princípios da real representatividade conduz à apatia e conformismo, que se torna cíclico: os residentes não participam porque o modelo de representação os afasta e devido a esse afastamento tornam-se apáticos acerca da própria funcionalidade e/ou procura de alternativas ao modelo de representação.

Uma real democracia participada, como àquela a Pateman (1970) se refere, baseada na horizontalidade e co-decisão é adversa à ideia redutora de que a representação só se faz por via de mecanismos de consulta e nomeação de representantes. Desse ponto de vista, é pertinente uma transição para um modelo de democracia participada que valorize a disponibilidade, a entrega e a intencionalidade dos anseios dos residentes, até por forma de atingir apropriação real do espaço onde estes habitam.

Neste sentido, a IAP oferece um quadro teórico-metodológico útil para compreender e intervir neste processo. Ao invés de uma participação entendida como mero cumprimento de formalidades – como a presença em reuniões quinzenais com a técnica do SAS – torna-se necessário repensar o que significa envolver os residentes de forma significativa. A existência de um cargo formal, por si só, não garante a participação, tal como a presença em reuniões não significa, automaticamente, que os problemas da residência estejam a ser debatidos e resolvidos com base nas necessidades reais dos estudantes.

O facto de estas reuniões terem sido instituídas "de cima" e não como um pedido oriundo dos próprios residentes levanta uma questão central: que tipo de participação está realmente a ser construída? Se a participação for entendida apenas como a adesão a um conjunto de requisitos administrativos, corre-se o risco de perpetuar um modelo normativo que desvaloriza o papel ativo dos estudantes na gestão da sua própria vivência e esvazia a participação como meio e fim democrático da convivência social.

Neste contexto, a participação deve ser compreendida como um requisito essencial da democracia participativa, tal como defende Lima (2014). Para este autor, a participação não

pode ser encarada apenas como um instrumento funcional para a gestão eficiente ou para a legitimação de decisões já tomadas, mas sim como um processo emancipatório, que implica o envolvimento efetivo dos cidadãos na construção das decisões que lhes dizem respeito. A democracia participativa pressupõe o reconhecimento da diversidade de interesses e a abertura ao conflito como parte integrante do diálogo coletivo, criando espaço para a reflexão crítica e a co-responsabilização. Reduzir a participação a uma mera formalidade administrativa arrisca a alienação, a desmotivação dos envolvidos e a legitimidade do processo, e por isso deve ser pensada como um fim em si mesma, uma prática que fortalece a comunidade, promove a transformação social e se torna em cidadania ativa. Atendendo às particularidades desta RU, é necessário que se garanta aos residentes voz e poder reais para gerir os seus espaços, repensando os modelos vigentes para que se supere a lógica funcionalista que prevalece e, em oposição, se incorpore uma lógica verdadeiramente inclusiva.

As abordagens atuais traduzem-se num sentimento generalizado de frustração, dado que não resultam na resolução de problemas concretos da residência e por consequência reforçam a perceção que a agência dos residentes é diminuta e a sua voz pouco ouvida. Conceber e pensar estratégias que contrariam esta ideia, promovem a participação efetiva e emancipatória, implicando verdadeiramente os residentes no processo de gestão da RU torna-se elementar; através da criação de espaços de decisão partilhada, da escuta ativa das suas preocupações e valorizando as suas perspetivas possibilita-se mudanças na forma como a participação é entendida e vivida neste contexto.

Para os jovens das Gerações Z e subsequentes, a participação em processos democráticos e associativos é percecionada como escassa. Este é um tema complexo e multifacetado, ao qual se associam diversas nuances. Os jovens portugueses tendem a votar menos e não se envolvem tanto em questões políticas e associativas, pelo menos nos moldes tradicionais em que outras gerações passadas se envolviam. No entanto, isso não significa necessariamente uma falta de interesse pelos assuntos. O que sucede é que atualmente recorrem à internet para expressar as suas opiniões (Lopes, 2022).

A opinião predominante entre os residentes, recolhida através de diálogos informais, revela uma perceção negativa relativamente às reuniões da CR. Estas são frequentemente consideradas pouco produtivas, uma vez que os problemas discutidos tendem a ser repetitivos,

sem que se observem avanços concretos na sua resolução. Além disso, questões mais urgentes ou de fácil resolução – como a falta de internet, a insuficiência de espaço na cozinha, a organização de atividades físicas, a aquisição de novos equipamentos ou a substituição de torneiras nos WC – são habitualmente comunicadas diretamente ao Serviço de Alojamento e Serviços (SAS) por via telefónica ou eletrónica, dispensando a necessidade de convocar reuniões formais. Este cenário contribui para um sentimento generalizado de impotência e inoperância entre os residentes, dificultando a motivação para a participação nestes encontros, que, apesar de obrigatórios, são pouco atrativos. A perceção de um excesso burocrático associado ao funcionamento da CR reforça a desmotivação para a integração neste órgão de representação.

## 7. OS RESIDENTES E/NOS CONTEXTOS

A residência, no ano letivo de 2024/2025 é composta por 13 estudantes, possuindo o edifício da capacidade de albergar um total de 18 estudantes. Desde 2020, um dos quartos triplos ficou destinado para ser um quarto de quarentena caso houvesse algum residente com testagem positiva à Covid-19, pelo que a lotação desde esse ano passou para 15, e finda a pandemia esse mesmo quarto passou a ser destinado para casos de emergência social e/ou por necessidades inerentes a danos ou obras a serem feitas em outros quartos – algo que está neste momento a acontecer devido a uma infiltração.

Desde o ano de 2016 (Apêndice III) que não havia tão poucos estudantes não bolseiros a residir nesta RU. À primeira vista, isso poderia ser explicado pelo aumento do número de candidatos bolseiros, devido à situação financeira das suas famílias. No entanto, essa não parece ser a única razão, já que antes de 2015, mesmo durante uma crise social significativa, ainda havia muitos estudantes não bolseiros na residência. Uma possível explicação alternativa é que, neste ano letivo, o processo de atribuição de bolsas foi mais ágil, permitindo que os bolseiros, que têm prioridade, ocupassem mais vagas.

A atribuição automática de bolsas de estudo no ensino superior veio modificar a forma como Portugal encara este assunto. A forma como as bolsas são atribuídas sofreu uma ampliação na sua forma de atribuição no ano letivo de 2024-2025, trazendo mudanças consideráveis em relação aos anos anteriores:

1. A atribuição automática foi, neste ano letivo, estendida a estudantes que ingressam em cursos técnicos superiores profissionais (TEsP) (DGES, 2024).
2. Os estudantes beneficiários do 1º, 2º ou 3º escalão do abono de família a 31 de maio do ano letivo anterior (ensino secundário) têm direito à atribuição automática, desde que ingressam no ensino superior através das formas normativas estipuladas (DGES, 2024).
3. Os prazos de decisão (acerca da bolsa) foram reduzidos para três dias para novos ingressantes e cinco dias para bolseiros do ano anterior (DGES, 2024).

4. Além disso, as novas regras permitem que trabalhadores-estudantes também tenham acesso às bolsas de estudo, com isenção de rendimentos até 14 vezes a retribuição mínima mensal garantida (DGES, 2024).

Os 13 estudantes da RU têm idades compreendidas entre os 18 e os 23 anos. Um é natural da Guiné-Bissau, outros são naturais de várias cidades portuguesas, maioritariamente do Norte (9 sobretudo da Área Metropolitana do Porto, e 6 de Penafiel, Paredes, SMFeira).

Há uma prevalência significativa de residentes no norte do país, com apenas quatro exceções. A verdade é que os quatro alunos naturais do concelho de Penafiel, aquando da sua integração, não mencionaram a sua naturalidade nas primeiras interações e só depois de algumas semanas compreenderam que viviam relativamente perto uns dos outros, e que tinham amigos em comum, o que acabou por aproximá-los.

Os residentes desta RU demoram tempos diferentes para chegar às suas casas/terras natais. De comboio, segundo os mesmos, as viagens vão de 40 minutos a 1 hora e 30 minutos, com combinações possíveis de autocarro ou carro que aumentam o total para até cerca de duas horas. Existem exemplos de deslocações mais longas, com um caso de uma que demoraria 4 horas e 20 minutos partilhados entre comboio e autocarro. As viagens de autocarro variam entre 45 minutos e 1 hora e 30 minutos, tempo que pode ser encurtado para 40 minutos recorrendo a boleias. Neste contexto, apenas um estudante só vai a casa em grandes festividades como o natal e o ano novo, uma vez que é natural da Guiné-Bissau.

Existem quatro estudantes no 1º ano de licenciatura (caloiros), três estudantes no 2º ano desse mesmo grau de estudos, dois estudantes no 3º ano (finalistas), e três estudantes no segundo ano de mestrado. Ferraz (2020) refere que existe um maior grau de satisfação perante as Residências Universitárias (RU) em estudantes que não estejam no primeiro ano a viver nas RU. Este dado pode ajudar a justificar a prevalência de alunos de mestrado, que estão a viver na residência há quatro anos consecutivos.

As áreas de estudo dos atuais residentes são bastante plurais, apesar de existirem algumas semelhanças uma vez que vários estudam na mesma IES: Instituto Superior de

Engenharia do Porto (ISEP). Apesar de todos os residentes serem alunos desta IES, estes estão distribuídos por diferentes IES e cursos.

No ISEP, há residentes desta RU que estudam: Engenharia Civil, Engenharia Informática, Engenharia Mecânica (dois residentes), Engenharia Biomédica, Engenharia Mecânica Automóvel e Engenharia de Telecomunicações e Informática. No Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), há residentes da área do Marketing, bem como estudantes de Contabilidade e Administração. Na Escola Superior de Saúde (ESS), dois estudantes frequentam o curso de Fisioterapia. Já na Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo (ESMAE), há um estudante em Mestrado em Composição. Por fim, na Escola Superior de Educação (ESE), com o mestrado em Intervenção e Educação Social.

De forma geral, os casos de abandono desta residência universitária ocorrem maioritariamente durante o primeiro semestre do primeiro ano de licenciatura, devido a dificuldades de adaptação. No entanto, os estudantes que permanecem após esse período tendem a completar todo o seu ciclo de estudos nesta RU e, em muitos casos, continuam a residir nela caso ingressem num mestrado integrado nesta IES. Aliás, o caso dos três estudantes que frequentam mestrado é paradigmático, porque os três reconhecem que o facto de continuarem com acesso a uma RU pesou na hora de escolher um mestrado dentro ou fora desta IES.

O abandono do Ensino Superior e a mudança de curso de quatro estudantes do ano letivo anterior para o presente ano letivo mudou abruptamente as dinâmicas sociais da residência. Entre eles estava o anterior vice-presidente da CR que era um elo de ligação relevante com os demais residentes, na medida em que passava grande parte do seu dia na residência. A saída destes quatro estudantes abriu mais vagas que o habitual para novos estudantes, algo que quebrou algumas das dinâmicas desta RU, onde nos anos letivos anteriores, precisamente pelos laços que já estavam consolidados, o sentimento de companheirismo entre residentes era mais significativo.

Através da observação participante e de diálogos intencionais com os residentes, consegui compreender que cinco estudantes passam cerca de uma hora diária em espaços comuns como cozinha e sala, cinco passam até trinta minutos, e os restantes três apenas até

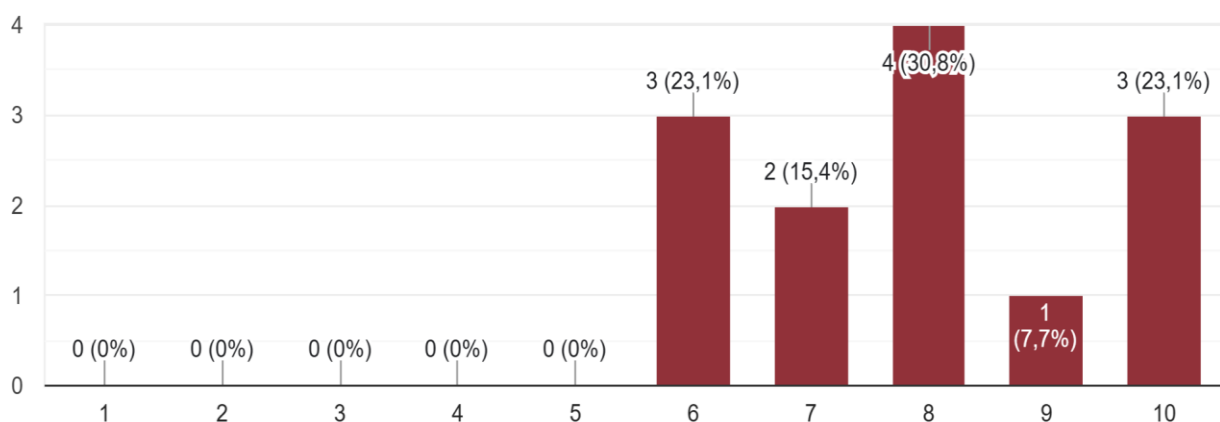
quinze minutos diários. Sete dos treze residentes estão mais tempo na residência após as 18h00, quatro após as 22h00 e apenas dois ao início da tarde. Em diálogos intencionais com residentes anteriores, no âmbito deste PES, e também via observação participada na realidade, pode-se constatar que o tempo de permanência nos espaços comuns é manifestamente inferior em comparação com anos anteriores.

Quando os residentes estão nestes espaços comuns, geralmente as conversas/diálogos recaem numa diversidade de temas, sendo os mais frequentes: futebol, hóquei e futsal, além de outros desportos como atletismo. Videojogos, incluindo o FIFA (bastante referido), são populares, assim como séries, música e hobbies como ler, cozinhar e ir ao ginásio. Política e questões sociais também surgem ocasionalmente como tema de discussão.

Em conversas intencionais com todos os colegas residentes, numa espécie de entrevista que visava recolher dados qualitativos, foi colocada a seguinte questão à qual também respondi-: *De 0-10 quão satisfeito estás com a tua integração e interação com os outros residentes?* Dois residentes colocaram-se no nível 4, dois no nível 5, quatro no nível 6, uma no nível 7, três no 8 e uma pessoa no nível 10. Foi colocada ainda a seguinte questão: *De 0-10 quanto estás disposto a aumentar a integração e participação no grupo?* Com os seguintes resultados:

**Tabela 1: Participação em grupo**

Nº de residentes:



Disposição para aumentar a integração em grupo

Os residentes demonstram, mesmo que de forma tímida, um interesse genuíno em aumentar a sua vida social na RU e foi evidente a vontade manifesta de melhorar a qualidade da interação e da integração. Apesar de alguns tenderem a permanecer nos seus quartos por hábito ou receio de socializar num ambiente ainda pouco familiar, a maioria expressa vontade de se integrar melhor. Esse desejo pode ser motivado por diversos fatores – elencados pelos próprios residentes – como procura e co-construção de um ambiente mais acolhedor, a necessidade de apoio mútuo durante o período académico ou até mesmo a oportunidade de ter momentos meramente de descontração e diversão com pessoas da sua faixa etária, como por exemplo: saídas à noite, jantares coletivos, caminhadas e/ou corridas pela baixa da cidade, etc.

Ainda assim, torna-se evidente um desfasamento entre este desejo de maior integração por parte dos residentes e a perceção institucional ou externa que valoriza sobretudo a “organização” e o “sentido de responsabilidade” que a residência atualmente transmite. Enquanto os estudantes expressam vontade de fortalecer os laços interpessoais e promover dinâmicas mais comunitárias, o reconhecimento que a residência obtém tende a estar mais associado à sua capacidade de manter uma convivência pacífica, com poucos conflitos e uma gestão funcional eficiente – aspetos que, embora relevantes, nem sempre favorecem a criação de uma vida coletiva mais vibrante e relacional. Esta tensão sugere que o funcionamento da RU, embora eficaz em termos administrativos, pode não estar a responder plenamente às necessidades subjetivas e afetivas dos seus habitantes.

Se por um lado (como já referido) os elogios externos (técnicas do SAS, segurança noturno) recaem sobre o silêncio dos corredores e a ordem dos espaços comuns, por outro, esse cenário pode ser também reflexo de uma diminuição das dinâmicas naturais de apropriação dos espaços comuns, do convívio informal e das dinâmicas que, em anos anteriores, traziam mais vida à residência. O que pode parecer, à primeira vista, um indicador de maior responsabilidade e maturidade pode, na verdade, revelar um processo de retração social, onde até pode existir receio de perturbar a ordem ou de ocupar o espaço de forma mais expressiva acabando por afastar os residentes uns dos outros. A comparação com anos anteriores é inevitável. Será possível resgatar a vivência comunitária, recuperando a residência como espaço de encontros constantes e de partilha, do sentimento de pertença construído na convivência diária? De que modo?

Estas questões impelem para se refletir sobre que tipo de interações se pretende potenciar na residência, de procurar formas dos estudantes, que são agentes ativos no espaço, articularem as necessidades individuais com a construção de uma vida coletiva, porque a residência não se limita apenas a ser um edifício onde os habitantes pernoitam, cada um no seu quarto. De uma forma mais ou menos intensa, as suas vidas cruzam-se e são transformados pelos encontros que nela acontecem.

Uma das motivações principais que os estudantes apresentam para a necessidade de estreitar e fortalecer os laços entre eles é tornar o ambiente menos solitário. Atendendo aos múltiplos lugares de origem dos residentes, da distância dos amigos e família, reconhecem a importância de criar amizades dentro do espaço onde vivem, não só pelo conforto emocional, mas também pelo apoio prático no quotidiano, a partilha de questões e preocupações ou meramente pela companhia nas refeições e no estudo. Outro fator relevante a ser considerado é que a timidez ou a falta de iniciativa para iniciar interações pode estar a impedir que esse desejo de maior integração se concretize. Muitos residentes mostraram-se recetivos à ideia de atividades organizadas precisamente porque essas iniciativas podem servir como uma ponte para superar a inércia social inicial.

Questionados acerca dos meios através dos quais se poderiam envolver mais, ou quais seriam os melhores “quebra-gelos” para melhores se conhecerem, referiram que jogos (de tabuleiro, digitais, de consola, etc.) eram uma boa forma de se juntarem. Referiram ainda, num jantar marcado de forma intencional para debater este assunto, que os próprios jantares onde

cada um é responsável por um alimento eram uma boa forma de garantir laços entre os residentes. Cinema, festas e saídas à noite foram ainda igualmente mencionados.

Estas questões foram colocadas no âmbito de uma sequência de convívios onde intencionalmente se procura que todos os residentes se encontrem na sala de estar. O primeiro foi realizado no início de dezembro, e foi nesse mesmo jantar que foi abordado o arranque deste projeto em Educação Social (Apêndice IV – Jantar 1). A verdade é que o arranque do projeto não é somente feito através de momentos específicos para o projeto, mas está desde as interações a pares ou em grupo ao longo de todo o dia. Desde o pequeno-almoço às conversas enquanto se fuma um cigarro na porta da residência.

Numa fase inicial existiram vários questionamentos: “mas como assim, um projeto?”; “vamos ter faltas?”; “pagam-te?”; “mas é preciso assinar alguma coisa?”. Procurei, da melhor forma possível, desconstruir estes argumentos e dúvidas naturais que se baseiam em torno de conceções de projetos “normativos” baseados nas referências do que supostamente é um projeto para estes residentes. E essa desconstrução não foi feita de uma forma única, pois ela surge sempre que abordamos o assunto e com o passar do tempo a inquietação – ainda que positiva – sobre este tipo de projetos mantém-se.

Os dilemas éticos que surgiram ao escolher este local para a realização do projeto voltaram a emergir, desta vez na forma de uma pergunta recorrente entre os meus pares: “Então és residente e Educador Social ao mesmo tempo?”. Esta questão, longe de ser um entrave, abre caminho para refletir. Sim, é possível assumir ambos os papéis, participante e investigador/profissional, pois a construção, manutenção e florescer de relações neste contexto não permitem uma separação rígida entre ser residente e ser Educador Social. A proximidade com os demais residentes faz com que a interação ocorra de forma mais natural do que num contexto onde eu fosse inserido (sendo assim alheio ao mesmo). Sem uma distinção artificial entre momentos em que sou apenas um colega e momentos em que atuo enquanto Educador Social. Mais do que alternar entre papéis, trata-se de integrar essa dupla perspetiva.

Um dos desafios que surgiu relaciona-se com a preocupação com que os residentes não sintam artificialidade ou demasiada intencionalidade que, no limite, levasse ao entendimento que este projeto era meu ou ainda a uma institucionalização da ação. Como eu já tinha uma relação com os colegas enquanto seu par e enquanto responsável da Comissão de

Residentes, caso existisse uma alteração significativa do meu comportamento perante os demais, correria o forte risco de interpretarem os meus comportamentos com distância e encará-los como artificial. Agir com naturalidade garantindo intencionalidade na intervenção que é feita neste PES é determinante para que o mesmo seja genuíno e garanta que as interações sociais não são simuladas, mas sim concretas.

O facto de desempenhar funções como presidente da CR pode ainda ser um fator que facilite a participação, por alguns dos residentes me conferirem um certo “poder” de influência perante as dinâmicas que decorrem no quotidiano da RESI. Esta questão obriga a que a intervenção seja reforçada de uma vigilância ainda mais reforçada sobre este facto. Este fator pode ser positivo caso o facto de ser presidente possa ser enquadrado numa lógica de proximidade e nunca de imposição do quer que seja.

A vontade de se aproximarem uns dos outros e de construírem novas dinâmicas de sociabilidade existe, bem como o desejo de se apropriarem coletivamente dos espaços comuns da residência. Talvez o grande desafio do início deste PES passe por considerar que o mesmo é um verdadeiro desígnio coletivo. Como é que este novo grupo de residentes se pode relacionar e olhar para os demais colegas como uma verdadeira rede de suporte e de emancipação nesta fase transitória enquanto residentes nesta RU, garantindo que a longo prazo existem relações de suporte coesas.

A interação entre os estudantes e a D. Maria (capítulo 9) é um exemplo concreto de como os vínculos afetivos e quotidianos contribuem para a construção de redes de apoio. Inicialmente (no caso dos residentes caloiros) marcada pela formalidade e por alguma distância, essa relação vai ganhando densidade à medida que os residentes começaram a reconhecer na D. Maria não apenas a trabalhadora que mantém o espaço limpo, mas uma presença constante, atenta e cuidadora. Muitos referem-na com carinho, trocam palavras ao início da manhã ou à saída da cozinha, e alguns até mencionam sentir falta da sua presença aos fins de semana. Estes pequenos gestos, muitas vezes invisíveis, são os alicerces de uma vivência comunitária mais rica, onde a partilha intergeracional e a reciprocidade emocional ajudam a suavizar o sentimento vazio de estar longe de casa.

Este tipo de relação evidencia a importância de pensar a ES como prática situada, que se entranha nas dinâmicas locais e é sensível às lógicas de sociabilidade que emergem no território.

Um projeto com estas características não deve apenas inserir-se num espaço – deve ser moldado por ele, escutando os seus ritmos e reconhecendo todos os que o habitam como interlocutores válidos. Recuperar a presença de figuras como a D. Maria, os seguranças noturnos – com os quais os residentes aprendem a manter relações de confidencialidade que se materializam em desabafos durante as suas rondas e casos específicas relações mais significativas – ou os técnicos do SAS enquanto parte integrante do projeto é reconhecer que a construção de uma comunidade não se faz apenas entre pares, mas através da teia de relações – formais e informais – que sustentam o quotidiano. Uma ES comprometida com a vida real deve ser fluída e permeável, integrando-se nas formas próprias com que cada espaço constrói as suas rotinas, afetos e modos de estar. É nesse enraizamento que pode emergir uma verdadeira intervenção transformadora.

## 8. SÃO JOÃO: O PORTO ≠ OPORTO, A CIDADE QUE NOS PERTENCE

A celebração do São João no Porto é mais do que uma festividade popular: é um fenómeno sociocultural enraizado na história da cidade e profundamente vinculado ao sentido de comunidade e pertença, que evidencia claramente a ideia de que as tradições não são apenas acontecimentos e elementos periódicos, mas práticas sociais vivas que constroem a identidade coletiva. Enquanto celebração realizada nos espaços públicos e coletivos — as ruas, as praças, as varandas, os largos, as associações — o São João representa uma expressão concreta da resistência comunitária às lógicas de fragmentação e privatização impostas pela gentrificação.

É precisamente neste contexto que a RU adquire um papel particularmente relevante. Há cerca de três anos a RESI abre as portas à cidade na noite de São João. Ao abrir-se à comunidade durante a festa, e ao acolher tanto moradores antigos como antigos residentes, a residência ocupa uma posição de charneira: entre o mundo estudantil e o mundo local, entre o passado e o presente. Este encontro, da festa e da RESI, não se entende como meramente simbólico, pois tem efeitos reais na manutenção de práticas locais: ao manter viva a tradição no coração da cidade em processo de gentrificação, contribui para a continuidade da cultura popular, criando um espaço liminar onde se suspendem barreiras sociais e territoriais.

No caso específico do São João, não se trata apenas de assistir à festa, mas de participar nela: montar as mesas na rua, residentes a vender sardinhas e caldo verde, dançar ao som da música popular, rir com estranhos que se tornam conhecidos por uma noite. Estas experiências constituem práticas de socialização, nas quais se desenvolvem competências sociais, laços, reconhecimento do outro e sentido de pertença.

Januário (2023) argumenta também que estas manifestações culturais têm cariz alternativo, pois funcionam como contraponto às formas dominantes de uso do espaço urbano (como o turismo e a mercantilização cada vez mais presentes no centro do Porto) significa que, ao sediar práticas festivas de raiz popular — comunitárias, intergeracionais, ancoradas na memória — esta RU afirma-se como uma verdadeira forma de resistência.

Do ponto de vista da ES é essencial valorizar estas tradições como processos determinantes na vida comunitária. Não se trata de “folclore”, no sentido redutor do termo, mas de práticas que permitem reforçar vínculos sociais, ativar memórias coletivas e sustentar resistências à homogeneização cultural imposta por um urbanismo neoliberal. Em vez de assistirmos passivamente à transformação dos centros históricos em cenários turísticos sem vida local, importa olhar para festas como o São João como núcleos de coesão simbólica – momentos onde a cidade é vivida por quem dela faz parte, e não apenas consumida por quem a visita.

Neste quadro, a RU pode e deve ser entendida como um ator cultural ativo. Ao envolver-se na continuidade das tradições da cidade, não apenas cumpre uma função interna de integração dos seus residentes, como se torna também uma âncora cultural num território em rápida mutação. Isto não é indiferente do ponto de vista das políticas públicas ou da intervenção social: apoiar, fomentar e proteger este tipo de ocupações simbólicas e culturais dos espaços urbanos é também intervir em defesa do direito à cidade e à memória coletiva.

Discutir o valor das tradições e festas populares implica reconhecer que estas não são resquícios do passado, mas expressões vivas do presente. São, segundo Shils (1981), processos de transmissão simbólica, que permitem a continuidade da cultura e da comunidade. Assim sendo, celebrar o São João, e mantê-lo vivo, não é apenas celebrar o Porto. Revela-se também uma defesa do modelo de cidade plural, do encontro geracional e social, da coexistência de diferentes grupos e das suas dinâmicas, da partilha de espaço e da construção de significados comuns.

Central é também a apropriação do espaço público que acontece nesta festa. A ocupação de diversas formas da cidade do Porto é para muitos habitantes o momento do ano em que a cidade realmente lhes pertence, funcionando, de forma tácita, como um pacto coletivo entre os cidadãos que transforma as ruas, praças, largo e demais lugares num território de pertencimento e expressão cultural. É o dia em que o espaço urbano recupera a sua centralidade comunitária, resgatando a cidade da lógica mercantil e turística que a domina durante o resto do ano. Neste sentido, o São João é a concretização do direito do povo à cidade – um momento em que o público se torna verdadeiramente “nosso”, reforçando os laços sociais e a identidade local.

A celebração do São João emerge como um momento pilar deste PES (Apêndice VII). Aquando das festividades, suspendem-se temporariamente os muros simbólicos da residência, onde os antigos moradores da zona regressam para se juntar aos outros moradores e aos residentes. Muitos dessas pessoas foram forçadas a abandonar a comunidade pelas pressões impostas pelo mercado. Um estudante contou que conheceu a antiga moradora da casa ao lado, que agora vive longe, mas que todos os anos “vem até à porta da residência com uma garrafa de vinho do Porto para brindar com os ‘novos jovens’”. Ex-residentes, agora formados e já no mercado de trabalho, também voltam, não só pela nostalgia, mas porque veem neste espaço um ponto de encontro e de continuidade. “É o único sítio onde posso sentir que ainda pertenço ao Porto”, disse um ex-residente no ano passado.

A antecipação em volta da festa é quase palpável para todos nós, em especial para aqueles que vivem na residência há mais tempo e outros que já saíram e voltam todos os anos nesta ocasião. É uma noite particular no qual a RESI se funde e transforma numa parte integral da cidade, onde as barreiras invisíveis entre estudantes e comunidade se dissipam. Aqueles que estão menos familiarizados com a tradição, os novos residentes, contagiam-se pelo verdadeiro espírito da festa que lhes é passado pelos colegas mais antigos.

O espaço transforma-se radicalmente, cheio de música, do cheiro dos grelhados, das pessoas que circulam nas partes comuns e ficam para dançar, conviver e comer. As festividades marcam o encerrar de anos letivos ou ciclos de estudos, e carregam significados implícitos: da despedida e da renovação, simultaneamente. É um momento que convida aqueles que são mais introvertidos e reservados a sair dos quartos e participar, resgatando-lhes a pertença que muitos não sentem no quotidiano e criando memórias que permanecerão para lá do período em que habitam a residência. Sente-se uma nostalgia antecipada no dia seguinte, nos corpos cansados e nos vestígios que a festa deixou no espaço ao longo da noite, porque aquele momento só se repetirá no ano seguinte, e para alguns, possivelmente nunca mais, pois o fim desta fase da sua vida os levará para outros lugares. No entanto, o São João continua a ser uma tradição que transcende as mudanças da cidade e resiste, tal como a residência, como um o elo entre os estudantes e a comunidade que um dia ali viveu.

## 9. DONA MARIA – UMA DE NÓS

Este sentimento de apropriação é vivido intensamente pelos moradores e residentes, como ilustrado pela experiência da Dona Maria, funcionária de limpeza desta RU, que partilha frequentemente com nostalgia sua ligação ao São João. Recorda, em confiança com os residentes, os momentos vividos na juventude e infância e incentiva-os a preparar a festa: a comprar a comida e bebida não só para os habitantes, mas aqueles que passam, vendendo-lhes uma entremeada num pão, uma sardinha ou uma cerveja, ou até outros aspetos que tornem o São João da RESI mais tradicional, mais comunitário e mais ambicioso do que os estudantes idealizam.

Para ela, a residência representa uma ponte vital para o que resta da cidade — um elo com a memória coletiva e as tradições que a gentrificação progressivamente retira da vivência quotidiana. A Dona Maria teve de sair desta localidade devido à especulação imobiliária, mas passa a noite do São João na RESI (não estando evidentemente a trabalhar ou em horário laboral), sentindo-se parte de uma “família” formada pelos residentes, com quem estabelece laços afetivos mais fortes do que com a própria família que ficou na cidade. A sua presença e dedicação durante a festa do São João ilustram como as práticas culturais são essenciais para a manutenção da coesão social e para a resistência às forças que tentam descontextualizar o centro histórico do Porto.

Por diversas vezes, a CR reivindicou junto do SAS pela integração laboral da Dona Maria nesta IES. A Dona Maria, além das tarefas inerentes à sua limpeza, assume um papel de comunicação diária e de fortalecimento de laços com todos os residentes, algo sobre o qual o presente relatório irá se debruçar. Para muitos residentes, especialmente aqueles que chegam pela primeira vez à cidade e ao ensino superior, ela assume um papel quase maternal. É ela quem ensina a utilizar a máquina de lavar, dá dicas sobre os melhores sítios para estar no Porto e esclarece dúvidas sobre a residência e o funcionamento da universidade (do que vai ouvindo de outros residentes anteriores). Mas se seu papel já não se esgota nestes gestos afetuosos e cuidadores, muito menos numa presença meramente “tarefeira” — a Dona Maria é também um porto de abrigo: alguém que ouve, aconselha e acompanha o dia a dia dos residentes. Não

imaginamos o que seria se a empresa de limpeza para onde trabalha a D. Maria decidisse substituí-la por outra(s) trabalhadora(s) que viesse(m) simplesmente executar as suas funções de limpeza.

Sendo natural desta zona do Porto, esta mulher atribui outros significados às suas práticas laborais, ela cuida de jovens estudantes que habitam o território de onde ela foi expulsa devido à forte especulação imobiliária, com o calor de uma *tripeira de gema*, com o carinho e a dedicação que parecem reclamar a necessidade de contacto com o território que a viu nascer, ela cuida dos jovens como se cuidasse dos seus e da sua terra. E cuida. A Dona Maria, ao dia de hoje, num ato um tanto trágico, tem de limpar a entrada da porta numa das ruas onde cresceu e hoje não pode mais viver. Este sentimento reforça a ligação afetiva que constrói com os residentes, tratando-os de uma forma mais maternal.

A Dona Maria, como se pode constatar na entrevista em Apêndice V, aprofunda o modo como esta RU, para além de espaço funcional, é vivida por ela como território afetivo – um prolongamento do bairro onde nasceu, agora bastante diferente. O que se entrevê nas suas palavras não é apenas nostalgia, mas também um desejo ativo de manter viva uma forma de estar no mundo. A residência, nesse contexto, é não só um lugar de trabalho, mas um bastião de memória e de contacto social – um espaço onde a Dona Maria, mesmo desprovida de casa própria na zona, encontra sentido, pertença e continuidade.

A narrativa da mesma (Apêndice V) está recheada de sentimentos vários de cuidado e bastante afetividade perante os residentes – estes fatores devem assumir centralidade no olhar da Educação Social, por via do reconhecimento da materialidade concreta que se reconhece por via destas estruturas relacionais valorizadas. A RU por via do senso comum pode ser encarada apenas como um espaço funcional para jovens viverem durante o ano letivo, mas a perspetiva trazida pela Dona Maria refere que a mesma se reconhece como membra efetiva daquele espaço e isso tem bastante valor no domínio da valorização indetaria mais ampla daqueles que são os atores sociais deste projeto (que não se reduzem aos residentes).

É sabido por via de conversas intencionais e observação participantes que o cansaço por via das funções é real e que a precariedade é uma realidade das suas funções profissionais e esses fatores não podem ser romantizados. Todavia, o vínculo que a mesma refere ter com os

residentes (Apêndice V) é uma forma de gratificação daquilo que ela faz diariamente e um grande fator de motivação para que todos os dias se apresente ao seu serviço com a melhor das disposições que consegue trazer consigo. A transmissão de fatores culturais feita pela Dona Maria por via da gestão do cotidiano e do espaço não é apenas um mero “cuidado” mas deve ser encarada como sabedoria que esta decide partilhar com os residentes – apesar de ultrapassar as suas competências contratuais.

Urge também invocar o facto de que a Dona Maria tem consciência do seu papel na RESI, a título de exemplo quando refere: “não sirvo só para limpar, queria poder ficar mais” (Apêndice V). Esta consciência é uma forma de reivindicação do seu lugar neste espaço. A verdade é que os estudantes mudam todos os anos, mas ela fica sempre – construído continuidades sem qualquer mandato ou solicitação institucional para que o faça, fá-lo apenas por motivação intrínseca e dedicação com os “seus meninos”.

Ao mesmo tempo, esta revela um olhar atento e caloroso sobre os estudantes, a quem a Dona Maria trata com uma dedicação que ultrapassa qualquer vínculo contratual. Na prática, esta assume-se quase que como uma mediadora cultural, acolhendo os recém-chegados e transmitindo saberes vários. A força da sua presença, como se evidencia no seu discurso, reside precisamente nessa capacidade de enraizar relações num tempo e num lugar onde tudo parece provisório. Neste sentido, o seu papel não só confirma a centralidade do cuidado quotidiano, ancorado em vínculos e partilha, como forma concreta de resistência às lógicas despersonalizadas que marcam a cidade contemporânea.

Do ponto de vista da ES, o que a Dona Maria faz é exercer uma forma quotidiana de pedagogia relacional: acolhe, orienta, escuta, transmite cultura local e valores, tecendo com os residentes uma rede de apoio que ultrapassa largamente o seu papel formal. Este tipo de relação é particularmente importante em contextos marcados pela transitoriedade (típica pelo contexto de uma RU) e pela fragmentação associada à rotatividade de atores sociais que residem neste local. Para muitos residentes, sobretudo os que chegam de contextos bastante alheios à metrópole ou em situação de vulnerabilidade emocional, ela torna-se uma figura de mediação afetiva e cultural, facilitando a sua adaptação, construindo sentido de comunidade e ajudando a combater o isolamento – por via de participação e incentivo no conhecimento mútuo dos residentes, seja através de “quebra-gelos” aquando da entrada ou via um olhar atento e

intencional no ato de criar grupo. É exatamente este tipo de presença – enraizada, sensível e implicada – que a Educação Social reconhece como transformadora.

Por outro lado, a sua relação com o território evidencia uma tensão entre a pertença afetiva e exclusão material. A cidade, seu espaço de infância e convivência, torna-se um cenário hostil, marcado pela turistificação e pela expulsão silenciosa dos seus moradores. E é nesse contexto que a residência ganha um novo significado para ela: torna-se refúgio, lugar de resistência simbólica, onde ainda é possível viver alguma continuidade daquilo que foi perdido. A RU é o chão que lhe resta do território de onde foi expulsa (Apêndice V), ao referenciar esta questão, a Dona Maria não está a teorizar no sentido académico das consequências da gentrificação, ela viveu esses efeitos na primeira pessoa e tem essa consciência.

A partir desta visão, importa sublinhar o quanto o seu papel deveria ser reconhecido – não como exceção ou "curiosidade", mas como uma peça estruturante no ecossistema relacional desta comunidade. A sua atuação informal não substitui os demais profissionais e atores sociais dentro da Academia, mas complementa e enriquece qualquer estratégia de integração, intervenção ou promoção de bem-estar. O seu papel de educação não formal é um exemplo de cuidar com tempo, com afeto e certamente repleta de intencionalidade.

Em suma, é nas entrelinhas do que A Dona Maria vive e diz que se revelam os maiores desafios e potencialidades da Educação Social: a valorização dos saberes do quotidiano, a urgência do reconhecimento da função educativa do cuidado, e a necessidade de reconstruir pertenças num mundo onde tudo parece cada vez mais descartável. Ela não apenas "está lá" – ela cria lugar. E isso, para quem trabalha com pessoas como a mesma refere (Apêndice V) é um gesto profundamente político.

## 10. ONDE ESTAMOS? PARA ONDE VAMOS?

Com o aprofundamento da análise do contexto, urge sistematizar necessidades e potencialidades inerentes ao presente PES. Este processo, se realizado apenas com as percepções do Educador Social, corre o risco de se tornar demasiado afunilado numa só opinião, por muito que esta procure ser agregadora. É importante, no entanto, realçar que as narrativas dos demais, se somadas ao olhar crítico que a ES traz consigo, ganham uma outra dimensão: mais robusta e problematizadora.

Para evitar recorrer a métodos de participação verticais ou excessivamente formais — que, como já referido neste relatório, tendem a gerar alguma aversão por parte dos residentes — procurei, numa fase inicial, identificar os eixos centrais a abordar neste capítulo através da recolha de informações obtidas em diálogos intencionais com os próprios residentes. Na maioria dos casos, o tema surgiu por si, porém, junto de alguns residentes com um perfil mais tímido e acanhado — a esses procurei introduzir o tema com alguma intencionalidade, sem necessariamente potenciar à partida uma visão enfatizada acerca do assunto.

Não obstante a intencionalidade destes diálogos, durante a fase de observação e interação com o grupo, foi possível identificar sinais evidentes de isolamento, desligamento emocional e falta de pertença ao espaço e às pessoas. Estes três eixos são comuns às narrativas que os residentes identificam — ainda que com outros termos, entre eles:

*“Eu vivo aqui, mas às vezes parece que nem conheço mais de metade deles,”* – Residente A;

*“Às vezes passo dias sem falar com ninguém e como também ninguém fala comigo, só saio para ir às aulas.”* – Residente B;

*“Achei até que ia sofrer de demasiada pressão de outros quando entrasse, do género, sei lá, que já existisse um grupo muito fechado e que tentassem ser meus amigos e eu por vergonha ou assim podia bloquear. Mas aconteceu o contrário: eu até queria falar com os mais velhos, mas sinto que está cada um na sua vida”.* Residente C;

*“Antigamente isto era diferente, a resi era cheia de vida. Isto morreu, eu nem sei o nome de quem vive no piso acima do meu, não faz sentido.” – Residente A;*

*“Eu gostava de poder ter mais proximidade até com o meu próprio colega de quarto, pudera com os outros”. – Residente D.*

Estas vozes revelam um certo sentimento de descontinuidade comunitária, onde o espaço da residência, em vez de constituir um ambiente de partilha e construção de vínculos, é percebido como um lugar funcional, quase transitório, onde se habita, mas não se pertence. A invisibilidade e o anonimato emergem como dimensões simbólicas do mal-estar, impactando diretamente o cotidiano e o bem-estar relacional. O que se verifica, portanto, é um cenário de fragmentação, no qual as relações entre pares são escassas, e a convivência se torna limitada. O desejo de aproximação está presente – como o demonstra a narrativa do Residente C – mas é muitas vezes travado por barreiras implícitas, como o medo da rejeição, a timidez ou a inexistência de oportunidades concretas de encontro.

Ao mesmo tempo, nota-se uma certa nostalgia ou idealização de um passado em que a residência assumia uma função mais comunitária e viva, como referido por um dos residentes. Este tipo de comentário sugere não apenas a constatação de uma perda, mas também a existência de um referencial coletivo – ainda que implícito – sobre o que a vivência comunitária poderia (ou deveria) ser. O desinvestimento emocional no presente parece estar relacionado não apenas com fatores individuais, mas com a ausência de estruturas relacionais que incentivem o envolvimento e a participação ativa.

A nostalgia mencionada por alguns residentes pode ser entendida como uma memória coletiva de tempos em os espaços comuns como a sala de estar tinham outra dinâmica no passado.

Neste sentido, as necessidades identificadas não dizem apenas respeito a aspetos operacionais da vida na residência, mas incidem de forma clara sobre dimensões relacionais e participativas. Existe um déficit de oportunidades para o exercício da convivência, da escuta mútua e da construção de um “nós”. O espaço físico não é, por si só, suficiente para gerar

comunidade; é necessário intencional o vínculo, estimular o encontro e valorizar a voz de cada residente como agente na transformação do seu próprio ambiente.

Além das percepções já identificadas, é fundamental ampliar a reflexão sobre os desafios estruturais que influenciam a participação dos residentes na vida coletiva da RU. Um dos pontos centrais é o funcionamento das CR, que muitas vezes operam mais como órgãos de gestão administrativa do que como espaços efetivos de participação democrática e construção coletiva. Esta limitação traduz-se numa participação entendida como um instrumento para gerir comportamentos e manter a ordem – e não como um princípio de democracia participativa, onde os estudantes são verdadeiros agentes de mudança e corresponsáveis pelo desenvolvimento do espaço.

Também importante, o acesso desigual aos meios digitais, ou a ligação à internet com interrupções limita tanto as atividades académicas como as de lazer, e embora estes meios não materializem por si só um encontro presencial nem o substituam, tendo em conta que a geração dos atores sociais é especialmente caracterizada por obstáculos de socialização, pela timidez, introversão e isolamento, tornam-se veículos para a construção de laços.

Assim, mesmo que o PES não abarque diretamente todas estas questões, é essencial reconhecê-las como parte integrante do panorama relacional e comunitário da RU. O balanço plural das necessidades e limitações inclui, portanto, não apenas as interações interpessoais e as dinâmicas de convívio, mas também os mecanismos institucionais e tecnológicos que moldam a experiência dos estudantes. Só com essa visão ampliada será possível pensar intervenções que respeitem e potenciem o protagonismo dos residentes, criando condições para que a residência volte a ser um espaço vivo.

Para além dos desafios identificados, existem potencialidades próprias e positivas que emergem no quotidiano da residência e que não derivam apenas da perceção dos problemas: a curiosidade natural dos residentes, a criatividade e engenho em pequenas iniciativas informais, o sentido de humor partilhado e a capacidade de se adaptarem às situações emergentes. Estas forças intrínsecas, que se configuram como alicerces para o estreitamento das relações, que aliadas à diversidade cultural partilhada entre os estudantes permitem aumentar alargar as suas

interpretações da realidade e a forma com que com ela interagem, são valorizadas e reconhecidas pela ES, cujo papel fundamental permite o fortalecimento de uma cultura de cooperação, de pertença social, ultrapassando a mera gestão de conflitos e insatisfações.

## 11. DESENHO E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Sistematizar ideias, refletir criticamente e organizar ações são elementos centrais na construção de um projeto pedagógico (Serrano, 2008). A elaboração de projetos exige um olhar atento e autorreflexivo sobre os factos e intenções que orientam a ação. A proposta de Desenho de Projeto procura que esta se assente em torno de valores como a escuta ativa dos participantes, o respeito pelos percursos individuais e coletivos, a construção partilhada do conhecimento e a busca por justiça social, aliando esta perspetiva à de Veiga, Timóteo e Monteiro (2020), que defendem a construção de projetos com base na responsabilidade com a memória dos contextos, na aposta na democracia participativa e na consciência de que a planificação é sempre inacabada, aberta à transformação.

Os projetos educativos não são apenas respostas técnicas a problemas identificados, mas espaços vivos de negociação entre o desejo de transformação e as limitações impostas pela realidade concreta, corporizando-se como "pontes" entre utopias e possibilidades e lugares de tensão criativa e compromisso, como destacam Stephanou, Muller e Carvalho (2003). Na prática, isso implica dar centralidade à participação dos envolvidos. Mais do que uma metodologia, a participação é, como afirma Bordenave (1994), uma necessidade humana fundamental. É através dela que os sujeitos se reconhecem como agentes de mudança, expressam os seus desejos e se comprometem com a realidade, revelando o carácter essencial da escuta dos residentes e demais intervenientes sociais do projeto, das suas experiências, propostas e inquietações para a legitimação e eficácia do projeto.

A participação assume, então, um duplo papel: permite o enraizamento do projeto nas reais necessidades da comunidade e, simultaneamente, constitui-se como um processo emancipador, capaz de reforçar o sentimento de pertença e de responsabilidade coletiva. Isso traduz-se num compromisso com a democracia participativa, onde todas as vozes são convocadas a contribuir para a transformação comum. Contudo, é importante reconhecer os limites do contexto. No caso concreto do projeto referido, o facto de ter de trabalhar em horário laboral (quando muitos residentes estão nesta RU) constituiu um obstáculo à presença física contínua, comprometendo desta forma parcialmente a continuidade do trabalho colaborativo.

Assim, o desenho de projeto apresentado deve ser entendido como uma proposta aberta, passível de reformulação e adaptação, sempre em diálogo com os participantes.

Por fim, importa lembrar que um projeto só se justifica se houver uma finalidade clara e legítima. A sua razão de ser reside na resposta que oferece às necessidades sentidas pelas pessoas envolvidas. Este será, portanto, o ponto de partida para a etapa seguinte, onde se discutirá precisamente a definição dessa finalidade.

## **11.1. PARA QUÊ?**

A finalidade de um projeto está associada à utopia que nós temos em torno de uma ideia de transformação do contexto. Esta finalidade está integralmente associada a um desejo de mudança que se pretende almejar com o decorrer do projeto (Serrano, 2008). Para isso, deslumbra-se alcançar uma transformação global que integre vários momentos e etapas na realidade a transformar.

A finalidade deste projeto transcende a simples promoção da participação e do sentimento de pertença na residência universitária, visando contribuir para a construção de uma comunidade mais solidária, dinâmica e politicamente consciente. Procura-se, a longo prazo, fomentar um ambiente onde os laços sociais sejam não apenas vínculos de contexto, mas expressões reais de apoio mútuo e de transformação coletiva, que reflitam um ideal de sociedade justa e inclusiva. Este projeto pretende, assim, estabelecer pontes, e resistir ao processo de quebra gradual das mesmas, entre a vivência quotidiana na residência e o seu redor, assim como a construção de uma cultura comunitária que inspire modos de convivência alternativos aos vigentes – num período onde a gentrificação e o individualismo vigoram – mais humanos e emancipatórios, para além do espaço imediato da RU.

Os PES devem contemplar eixos basilares, que são denominados de objetivos – que devem estar alinhados com uma finalidade concreta (previamente definida). Deve ser claro o que se pretende alcançar. Os objetivos gerais orientam as ações em termos mais amplos, definindo as direções principais a seguir (Serrano, 2008). Por sua vez, os objetivos específicos detalham essas intenções de forma prática e concreta, refletindo as mudanças que se desejam promover.

É por meio da realização dos objetivos específicos que se torna possível atingir os objetivos gerais.

## **11.2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS**

**Objetivo Geral I:** Fortalecer os laços interpessoais dentro da residência universitária, promovendo redes de apoio, pertença e convivência entre os residentes.

### **Objetivos Específicos:**

- Criar vínculos de proximidade entre todos os atores sociais envolvidos diretamente com a RU, fortalecendo a consciência da interdependência e valorização do papel coletivo dos mesmos.
- Combater a solidão ou invisibilidade através de práticas colaborativas no cotidiano.
- Fortalecer a identificação simbólica e afetiva com a residência, aumentando o sentimento de pertença e a coautoria na construção do espaço habitado.
- Reconhecer o valor das suas histórias e visões e respectivas inquietações.

**Objetivo Geral II:** Reforçar a dimensão comunitária da residência universitária enquanto parte ativa do tecido urbano e social, promovendo uma cultura de apropriação crítica e participação cidadã.

### **Objetivos Específicos:**

- Reconhecer a residência enquanto agente coletivo com potencial de intervenção na localidade onde se encontra.

- Criar pontes entre a vida interna da residência e outros atores locais da vizinhança, através de colaborações ou diálogos informais.
- Efetivar a criatividade, autoria e participação dos residentes em iniciativas com impacto fora da residência.
- Aumentar a consciência crítica sobre o lugar da juventude, do habitar e da organização coletiva nos contextos urbanos contemporâneos.

Importa sublinhar que este projeto assenta numa lógica de co-construção e flexibilidade, assumindo-se como um espaço em constante evolução, aberto à reconfiguração consoante os interesses e envolvimento dos participantes. As ações englobam várias atividades do quotidiano que acontecem, não havendo à partida ações “principais” e/ou “grandes” e ações secundárias. O que acontece desde o início do projeto pode ser considerado uma ação interativa e integrada que, por uma questão de organização da informação, se organiza no presente relatório em três ações.

### **11.3. DESENVOLVIMENTO, AÇÕES E ESTRATÉGIAS**

Para a concretização de um projeto, é fundamental que o desenvolvimento de ações e atividades sejam interligados e adaptados ao contexto específico, com o objetivo de promover reforços de laços como um rumo a um ideal coletivo. Estas ações são elaboradas tendo em conta as particularidades dos atores sociais envolvidos – as suas necessidades, trajetórias de vida, interesses e preferências – para garantir que se reconheçam, se envolvam de livre vontade e encontrem motivação para participar. O projeto deve manter um cariz flexível, permitindo ajustes constantes que respondam às transformações sociais e às novas expectativas dos participantes.

No que respeita às estratégias, o trabalho apoia-se especialmente na relação dialógica que ocorre na interação quotidiana: que consistem em métodos e técnicas que facilitam a interação, expressão e construção coletiva, promovendo a coesão e o fortalecimento do grupo. Melo, Filho e Chaves (2014) indicam o envolvimento de atividades como discussões em grupo e feedback coletivo, que exploram as forças em constante movimento dentro dos grupos e entre as pessoas que os compõem, conduzindo a que as dinâmicas não apenas promovam o conhecimento mútuo, mas também contribuam para o desenvolvimento pessoal e a transformação coletiva.

Podemos evocar dessa forma alguns exemplos concretos: momentos de encontro e/ou de planeamento; a dinamização e/ou potenciação de momentos culturais e ainda de convívio, incluindo os jantares coletivos. Todos estes espaços são excelentes meios para serem dinamizados e potenciados espaços que sirvam para a partilha, onde os participantes descobrem elementos que os interligam mas também as demais diferenças entre si. Estes processos servem para potenciar e florescer laços de solidariedade, ancorados na diversidade e heterogeneidade deste grupo. Estas iniciativas são, assim, um meio para atingir a valorização pessoal e coletiva com vista a que cada indivíduo compreenda melhor sua respetiva identidade e consiga dessa forma ampliar a sua capacidade de agir com os que o rodeiam.

Além disso, este tipo de dinâmicas favorecem o dinamismo, a escuta ativa, a criatividade e ao espírito comunitário: elementos essenciais para o desenvolvimento saudável das relações interpessoais e para a construção de ambientes grupais. Através de processos que estimulam o diálogo e a escuta, cada participante sente-se valorizado, reconhecendo a sua história e experiência como relevantes para o coletivo.

O PES, que deve ser sempre encarado como um processo em aberto, deve – precisamente pela sua plasticidade de interações – contemplar no próprio as demais revisões necessárias. Este processo deve, por isso, ser necessariamente co-contruído e horizontal nessa mesma abertura para e/com todos os envolvidos. A transformação realista vai além do âmbito temporário do projeto, visando impactos bem mais duradouros que ultrapassem os momentos formais das ações, mas que reforcem como um todo a ideia de comunidade a longo prazo.

## 11.4. A PARTICIPAÇÃO COMO PILAR E CONSCIÊNCIA COLETIVA

O processo participativo neste PES foi, desde o início, marcado por desafios próprios do contexto e das características do grupo em questão. O arranque do PES na residência coincidiu com um ambiente algo reservado, onde as interações, embora cordiais, eram breves e marcadas por uma certa distância. Esta postura não se traduziu em rejeição, mas antes numa forma de resguardo que parece ser habitual entre jovens em situação de deslocamento, a viver longe das suas redes de apoio habituais e centrados nas exigências da vida académica.

Ao longo das semanas, foi possível perceber que o envolvimento dos residentes com a proposta deste projeto variava bastante, tanto em intensidade como em frequência. Alguns mostraram interesse e disponibilidade para conversar, refletir e partilhar, ainda que de forma pontual. Outros mantiveram-se mais afastados, não por oposição explícita, mas por falta de tempo, energia, ou simplesmente por não sentirem que este processo lhes dizia diretamente respeito. Houve dias em que poucas pessoas estavam disponíveis, outros em que as interações eram mais ricas. Essa irregularidade, relatada também por alguns residentes como reflexo do ritmo dos estudos, das responsabilidades pessoais e até do cansaço acumulado, tornou o percurso menos linear, mas não menos significativo.

Por outro lado, é importante reconhecer que o meu próprio envolvimento foi condicionado por fatores externos. O facto de eu trabalhar em simultâneo e nem sempre conseguir estar presente de forma contínua contribuiu para que algumas oportunidades de contacto fossem perdidas. Essa limitação foi sentida por mim e, de certa forma, também notada por alguns residentes, que em momentos mais abertos diziam que “era uma pena não se conseguir fazer mais coisas” ou “que isto podia ser giro se houvesse mais tempo na hora de almoço”. Ao mesmo tempo, estes comentários traziam também um certo reconhecimento do esforço feito para estar presente e escutar, mesmo que de forma intermitente.

Ainda assim, este processo revelou espaços e momentos de maior abertura. As conversas mais reais em corredores, junto à cozinha ou à entrada da residência mostraram-se

contextos férteis para o surgimento de pequenas partilhas, reflexões ou inquietações. Foi nesses instantes mais informais que surgiram algumas interrogações sobre o próprio sentido de viver numa RU: alguns residentes falavam sobre a solidão que por vezes sentem, mesmo estando rodeados de pessoas, e sobre a dificuldade de criar laços, sendo os próprios tímidos por natureza, num espaço onde tudo parece temporário.

Surgiram também inquietações ligadas ao futuro: “depois de sair daqui, levo o quê? Para quê que vou estar a gastar tempo nisto?”, perguntou um colega, numa conversa rápida, mas carregada de significado.

Estes comentários são sinais que revelam alguma tensão e/ou dúvidas que estão presentes no dia a dia dos residentes desta RU. A reflexão em torno do que representa este espaço e este PES – reconhecendo que há narrativas que devem ser trabalhadas com um olhar preocupado com o social, num horizonte educativo.

Estas pequenas aproximações, feitas ao ritmo das disponibilidades e dos níveis de confiança que se foram estabelecendo são essenciais na intervenção social. Muitos residentes partilharam que não estão habituados a pensar ou falar sobre o que é viver numa residência, que esse tipo de reflexão “não aparece”, e que sentem, muitas vezes, que “cada um anda na sua”.

O que se tornou claro ao longo do tempo foi que o potencial participativo existe, mas é frágil, condicionado por múltiplas variáveis e exigente em termos de presença, tempo e vínculo. O processo, ainda que limitado, permitiu abrir algumas brechas nesse quotidiano apressado e solitário, criando momentos – mesmo que possam à primeira vista ser tidos como breves – de escuta, de atenção ao outro e de reconhecimento das experiências vividas naquele espaço.

Perante todas essas inquietações e partilhas informais, a minha intervenção assentou sobretudo numa postura de escuta ativa e presença atenta, sem grandes formalismos nem pressões. Ao longo do tempo, fui percebendo que não era necessário um esforço transcendente para atingir esses objetivos: bastava estar disponível, reconhecer os momentos certos e acolher o que me era confiado com atenção e respeito.

Recordo, por exemplo, uma conversa junto ao lavatório da cozinha, em que um residente comentou que “nem vale a pena arrumar muito, já estou quase de saída e ninguém nota, alguém acabará por limpar, que se “lixe””. Essa frase fez-me pensar sobre o sentimento de transitoriedade que muitos carregam – uma vivência marcada por um certo desligamento do espaço e, talvez, pela ausência de raízes – mesmo que pareça mero desleixo acredito que estes atos podem ter uma outra interpretação. A minha resposta não foi imediata, mas nos dias seguintes fui tentando retomar o tema de forma subtil, perguntando o que fazia com que alguém se sentisse ou não ligado àquele lugar.

Noutra ocasião, um dos residentes partilhou comigo que se estava a deparar com algumas dificuldades em dormir por motivos de pressão académica, e essa dificuldade era ainda agravada pelo barulho ocasional causado por outros residentes. Ouvi-o com atenção, acompanhei a sua preocupação perante o cansaço que sentia e partilhei que muitos outros, mesmo que muitas das vezes não o digam, enfrentam situações parecidas. A partir daí, foi possível abrir espaço para uma conversa sobre como o coletivo pode (ou não) contribuir para um ambiente mais respeitador e atento ao bem-estar de todos.

Perante estas pequenas partilhas, fui desenvolvendo uma consciência maior sobre como o tempo, o cuidado e a disponibilidade são elementos centrais numa intervenção educativa dentro de uma RU. Nem sempre se trata de criar atividades ou propor ações e/ou iniciativas – às vezes, trata-se apenas de criar condições para que o outro sinta que pode falar, ser ouvido e existir com lugar. Estes momentos foram, na prática, os que mais contribuíram para que a minha presença fosse sentida como significativa.

A proposta politizante do projeto – entendida como uma forma de resistência perante o isolamento e a busca de enraizamento no espaço – foi, em grande parte, recebida com alguma distância e ceticismo pelos residentes desta RU. Para muitos, a residência é vista principalmente como um espaço funcional, de passagem, onde a convivência tende a ser superficial. Essa atitude não deve ser interpretada apenas como um mero individualismo, mas também como um reflexo das condições estruturais e materiais do contexto. Reconheço ainda que este fator poderá ter tido um impulso inicial com o meu entusiasmo e talvez pudesse não ter sido acompanhado com a mesma imersão dos demais.

Na prática, houve uma incerteza revelou-se um importante ponto de alerta para mim enquanto educador em formação: até que ponto estou a interpretar corretamente os sinais de envolvimento do grupo? Como distinguir entre uma participação que é reflexo de uma relação de empatia comigo, e outra que nasce de um real interesse na proposta em si? Esta distinção, embora subtil, é fundamental para não confundir boa vontade com apropriação crítica. Pode haver uma tendência para sobrevalorizar o entusiasmo inicial, sobretudo quando este coincide com relações interpessoais, mas cabe-me manter uma atenção constante para compreender de que forma o grupo está – ou não – a integrar o projeto nas suas rotinas de forma autónoma.

## **11.5. AÇÃO I – JANTARES COMO PONTE PARA TUDO**

Depois da realização do primeiro jantar, outros se seguiram e reclamaram continuidade. Os jantares em grupo corporizam a consolidação da apropriação do espaço comum, o estabelecimento de relações mais próximas e são ainda jantares da RESI onde se debate o projeto, o quotidiano da casa e os interesses em comuns dos residentes (Apêndice IV, jantares 2, 3, 4, 5). Nem sempre estes jantares são realizados com a maioria dos estudantes e nem todos estão detalhados no Diário de Bordo (uma vez que não estive presente em todos e em determinadas ações deste cariz, nem sempre houve espaço a registos) dado às diversas disponibilidades. Estes momentos vão além da simples partilha de refeições, funcionando como catalisadores para o reforço de laços e desenvolvimento de competências sociais. São ainda um momento de diversão que contempla formas de lazer coletivo.

Confesso que não contava que uma conversa sobre a Educação Social (Apêndice IV – Jantar 1) despertasse o interesse de alguns residentes. Manifestaram curiosidade acrescida sobre o curso, questionando-me sobre as possibilidades profissionais. Todos os presentes demonstraram solidariedade e interesse pelo projeto, mas surgiu em mim uma dúvida: estariam a participar apenas por simpatia e para me fazer um favor, ou haveria um envolvimento real na proposta? Esta dúvida é mesmo “um aviso à navegação” que não me poderia esquecer.

O primeiro jantar (Apêndice IV) pode ser encarado como um “pontapé de saída do PES” e não necessariamente uma ação tão explícita como os jantares seguintes, porém este jantar serviu de lição para a necessidade de confiar no processo e acreditar que apesar de que –

principalmente nesta fase inicial – estes encontros devem ser encarados com alguma intencionalidade e estrutura, os atores sociais envolvidos são soberanos naquela que é a definição dos moldes e rumos que estes encontros podem assumir. O desligar de algum resquício de formalismo que pudesse existir em torno daquele momento por via do *karaoke* foi essencial para garantir uma participação sem qualquer constrangimentos e formalismos.

Esta ideia do deixar para trás a visão dos “jantares planeados” adensou-se e instalou-se no segundo jantar (Apêndice IV), onde o domínio da participação não exigiu tanta mediação. Precisamente pelo cariz de planeamento formal ser considerável menor, o envolvimento foi maior. Precisamente por este momento ter sido mais descontraído, o assunto dos problemas da internet surgiu por via de residentes que normalmente são menos interventivos neste domínio. Aliás, um dos residentes (que por norma participa menos que os seus colegas) sugeriu criar uma carta assinada por todos à gestão do SAS da IES responsável pela RU. Esta questão vai ao encontro da análise previamente realizada que reconhece que não existe falta de interesse nas questões da vida da RESI por parte dos residentes, há, sim, um real desfasamento com o modelo de organização das formas de representação e/ou reivindicação de quem cá vive. Não obstante, após algum debate acerca do assunto, decidiu-se coletivamente que se iria voltar a debater essa carta, no fim do ano letivo. Chegou-se à conclusão que os técnicos responsáveis por essa reparação irão ter de desligar o serviço durante a intervenção (provavelmente várias horas ou dias), assim, segundo os residentes, estes poderiam fazer essa mesma intervenção nas férias de verão, sem afetar nenhum residente.

O terceiro jantar (Apêndice IV) surge já como um bom sintoma de um ponto de viragem, sem convocatória e/ou planificação, apenas surge como transição de uma realidade em que se procurava juntar o grupo para uma outra em que grupo já funcionava como um verdadeiro coletivo. Evidenciou-se um grau de apropriação que não é feito por convocatórias formais. É neste momento que se evidenciam alguns códigos identitários que são uma fonte de coesão do grupo, só “os da RESI” é que percebem ao que estes códigos se referem. O convívio ganha desta forma valor e é mensurável pelos próprios residentes por via desta cumplicidade.

O grupo é responsável pela continuidade destes encontros, como se evidencia nos jantares 4 e 5 (Apêndice IV), mesmo sem uma figura de um facilitador deste processo presente.

O PES dessa forma circula pelas mãos de todos. É neste ponto que acredito que os meus colegas deixam de olhar para mim como uma figura de um animador do processo, mas sim, como alguém que está incluído num grupo que caminha por si próprio neste processo de construção e valorização de laços. Há assim, um deslocamento da proposta de encontro para o encontro inorgânico – se necessidade de um estímulo para que ele aconteça de forma direta.. O facto de os jantares se terem mantido mesmo na minha ausência é, nesse sentido, uma resposta parcial a essa dúvida: algo está de facto a acontecer. No entanto, essa continuidade também traz novas camadas de leitura – será que a proposta mantém o seu eixo emancipador, ou apenas a dimensão relacional? Apesar disso, esta facilidade que o grupo ganhou em se encontrar não dispensa alguma vigilância participada e criticada na medida em que a continuidade destes encontros não é uma conclusão direta que existe continuidade do propósito inicial dos mesmos. É aqui que o tal “aviso à navegação” se intensifica: o meu papel não é apenas promover encontros, mas acompanhar criticamente a sua evolução, identificando sinais de transformação, apropriação e continuidade.

Através destes jantares, a sala de estar que antes era um simples espaço de passagem, vazio de vida e de um real lazer comunitário, volta a ser um espaço de encontro (como foi em anos anteriores). A sala começa a ser vista como um local de partilha. Estes jantares garantem, desta forma, um outro olhar sobre o espaço e uma visão da RESI como um local que não é alheio a laços, mas pelo contrário potenciador de relações de amizade.

Este alerta obrigou-me a manter uma postura de escuta ativa e de análise constante dos processos, mais do que apenas dos resultados visíveis. É uma chamada de atenção para não me deixar levar por uma leitura superficial das dinâmicas, e para não assumir que a participação espontânea equivale automaticamente a envolvimento profundo. Assim, a dúvida não enfraquece o projeto – pelo contrário, reforça-o, pois obriga-me a questionar, afinar e reposicionar o meu olhar e a minha ação educativa no terreno.

## **11.6. AÇÃO II – COMISSÃO (DE FACTO) DE RESIDENTES**

A proposta de reformulação coletiva da Comissão de Residentes (CR) surgiu de forma orgânica ao longo do ano letivo, não tanto como uma exigência formal, mas como resultado de

múltiplas conversas, frustrações partilhadas e inquietações silenciosas que iam surgindo nas interações informais, nos corredores ou nas próprias reuniões. De facto, tornou-se evidente que o atual modelo de funcionamento da CR, bastante hierárquico e assente numa lógica representativa tradicional, não corresponde às formas de participação que fazem mais sentido para estes jovens. A maioria deles parece tender para modelos mais horizontais, flexíveis e informais, em que o poder de decisão é partilhado e as responsabilidades circulam – mesmo que de forma ainda incerta e aparentemente desorganizada.

Apesar deste mal-estar em relação ao modelo vigente, não houve, no imediato, uma procura ativa ou consistente de alternativas. Muitos dos residentes mostraram-se reticentes em assumir propostas mais estruturadas de reorganização ou em participar em dinâmicas mais disruptivas. A ideia de repensar a CR parecia, em certos momentos, mais uma provocação trazida por mim do que um desejo genuinamente partilhado por todos. Esta tensão é relevante: revela os limites da intervenção e também os desafios de uma intervenção, que nem sempre pode, ou deve, ser confundido com a condução direta de vontades ou com a imposição de novos modelos de ação.

No entanto, importa também sublinhar que, apesar desta certa inércia, o discurso sobre a necessidade de mudança foi sendo apropriado aos poucos. As críticas ao atual funcionamento da CR, quando feitas de forma contextualizada e próxima da realidade dos residentes, encontraram eco e reconhecimento. Alguns estudantes, sobretudo os mais implicados em momentos-chave do ano (como os que dinamizaram atividades, acolheram novos colegas ou geriram questões de gestão prática da realidade), foram verbalizando com mais clareza a intenção de, em mandatos futuros, virem a integrar a CR com uma lógica renovada. Esta vontade não surgiu como um projeto fechado ou altamente estruturado, mas como uma abertura ao possível – uma vontade de fazer diferente, ainda que sem saber bem como.

Mais do que propor soluções prontas ou tentar impor formas de organização alternativas, trata-se de criar condições para que estas vontades latentes se transformem em ação concreta por via da conscientização individual e coletiva. Isso passa por acompanhar processos, criar espaços de reflexão crítica sobre o que significa “representar”, “decidir em conjunto” ou “cuidar de todos”, e ajudar a desconstruir a ideia de que a CR é um órgão exterior ao

grupo. Ela pode ser, na verdade, uma expressão viva da própria comunidade que habita este espaço – desde que esta se reconheça nela e a molde com os seus próprios tempos e formas.

Esta vida em comunidade contagia-se naturalmente para as outras pessoas que deambulam e, embora não residindo neste espaço, formam parte ativa dela. Um dos casos mais mencionados pelos residentes, tanto em âmbito de CR, tanto informalmente, centrava-se no caso da Dona Maria, e nesse sentido, a luta pela sua integração nos quadros da IES ganha, de facto, um novo significado: representa a vontade de reconhecimento e pertença, tanto dela como dos próprios estudantes que tiveram a coragem de falar desse assunto diversas vezes ao SAS. E reforça a ideia de que a vida comunitária numa RU não se resume ao convívio entre pares, mas também à valorização dos vínculos com quem cuida, trabalha e torna o espaço habitável. Reconfigurar a CR poderá, assim, ser uma oportunidade de transformar uma estrutura formal em algo efetivamente mobilizador – desde que se aceite que isso exigirá tempo e, sobretudo, vontade de fazer com os outros e não apenas para os outros.

No âmbito desta ação, procurou-se encontrar meios alternativos para reivindicar aos SAS e até mesmo à IES que é necessária uma alteração no modelo de gestão democrática das RU's. Assim, recorreu-se à oportunidade de um encontro associado a um programa de mentorias (organizado pelo SAS) com outros residentes de outras RU's para se abordar este assunto na presença de responsáveis da IES (Apêndice VI). A verdade é que a consciência de que há bastantes coisas que precisam de ser alteradas não parte apenas dos meus colegas da RESI, mas também de outros residentes de outras RU's que se deparam com os mesmos problemas e apresentam análises semelhantes acerca dos mesmos. Esta questão afirma-se, desta forma, como algo estruturante à generalidade das RU's desta IES, reforçando assim a posição que temos acerca deste assunto.

Trazer este olhar crítico, sustentado e democrático para a forma como a iniciativa decorreu, tornou-se, desta forma, premente. A participação e envolvência neste encontro, com vista à partilha dos anseios dos residentes trará consequências na forma como esta IES encara estas reivindicações. Este espaço, pela sua aparente abertura, foi por princípio um espaço de afirmação da posição dos residentes acerca da necessidade de uma rutura com este modelo de representação dos seus anseios.

## 11.7. AÇÃO III – O SÃO JOÃO É NOSSO!

A celebração do São João nesta RU, tal como vivida e descrita (Apêndice VII – Dia do São João), revela-se um momento particularmente denso de significado. Mais do que uma simples festividade, sente-se uma dimensão de experimentação social e relacional, funcionando como um catalisador de vínculos e como espaço de mediação entre diferentes tempos, grupos e sentidos de pertença.

A organização da festa espelha uma prática de convivência que se constrói no fazer conjunto. O facto da organização ter sido feita na base da informalidade garantiu, novamente, que o processo de participação de todos os residentes fosse mais significativo. À semelhança da sugestão em torno da carta ao SAS acerca dos problemas da internet, um espaço desconstruído de formalidade garante que membros menos participativos não se sintam tão inibidos a participar e apresentar as suas demais opiniões. A forma como as tarefas foram repartidas, ainda que sem uma planificação formal rígida, reflete um tipo de corresponsabilização que se vai construindo por tentativa e erro, onde o mais importante não foi a eficácia logística, mas o envolvimento real dos participantes. Este processo, ainda que imperfeito, manifesta a capacidade dos residentes de se mobilizarem, negociarem entre si e co-construírem o espaço vivido. É nesse exercício – quotidiano, imperfeito, muitas vezes informal – que se começam a formar redes de apoio e confiança.

Houve também uma valorização muito própria da autonomia e da capacidade de iniciativa dos estudantes, sobretudo na forma como souberam reorganizar o evento de acordo com as suas possibilidades e vontades. Não se esperava um São João “perfeito” nem “programado ao detalhe”, mas sim algo vivido com implicação – e isso foi conseguido. De forma quase espontânea, emergiram colaborações e sobretudo um reconhecimento mútuo: cada pessoa ali tinha algo a contribuir, mesmo que fosse apenas um gesto, uma ideia, ou a disponibilidade para estar e cuidar do espaço. Esta autonomia também se verificou na forma como prontamente quiseram criar um grupo de WhatsApp com todos os envolvidos no processo, residentes, ex-residentes e a Dona Maria.

A presença de figuras como a Dona Maria que surge após o grupo ter decidido (Apêndice VII) a convidar é a uma forma de reconhecer a intercomplementaridade que os atores sociais reconhecem entre si. E evidentemente, esta aceitou com todo o carinho este gesto de reconhecimento por parte dos residentes, até porque em anos anteriores, a Dona Maria apenas aparecia lá a meio da noite e ajudava nas tarefas, mas sem uma real pertença, com o devido valor na dinâmica da festa.

O envolvimento dos ex-residentes e vizinhos, também revela como o São João se constitui como um pretexto legítimo para diluir fronteiras entre “os de dentro” e “os de fora”. Nesse sentido, a festa popular adquire valor enquanto espaço de encontro intergeracional e intercomunitário. Tanto que nos dias seguintes à celebração, os vizinhos foram dar sobras de sardinhas ou de bebidas que não conseguiram vender na noite do São João – e claramente esse contexto criou e potenciou bastantes outros diálogos e verificou-se que até os estudantes que tinham mencionado nunca terem falado com ninguém daquela rua – agora falavam, e até com densidade, nesses mesmos diálogos. Não se trata apenas de celebrar uma data, mas de ativar memórias coletivas e afirmar sentidos de continuidade num lugar onde, por norma, o tempo parece mais transitório e a experiência de enraizamento mais frágil.

Denotou-se um incentivo de participação daqueles que já estavam convencidos em fazer parte e dinamizar a organização deste evento para os que ainda estavam mais reticentes. Essa questão foi constatada através de observação participada da realidade por via de diálogos que foram surgindo quer nos dias anteriores ao dia do São João, quer no próprio dia, onde vários residentes tentavam ir aos quartos chamar quem não estava a participar por sua própria iniciativa.

De facto, para muitos estudantes, o São João representou uma oportunidade de se sentirem parte de algo maior do que a mera vida académica. Vários verbalizaram surpresa com o envolvimento dos vizinhos ou com a simples presença de ex-residentes que voltaram para “matar saudades”. Isso, por si só, mostrou-lhes que o espaço da residência não é apenas funcional, mas também afetivo, com história, com continuidade. O impacto emocional de ver pessoas da rua entrarem no espaço, conversarem, elogiarem a iniciativa, e mesmo partilharem histórias foi muito evidente em alguns rostos. Viu-se orgulho, satisfação e um tipo de

reconhecimento que nem sempre é visível no cotidiano universitário – muitas vezes marcado por avaliações, pressão, desempenho.

Contudo, o envolvimento desigual – com alguns estudantes a preferirem estar em outros pontos da cidade, ou até mesmo nos seus quartos sem quererem participar ou sequer celebrar esta data –, a fraca adesão em alguns momentos do dia ou mesmo os receios em torno de um possível prejuízo financeiro mostram que este processo está longe de estar consolidado. Há ainda dinâmicas de afastamento, desinteresse pontual, ou mesmo falta de disponibilidade concreta de alguns residentes, muitas vezes ligados à ideia de que “a residência é apenas um lugar de passagem”. Esta resistência, mesmo que não declarada, evidencia o quanto o sentimento de comunidade e/ou também a um sinal de debilidade participativa e horizontal deste processo de PES que com certeza não chegou a todos os estudantes da forma como seria desejado. Certamente, por via de mais comunicação e investimento de laços e de presença persistente seria possível atingir um envolvimento ainda mais sólido e mais importante de tudo: participado – quer no número de participantes quer no seu real entusiasmo nessa mesma dinâmica.

Essa tensão entre os que participam e os que se retraem é precisamente uma das marcas da vida em comunidade, sobretudo num contexto tão instável como o de uma residência universitária. Mas é, também, um espaço privilegiado de trabalho e reflexão. A intervenção educativa não é só feita para os que estão visivelmente ativos, mas também (e talvez sobretudo) com os que se mostram indiferentes. A ausência também comunica. Por isso, reconhecer as fragilidades do processo não diminui o seu valor: pelo contrário, oferece pistas reais sobre onde e como intervir com mais intencionalidade no futuro.

É precisamente aqui, por via destas reflexões, que se inscreve a ação da ES: não como figura diretiva, mas como presença atenta, que ajuda a criar condições para que o coletivo se reconheça como tal e analise criticamente até que ponto essa dimensão foi bem-sucedida. A organização do São João, nesse sentido, foi um momento fértil para observar e potenciar processos de autoria e apropriação do espaço. Os diálogos espontâneos, as memórias partilhadas sobre os festejos anteriores, as pequenas disputas sobre o sofá ou os preços das

cervejas – tudo isto são sinais de que o espaço da residência começa a ser vivido de forma mais densa, como algo que importa discutir e cuidar.

Se o evento não teve um impacto massivo em termos quantitativos, foi, ainda assim, significativo do ponto de vista qualitativo. Ao terminar com um pequeno lucro, mais simbólico do que económico (uma vez que esta celebração costuma a dar lucro por via de vendas de bebidas, idas ao WC, etc.), o São João mostrou que há possibilidade de construir uma lógica de entreaajuda e convivialidade – mesmo que tímida, mesmo que intermitente. Tenho a noção que um dos fatores de envolvimento de alguns dos estudantes (provavelmente os mais novos) prendeu-se com a dinâmica do eventual lucro monetário. Confesso que à medida que fui compreendendo que essa questão estava longe de ser atingida fiquei com receio de um eventual descontentamento por parte desses residentes. Todavia, para minha surpresa, esses mesmos residentes eram os que pareciam mais contentes com o resultado – quer pelo facto de terem podido levar amigos lá dentro, quer pelo facto de se terem divertido bastante nesta data ou pelo resultado, ao ver toda a gente bastante cansada, mas essencialmente bastante sorridente e satisfeita com todo o processo. A certo ponto, já ninguém queria saber propriamente do dinheiro – e isso é bastante positivo.

Ver os estudantes partilharem entre si, ajudarem-se em pequenos gestos, respeitarem os ritmos uns dos outros e tomarem pequenas decisões em conjunto – tudo isso são aprendizagens que muitas vezes não cabem no currículo académico, mas que são estruturantes para a sua formação enquanto cidadãos. Talvez não se tenha ainda consolidado um verdadeiro “espírito comunitário” pleno, mas houve claramente sinais de que este pode ser cultivado, sobretudo quando se criam espaços de partilha não hierárquicos, onde cada voz conta e cada gesto tem lugar e o mais importante é o processo e não considerar qualquer tipo de meta ou expectativas vazias de conteúdo ao fim do dia.

O São João valeu não somente pela festa em si, mas pela preparação e construção coletiva como um ótimo pretexto para criar um sentimento coletivo que emergia gradualmente ao longo deste PES. Esta ideia de que podemos funcionar como uma unidade coletiva e ter uma própria identidade é bastante transformadora sob a perspetiva de que essa entidade que foi invocada e surgiu ao longo da noite pode ser a realidade do quotidiano diário sem que para isso

haja o pretexto fixo como foi o caso dessa noite. Da mesma forma que os jantares foram um pretexto para atingir um outro objetivo de agregação, esta celebração foi importante para compreender que o grupo funciona como um todo.

Acredito que de acordo com a observação participada da realidade nesta noite, existiu um processo de conscientização do valor simbólico desta data, como se consegue constatar em Apêndice VII – Dia do São João. O facto de compreenderem que aquela data é por si sintomática do fim de um ano letivo, mas que representa também uma nostalgia com o passado é representativo de um sinal de tomada de consciência de um espírito coletivo e comunitário de identificação com o espaço. Reconhecerem ainda, por via da presença de antigos residentes, que este espaço que hoje lhes pertence, irá pertencer a outros no futuro e todas as reflexões a isso inerentes é ainda uma forma de compreender a continuidade que existe em torno da vida comunitária de uma RU. Dessa forma consegue-se combater o senso comum inerente à ideia desta RU poder ser encarada apenas como “um local de passagem”. Há, então uma reflexão a retirar: a RESI é intemporal e marca a história de diversas gerações que se complementam e acrescentam vida à dinâmica deste local e é no dia do São João que este facto se torna mais evidente pelo facto dos novos residentes verem os antigos a visitarem este local e a falarem dele com a nostalgia que ele merece.

O facto deste processo ter sido diferente de anos anteriores, onde havia uma concentração de tarefas de gestão num grupo mais restrito, sendo que agora garantiu mais horizontalidade nesse processo potencia dessa forma um sentido de identificação e pertença no espaço. Não há donos do São João. Todos na RESI podem participar, não é o presidente da CR que decide, não é o SAS que limita, não são os mais velhos a organizar. Este sentimento é valioso para um maior identificação e afetividade com este local em que habitamos.

No fundo, é justo afirmar que o São João não foi apenas uma festa: foi um resgate do poder da tradição para a comunidade, foi uma prática viva de relações sociais. E, como tal, deve ser valorizado como uma oportunidade educativa – de pertença, de reflexão, de escuta e de construção simbólica do comum. Este dia é representativo de que os pretextos participados e horizontais são um campo fértil efetivo para uma leitura mais crítica das dimensões que um grupo pode assumir. Foi também uma lição de que não há uma necessidade de existir uma

organização vertical para que as coisas funcionem, a horizontalidade que aparentemente pode parecer caótica, funciona. E creio que esta reflexão pode ser alargada à Comissão de Residentes, sob a perspetiva de que não há necessidade de muitas burocracias ou cargos de representação repletos de processos pouco atrativos para que as coisas tenham significado e sejam práticas.

## **11.8. DONA MARIA, A RAINHA DA RESI**

A Dona Maria como referido no capítulo “Dona Maria – uma de nós”, assume um papel fundamental que vai muito, mas mesmo muito, mais além de que uma “simples” funcionária de limpeza (considerando todo o mérito inerente a essa categoria profissional), seja por via do seu papel determinante no acolhimento de novos estudantes, na defesa dos seus direitos, na cumplicidade relacional ao longo de toda a estadia dos residentes, como figura que aconselha e cuida. Este papel pilar da mesma é reconhecido pelos próprios residentes e é, alias, bastante prévio a este PES.

O grande desafio da presente ação é precisamente o tomar de consciência do papel da Dona Maria, numa perspetiva de empoderamento e de consciencialização. Apesar de estar sempre disponível para ajudar e ser, factualmente, uma figura quase maternal para vários, se não a totalidade, dos residentes – há um potencial para que a mesma compreenda que esse seu papel é reconhecido e tem bastante valor.

Os residentes foram capazes – ao longo deste PES – de no quotidiano valorizar o seu papel – tendo esta se tornado (graças ao reforço de laços) numa aliada ainda mais forte na defesa e “proteção” dos residentes: a título de exemplo, a mesma era a primeira a avisar toda a gente quando haveria visitas de alguém superior desta IES de modo a que todos tivessem tempo de organizar os seus quartos (algo que não acontecia antes deste referido reforço de laços). Se até então, apesar da boa relação entre os residentes e a Dona Maria, esta ainda era vista como uma figura de autoridade que representava diretamente a própria IES, pois por via do reforço de laços essa imagem foi-se desfazendo.

A valorização da sua opinião, por via de diversos conselhos que lhe foram solicitados para conduzir as outras ações fez com que esta se sentisse parte integrante deste PES. Estes

conselhos não estão explanados no presente relatório por solicitação da própria. Este receio deve-se ao facto da mesma estar perante um contrato precário e mesmo perante a garantia de anonimato e atribuição de nome fictício preferiu que o seu apoio não fosse central no presente relatório – apesar de o ser. Convém realçar que tendo em conta este contexto e de modo a garantir o consentimento inerente aos princípios deste PES, o presente capítulo foi lido e pela própria e obteve o seu consentimento.

Através deste reforço de laços, começamos a assistir nesta RU a uma relação que contemplava mais reciprocidade que em anos anteriores. Havia a sensação, corroborada pelos próprios residentes, que esta relação de apoio era unilateral, ou seja, que a Dona Maria cuidava mais da relação connosco do que nós com ela mesma. Ora, esta consciência que foi gradualmente surgindo por via da compreensão de que somos todos peças do mesmo *puzzle*, fez com que este cenário mudasse. Este processo deveu-se a um reforço da consciência de que as nossas relações são mais fortes quanto mais alargadas enquanto coletivo.

Em anos anteriores, apesar do aparente respeito que parecia consensual perante o trabalho da Dona Maria, eram bastantes os episódios de desleixo na limpeza da cozinha e/ou dos quartos com o mote “depois a empregada limpa”, que acabaram. Ao ganharem consciência do valor da Dona Maria, através de um olhar mais atento gradualmente atingido no ano letivo, onde perceberam o quanto ela se preocupa com os residentes, o quanto ela é sua aliada em pequenas e grandes questões e a acima de tudo ao entenderem e interiorizarem a intencionalidade nas suas atitudes e formas de suporte, este contexto mudou. Essa alteração foi denotada pela própria, como confidenciou ter começado a se sentir mais considerada – de facto – pelos residentes. Este processo é mútuo, pois por via desta tomada de consciência dos residentes (ao atribuírem mais valor a figura da Dona Maria) esta sente esta reciprocidade e refere se sentir mais valorizada no que concerne ao seu papel na RESI.

O facto da mesma ser conhecedora da realidade concreta, hábitos, rotinas e características dos residentes foi essencial para que pudesse melhor conhecer a realidade destes atores sociais. A sua colaboração neste processo é, segundo a mesma, gratificante pois deu-lhe meios e conteúdos concretos para que se sinta bem mais de uma avençada de uma empresa de limpeza e que o seu papel se reduza nesse único facto. O ato do reconhecimento

simbólico e tomada de consciência por via de formas de agradecimento e reforço de laços de amizade entre elas e todos os residentes do seu valor é uma das grandes conquistas deste projeto.

A Dona Maria foi ainda uma ponte entre os residentes e a restante comunidade. Sabendo da intencionalidade deste PES em reforçar o enraizamento local dos estudantes, fazia questão de quando estava a limpar o passeio à entrada da RU chamar vizinhos que passavam para por conversa com abordagens do género: “Oh António, o teu filho também não estudou engenharia, este “menino” que aqui está também?”. O objetivo desse seu papel passava por apresentar os vizinhos à residência – que se materializou em reforço de laços quês são visíveis, por exemplo, no dia do São João.

No Dia de São João, precisamente por ser uma de nós na organização do evento, foi “elevada” a “rainha da RESI” (Apêndice VII). O motivo dessa elevação ficará guardado apenas e somente nas paredes desta que é a nossa casa e nos corações de quem viveu esse dia com a Dona Maria, pois como *tripeira de gema*, é uma mulher de palavra, pelo que acreditamos fielmente que estamos “lixados” se contamos a alguém.

## 12. AVALIAÇÃO

A avaliação deste PES, realizado no contexto de uma residência universitária, deve ser concebida como um processo contínuo e integrador, acompanhando todas as fases da intervenção – desde a análise da realidade até à sua finalização. Neste sentido, a avaliação não se limitou a verificar o cumprimento de metas, mas procurou compreender o impacto real da ação na vida quotidiana dos residentes, valorizando tanto os aspetos objetivos como subjetivos da experiência vivida. Urge que os PES sejam capazes de ser dinâmicos na medida em que valorizem os demais retrocessos e avanços (Serrano, 2008).

Seguindo uma lógica de IAP, foram adotadas metodologias de avaliação que articulam instrumentos qualitativos e quantitativos. A avaliação deve ser constante no espaço e no tempo – é por isso uma forma complexa que agrega todas as interpretações dos atores sociais. A observação direta das dinâmicas, os registos de campo, o número de participantes em cada atividade, bem como os comentários espontâneos recolhidos durante e após as ações, constituem elementos fundamentais para a construção de uma leitura crítica e reflexiva sobre o processo.

Inspirando-se em autores como Demo (2022), que defende uma avaliação enquanto prática transformadora e ética, o projeto procura acolher diferentes vozes e experiências, respeitando a diversidade de percursos, culturas e formas de expressão presentes na residência. Esta escuta ativa traduz-se numa abordagem avaliativa mais humanizada, que reconhece a complexidade dos contextos e a singularidade dos sujeitos envolvidos.

A avaliação deste Projeto de Educação Social (PES), tal como vivida na residência universitária, revelou-se um processo eminentemente qualitativo, ancorado na escuta ativa dos sujeitos envolvidos. Através de uma roda de conversa realizada com a maioria dos residentes (Apêndice IX), foi possível captar perceções diversas sobre o impacto no coletivo, o que cada um foi capaz de alcançar e o significado da intervenção ao longo do ano letivo. Este momento avaliativo não procurou aferir resultados numéricos, mas antes compreender como a ação foi apropriada (ou não) pelos atores sociais e quais os sentidos atribuídos a estas vivências.

De forma geral, os residentes demonstraram uma leitura positiva da intervenção. Ainda que alguns tenham manifestado não ter plena consciência da continuidade do projeto ao longo do ano – percebendo-o como algo que “já tinha terminado” ou que se confundia com as rotinas da casa –, esta percepção acabou por revelar um dado interessante: a diluição do PES no quotidiano. Ou seja, a intervenção não foi vivida como algo exterior ou imposto, mas incorporada como parte das dinâmicas relacionais e da vida comum na residência.

Outros residentes, por sua vez, identificaram mais claramente a intencionalidade da ação, destacando a presença regular do Educador Social, a atenção prestada ao bem-estar dos seus pares e a capacidade de mediação em momentos críticos. Estes relatos revelam a centralidade da dimensão relacional como critério de avaliação: o impacto do projeto foi sobretudo medido pela qualidade das relações que ajudou a fomentar e pelos vínculos que se consolidaram a partir da convivência. Assim, mais do que um conjunto de atividades pontuais, o PES foi avaliado como uma experiência que reforçou sentimentos de pertença, facilitou encontros e contribuiu para um ambiente mais coeso e acolhedor.

Este tipo de avaliação, não formalizada, mas profundamente significativa, evidencia a importância de metodologias participativas, onde a voz dos sujeitos é reconhecida como critério legítimo de validação da ação educativa.

Um dos indicadores mais evidentes da presença e eficácia do projeto, ainda que simbólico, é a transformação subtil do espaço comum: a sala de estar, que inicialmente parecia mais neutra e funcional, começou progressivamente a apresentar sinais de vida coletiva, por via do reforço dos jantares, dos convívios na sala de estar, do aumento da complexidade entre todos os atores sociais e do sentimento de pertença.

Um dos aspetos que me despertou atenção foi justamente esse – perceber que o espaço ficava mais “desarrumado”. Embora à primeira vista possa parecer um detalhe pouco relevante, esta alteração física e sensorial do ambiente funciona como um espelho do uso e apropriação do mesmo. Cadeiras fora do sítio, chávenas esquecidas ou mantas espalhadas são, na verdade, sinais de que ali houve presença, permanência e, sobretudo, convivência. A sala deixou de ser

apenas um lugar de passagem e passou a ser um lugar vivido, habitado com intencionalidade — um sinal, a meu ver, de que o projeto começou a enraizar-se no quotidiano dos residentes.

Outro indicador importante emergiu de forma inesperada: o interesse demonstrado por alguns residentes externos ao grupo mais ativo em quererem participar nas celebrações do São João. Este pequeno gesto sinaliza um alargamento do impacto do projeto — ele começa a ultrapassar as fronteiras do grupo inicial e a gerar curiosidade e adesão por parte de outros. Esta abertura de portas, que anteriormente pareciam “meio fechadas”, mostra que a proposta começa a gerar algum efeito multiplicador, ainda que discreto — e estou certo de que caso tivesse tido mais tempo (estando disponível e na RU em horário laboral) talvez pudesse evidenciar ainda mais estas questões e potencializá-las. ~

Na sequência da celebração do São João, por via de observação participante e diálogos intencionais posteriores à festa, compreendeu-se que existe uma vontade de se construírem mais momentos comunitários sem que para isso haja um pretexto de “calendário”. Os residentes reconhecem a necessidade de abrir mais a porta à comunidade, afirmando que no próximo ano letivo irão procurar outras oportunidades para repetirem com mais regularidade experiências semelhantes àquelas que o São João lhes proporcionou. E isto é sem dúvida um fator de avaliação deste PES.

O facto de os residentes referirem (Apêndice IX) que manifestam vontade em participar mais ativamente na CR no próximo ano letivo, representa uma crença em que este órgão pode ir ao encontro das suas necessidades e que existiu eficácia na tomada de consciência que ele tem espaço para assumir um outro valor na vida da RESI. Os residentes referem ainda que querem parar de receber emails institucionais do SAS e começaram a ser devidamente valorizados através do simples facto de alguém ir falar pessoalmente com os mesmos. Este é também um fator onde se pode evidenciar empoderamento e reforço do reconhecimento do valor individual e coletivo de cada residente.

Ainda, a organização do São João (Apêndice VII) ter sido feita de uma forma mais aberta e participada do que em anos anteriores denota uma mudança na valorização daquela que deve ser a horizontalidade e participação democrática na gestão de uma RU.

Avaliar em Educação Social não é apenas contabilizar presenças ou medir *outputs*; é reconhecer dinâmicas, perceber alterações no clima relacional e identificar pistas de transformação — por mais ténues que sejam. Nesse sentido, acredito que consegui resistir à tentação de forçar o processo, permitindo que ele ganhasse organicidade. Tentei não cair na armadilha de confundir participação com espetáculo, nem adesão pontual com envolvimento real. Fui tentando ler o grupo, escutar os seus ritmos e aceitar que a ausência de controlo absoluto também pode ser, paradoxalmente, um sinal de sucesso.

Naturalmente, esta avaliação só poderá ser plenamente compreendida a médio/longo prazo. O verdadeiro teste à sustentabilidade do projeto surgirá no próximo ano letivo: será que a lógica de apropriação dos espaços comuns e a vivência coletiva persistirá com a saída de alguns residentes e a entrada de outros? Será que os códigos criados, as rotinas estabelecidas e os laços construídos terão força suficiente para atravessar o tempo e manter-se, mesmo com novas composições no grupo?

Este horizonte de continuidade (ou não) é, para mim, um dos principais critérios de avaliação: a Educação Social não se mede apenas pelo que acontece, mas também pelo que permanece — ou pelo menos pelo que deixa marcas. Se alguns dos rituais criados (como os jantares informais ou o uso da sala como ponto de encontro) se mantiverem mesmo sem a minha presença, então isso poderá ser um sinal de que o projeto deixou uma semente. Por outro lado, mesmo que não se mantenham exatamente nos mesmos moldes, o simples facto de se reconhecer que “houve um antes e um depois” da intervenção já é, por si só, um indicador relevante.

Acredito, assim, que a avaliação neste contexto deve ser vista como um processo aberto, que exige humildade, escuta e tempo. Mais do que validar resultados imediatos, trata-se de observar com atenção aquilo que germina no coletivo, o que se transforma no uso dos espaços e no modo como as pessoas se ligam entre si. É nisso que acredito enquanto Educador Social — na possibilidade de criar contextos onde as relações humanas sejam valorizadas, onde a vida partilhada seja motor de aprendizagem, e onde o simples gesto de estar com outros, à mesa ou em roda, possa ser uma forma de resistência ao isolamento e à indiferença.

## CONCLUSÃO

Com base neste PES é possível concluir que a experiência desenvolvida nesta RU revela uma profunda maturação enquanto prática de Educação Social situada e crítica. O projeto não se limitou a implementar atividades pontuais, mas antes procurou construir uma lógica de convivência que valorizasse o enraizamento e a coautoria dos participantes. Ao longo do PES, procurei ter o esforço de integrar-me de forma adaptada no quotidiano da residência, respeitando as suas dinâmicas e tensões internas, ao invés de impor uma lógica externa ou instrumentalizante.

Num momento histórico onde os vínculos das comunidades são atacados por lógicas de cariz individualista e por dinâmicas urbanas adversas aos princípios comunitários, a experiência viva ao longo deste ano letivo nesta RU pode ser lida como ato contra-hegemónico. O PES foi, dessa forma, resistência simbólica e efetiva, que valorizou a convivência e a informalidade das rotinas – que podem ser encaradas à primeira vista como banais, mas que assumem um papel fundamental para contrariar o desenraizamento e anonimato inerentes a este contexto. Resistir não é um ato imediato, mas sim persistente: desde o reivindicar do espaço como um local de pertença até a formação de uma entidade coletiva que transcende a lógica de transição temporal de residentes que entram e saem da RESI.

Um dos maiores contributos deste PES foi o seu carácter relacional. A forma como encaramos o dia a dia foram assumidos como momentos educativos e de construção coletiva. Foi precisamente nesta dimensão do "estar com", do partilhar tempo e espaço com os outros, que emergiram aprendizagens significativas e vínculos que se querem duradouros. A presença constante (ainda que limitada), a escuta ativa e a atenção aos ritmos dos residentes foram fatores centrais para que a intervenção não fosse percebida como algo imposto, mas sim como algo que foi sendo construído com e por todos.

Apesar de algumas limitações evidentes – como a dificuldade de manter uma participação transversal ou a ausência de uma compreensão mais clara por parte de alguns residentes sobre o que foi o projeto –, a avaliação coletiva realizada revelou um sentimento

positivo. O facto de alguns residentes nem sequer se darem conta de que ainda se estava a desenvolver o projeto demonstra que este se enraizou na prática e não apenas na formalidade.

Em última instância, a maior conquista deste projeto foi precisamente a criação de um espaço onde se tornou possível que os próprios residentes questionassem o modo como vivem em conjunto, refletissem sobre as suas práticas e projetassem melhorias concretas – desde a reorganização da Comissão de Residentes até à reivindicação por melhores condições relacionais. Mesmo que muitas dessas mudanças ainda estejam por concretizar, o simples facto de terem sido verbalizadas já é, por si só, um sinal de transformação.

A proximidade com este contexto – sendo simultaneamente residente e investigador – exigiu de mim um esforço constante de autorreflexão e vigilância metodológica, evitando que a minha perceção pessoal se sobrepusesse às vozes dos demais participantes. Indiretamente, este percurso constituiu uma autoavaliação crítica das minhas práticas enquanto Educador Social em formação, evidenciando a importância de assumir uma postura coerente com os princípios da intervenção participativa – por vezes difícil de materializar. Os motivos alheios (pessoais e profissionais) ao contexto que me obrigaram a não ter a entrega que por vezes desejava, fizeram com que eu tivesse de dar um outro significado a todos os momentos que vivi neste contexto de forma claramente mais intensa.

Não posso deixar de reconhecer que, ao longo do desenvolvimento deste projeto, senti alguma frustração ao perceber que determinadas temáticas – que julgava mobilizadoras e politizadoras – não despertaram nos residentes a reação que inicialmente esperava. Acreditava que certos assuntos, ligados à exclusão habitacional, à turistificação ou à precariedade no ensino superior, gerariam um debate mais intenso e um posicionamento coletivo mais evidente. No entanto, esta consciência que fui ganhando fez-me revisitar um dos princípios fundamentais da intervenção da Educação Social: o da não imposição. Entender e aceitar que o processo de tomada de consciência é gradual, recheado de contratempos vários e ainda que cada ator social tem o seu ritmo e percurso próprio, tornou-se vital para respeitar os tempos subjetivos da politização individual de cada residente. O papel deste PES não é impor discursos ou visões do mundo e da sociedade, mas pelo contrário, é mesmo de criar espaços de reflexão, participação e escuta, permitindo que, com o seu próprio ritmo e recursos, cada ator social possa construir as

suas próprias formas de leitura crítica e reivindicação. Este projeto reforçou em mim a importância de valorizar o processo – ainda que silencioso ou aparentemente tímido – como semente de transformação futura.

A Educação Social que aqui se realiza é aquela que brota do chão que se pisa todos os dias, das conversas informais na cozinha ou da alegria de uma festa popular partilhada. É uma Educação Social que aposta no processo mais do que no produto, que valoriza os tempos lentos da convivência e que reconhece que, por vezes, o mais importante não é aquilo que se ensina, mas aquilo que se aprende – juntos. E é precisamente por isso que, mesmo com as suas falhas e limites, este projeto deve ser entendido como um passo firme na construção de um espaço mais habitável, mais justo e mais nosso – com raízes, como deve ser!

## REFERÊNCIAS

Aguado Odina, M. T., & Herraz Ramos, M. (2006). Mediación social intercultural en el ámbito socioeducativo. *Portularia: Revista de Trabajo Social*, 6, 3–12.

Ander-Egg, E. (1992). *Metodología y práctica del desarrollo comunitario*. Editorial CCS.

Balthazar, B. (2023). *Gentrificação, Turismo e Conflitos: análise comparada entre o Bonfim (Porto, Portugal) e Koukaki (Atenas, Grécia)*. Editora Dialética.

Barbosa, I., & Lopes, J. T. (2019). Descodificar as paredes da cidade: Da crítica à gentrificação ao direito da habitação no Porto. *Sociologia*, 38, 6–29.

Barbosa, I., & Lopes, J. T. (2020). “O Porto não se vende”: Resistências à gentrificação através da produção artística no período pós-austeritário. *Cadernos de Arte e Antropologia*, 9(2), 67–73.

Bauman, Z. (2001). *Community: Seeking safety in an insecure world*. Polity Press.

Becker, H. S. (1958). Problems of inference and proof in participant observation. *American Sociological Review*, 23(6), 652–660.

Bordenave, J. E. D. (1994). *O que é participação* (8ª ed.). Editora Brasiliense.

Butler, J. (2004). *Precarious life: The powers of mourning and violence*. Verso Books.

Cabral, T. S. R. (2019). *Residência Universitária em Carcavelos* (Master's thesis, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa). <https://repositorio.iscte-iul.pt/>

Caldas, A. D. R., & Picanço, D. C. D. L. (2019). Os desafios da construção da gestão participativa na universidade. *Educar em Revista*, 35, 81–102.

Carvalho, A., & Baptista, I. (2004). *Educação social: Fundamentos e estratégias*. Porto Editora.

- Castañeda, L. Y. (2022). El paradigma socio-crítico en el proceso de evaluación en educación básica. *Senderos Analíticos del Pensamiento Social y Crítico*, 38, 38–52
- Cembranos, F., Montesinhos, D., & Bustelo, M. (1988). *La animación sociocultural: Una propuesta metodológica*. Editorial Popular.
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In J. Poupart et al. (Orgs.), *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 295–316). Vozes.
- Delabrida, Z. N. C. (2014). Variáveis individuais, sociais e do ambiente físico em residências universitárias. *Psico*, 45(3), e10–e20.
- Demo, P. (2022). *Avaliação qualitativa: Prática transformadora e ética*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Direção-Geral do Ensino Superior. (2024). *Atribuição de bolsas 2024–2025*. <https://www.dges.gov.pt/pt/noticia/atribuicao-de-bolsas-2024-2025>
- Di Giorgi, C. G., Militão, A. N., & de Assis Pontes, T. P. (2020). Política e educação na “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire: Duas dimensões da leitura da realidade. *Educação, Sociedade & Culturas*, 56, 27–44.
- Dinis, A. C. A. R. (2013). *Adaptação académica, apoio social e bem-estar subjetivo dos estudantes do ensino superior: Um estudo nas residências universitárias* (Master's thesis, Universidade de Coimbra). <https://estudogeral.uc.pt/>
- Elias, N. (1994). *O processo civilizacional*. Zahar.
- Estanque, E. (2010). Juventude, boemia e movimentos sociais: Culturas e lutas estudantis na Universidade de Coimbra. *Política & Sociedade*, 9(16), 257–290.
- Executive Sapo. (2024). Preço médio por quarto estudantil em Portugal custa 397 euros mensais. <https://executivedigest.sapo.pt/noticias/preco-medio-por-quarto-estudantil>

- Fernandes, J. V. (1998). Da alfabetização/educação de adultos à educação popular/comunitária. In M. Apple et al. (Eds.), *Paulo Freire: Política e pedagogia* (pp. 1–12). Porto Editora.
- Ferraz, N. (2020). *Qualidade de vida dos estudantes alojados nas residências da Universidade de Coimbra* (Doctoral dissertation, Universidade de Coimbra). <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/96405>
- Freire, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Freire, P. (1997). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Gadamer, H.-G. (1999). *Verdade e método*. Vozes.
- Gadotti, M. (2012, dezembro). Educação popular, educação social, educação comunitária. In *Congresso Internacional de Pedagogia Social* (No. 1)
- Gaskell, G. (2000). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (pp. 64–89). Vozes.
- Geertz, C. (1973). *The interpretation of cultures: Selected essays*. Basic Books.
- Gold, R. L. (1958). Roles in sociological field observations. *Social Forces*, 36(3), 217–223.
- Hammersley, M., & Atkinson, P. (2007). *Ethnography: Principles in practice* (3rd ed.). Routledge.
- Januário, S. P. C. (2023). *Manifestações artísticas urbanas contemporâneas: a territorialidade como expressão da alternativa artística*. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 45, 9–30. <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45a1>
- JLL. (2024). Estudo JLL: Faltam 46.000 camas para estudantes em Lisboa e Porto. <https://www.jll.pt/pt/sala-de-imprensa/estudo-jll-faltam-46000-camas-para-estudantes-em-lisboa-e-porto>

Kvale, S. (1996). *InterViews: An introduction to qualitative research interviewing*. Sage.

Lima, L. C. (2014). A gestão democrática das escolas. *Educação & Sociedade*, 35, 1067–1083.

Lopes, B. (2022). Geração Z e a política: "Jovens não são o futuro, são o presente". *Rádio Renascença*.

Mamede, R. (2025). Ainda o peso do turismo como um problema. *Público*.  
<https://www.publico.pt/2025/03/31/opiniao/opiniao/peso-turismo-problema-2127893>

Martín-Barbero, J. (2002). *Ofício de cartógrafo: Travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. Loyola.

McCartney, S., & Rosenvasser, X. (2023). Not your parents' dorm room. *SAGE Open*, 13(2), 1–15.  
<https://doi.org/10.1177/21582440231178540>

Melo, A. S. E., Filho, O. N. M., & Chaves, H. V. (2014). *Conceitos básicos em intervenção grupal*. *Encontro: Revista de Psicologia*, 17(26), 47–63.

Melucci, A. (2001). Identity between memory and project. In F. Cerutti & R. Ragonieri (Eds.), *Identities and conflicts* (Palgrave Macmillan).  
[https://doi.org/10.1057/9780230288690\\_3](https://doi.org/10.1057/9780230288690_3)

Monteiro, H., Timóteo, I., & Bravo, A. (2024). *Contra-manual de investigação-ação participativa*. Alphabook.

Odina, T. A., & Herraz Ramos, M. (2006). *Mediación social intercultural en el ámbito socioeducativo*. *Portularia*, 6(1), 3–12.

Oliveira, U. P., Conceição, W. L., Oliveira, R. A. C., Grunnenvaldt, J. T., & Reverdito, R. S. (2020). O esporte e o lazer em contextos de medidas socioeducativas no Brasil. *LICERE*, 23(4), 249–277.

Pateman, C. (1970). *Participation and democratic theory*. Cambridge University Press.

Politécnico do Porto. (2024). *Despacho SAS/ADM-02/2024: Candidatura a alojamento – Ano letivo 2024/2025*. <https://www.sas.ipp.pt/>

Público. (2024). Faltam camas para estudantes: Só 32% das necessidades estão garantidas. <https://www.publico.pt/2024/07/25/p3/noticia/faltam-camas-estudantes>

Queiroz, R. S. (2023). Assistencialismo e precarização do trabalho. [https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoId\\_2289\\_228964670045121dd.pdf](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_2289_228964670045121dd.pdf)

Ramírez, E. (2009). La investigación educativa. *Comunicación cultura y política*, 1(1), 11–14.

Rosa, S. E. D. (2014). Não neutralidade da ciência–tecnologia: Problematizando silenciamentos. *CTS*.

Sagredo, A. V., & Jara-Coatt, P. (2018). El paradigma socio-crítico y su contribución al prácticum en la formación inicial docente. Universidad Católica de la Santísima Concepción. <https://bibliotecadigital.oducal.com/Record/ir-25022009-2509>

Santos, B. de. (2002). Democracia e participação: Por um novo sentido comum. *Estudos Avançados*, 16(46), 65–88. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000100005>

Serrano, G. P. (2008). *Elaboração de projetos sociais: Casos práticos*. Porto Editora.

Serviços de Ação Social do P. Porto. (2024). *Regulamento Geral das Residências*. <https://www.sas.ipp.pt/>

Shils, E. (1981). *Tradition*. University of Chicago Press.

Spradley, J. P. (1980). Participant observation. Holt, Rinehart and Winston.

- S Stephanou, L., Müller, L. H., & Carvalho, I. C. C. (2003). *Guia para elaboração de projetos sociais* (2ª ed.). Sinodal / Fundação Luterana de Diaconia.
- Stevenson, N. (2002). 'Identities: Traditions and new communities' – A response. *Media, Culture & Society*, 24(5), 797–801. <https://doi.org/10.1177/016344370202400505>
- Timóteo, I., & Bertão, A. (2012). Educação social transformadora e transformativa: Clarificação de sentidos. *Sensos*, 2(1), 11–26. <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/6296>
- Universidade do Porto. (2008). Antigos estudantes ilustres da Universidade do Porto. <https://sigarra.up.pt/>
- Universidade do Porto. (2024). Vida estudantil – Alojamento. <https://www.up.pt/portal/pt/viver/vida-estudantil/alojamento/>
- Veiga, S. (2009). *Palcos de conhecimento. Espaços de transformação* [Tese de doutoramento, Universidade de Évora]. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/11860>
- Veiga, S., Timóteo, I., & Monteiro, H. (2020). O lugar da ética em educação social. In I. Nascimento & P. Neto (Orgs.), *Ensaio sobre ética e investigação em psicologia e em educação* (pp. 29–36). Legis.
- Veríssimo, A., Costa, R., Gonçalves, E., & Araújo, F. (2011). Níveis de stress no ensino superior. *Psicologia e Educação*, 12(1), 41–48.
- Wenger, E. (1998). *Communities of practice: Learning, meaning, and identity*. Cambridge University Press.

# APÊNDICES

## APÊNDICE I – LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO DAS RU

Legislação	Ano	Conteúdo chave
Decreto-Lei 127/76	1976	Marca o início do envolvimento institucional dos estudantes após o 25 de Abril
Lei 33/87	1987	Reconhece autonomia e representação das associações estudantis nas IES
Decreto-Lei 14/2022	2022	Regula instalação e gestão das RU com consulta e participação estudantil
Portaria 35-A/2022	2022	Especifica normas técnicas para as residências universitárias

Decreto-Lei n.º 127/76. Diário da República, Série I, n.º 36, p. 316.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/127-1976-506667>

Lei n.º 33/2023. Diário da República, Série I, n.º 139, p. 3.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/33-420231>

Decreto-Lei n.º 14/2022. Diário da República, Série I, n.º 9, p. 3.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/14-2022-177583957>

Portaria n.º 35-A/2022. Diário da República, Série I, n.º 10, 1.º Suplemento, pp. 4–35.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/35-a-2022-177687478>

## APÊNDICE II – TENTATIVA DE ENTREVISTA AO SAS

Na sequência de uma abordagem prévia com as técnicas do SAS, foi-me informado que seria mais eficaz enviar uma entrevista via correio eletrónico. Uma vez que o pedido não teve retorno, foram feitas 3 tentativas de contacto telefónico sem sucesso.

Email enviado dia 20-03-2025:

Exma. Eng. [REDACTED]

Espero que esta mensagem a encontre bem.

Na sequência do estágio realizado na [REDACTED] venho por este meio solicitar o seu esclarecimento relativamente a algumas questões que gostaria de analisar no relatório final de projeto. Agradeço, desde já, a sua disponibilidade para responder.

1. Sendo a Residência localizada numa zona fortemente afetada pela especulação imobiliária, com impactos significativos na dinâmica do local, qual é a perceção do [REDACTED] e dos SAS sobre esta realidade?
2. A manutenção de uma residência de pequena dimensão no centro histórico contribui para preservar a tradição académica e o espírito identitário da cidade do Porto. Considera que a [REDACTED] desempenha um papel relevante nesse sentido, sobretudo face ao crescente fenómeno de gentrificação?
3. A residência destina-se exclusivamente a estudantes do sexo masculino. Esta escolha foi deliberada? Alguma vez foi ponderada a possibilidade de torná-la mista? Se sim, que conclusões foram retiradas dessa reflexão?
4. Apesar da crescente procura por alojamento estudantil público, a [REDACTED] continua a apresentar vagas por preencher. Que fatores poderão justificar esta situação?
5. No último ano letivo, verificou-se uma alteração significativa na dinâmica social da residência, resultante de uma rutura nos laços previamente estabelecidos (ainda que alheia à responsabilidade do [REDACTED]). Como é que o [REDACTED] encara esta questão?

6. Há vários meses que os residentes manifestam preocupações relativamente à necessidade de melhorias no espaço da cozinha, no piso e, sobretudo, no serviço de internet. Existem planos ou medidas previstas para responder a estas reivindicações?
7. Os residentes mantêm um vínculo próximo com a funcionária responsável pela limpeza, que, no entanto, se encontra com um contrato precário. O [REDACTED] já ponderou a possibilidade de integrar estas profissionais nos seus quadros, evitando a necessidade de recorrer a outsourcing?
8. Como imagina a Residência [REDACTED] dentro de 10 anos?
9. No exercício das suas funções, houve algum aspeto relacionado com esta residência que a tenha surpreendido de forma particular?
10. Existe mais alguma outra consideração que considere relevante sobre este tema?

## APÊNDICE III – RESIDENTES BOLSEIROS E NÃO BOLSEIROS

Ano letivo:	Nº de Bolseiros:	Nº de não Bolseiros:	Total:
2011/12	10	6	16
2012/13	12	6	18
2013/14	14	4	18
2014/15	17	1	18
2015/16	13	5	18
2016/17	17	1	18
2017/18	16	2	18
2018/19	16	2	18
2019/20	14	4	18
2020/21	10	6	16

2021/22	11	4	15
2022/23	9	6	15
2023/24	12	1	13
<b>TOTAL</b>	<b>171</b>	<b>48</b>	<b>219</b>

(SAS, 2024)

## APÊNDICE IV – DIÁRIO DE BORDO “OS JANTARES”

### Jantar 1 – O arranque

Todo o processo de organização do dia de jantar de “arranque do projeto” começou por uma simples conversa de WhatsApp, onde se perguntava qual era o dia em que os residentes iam estar disponíveis. A princípio, parecia uma tarefa simples, mas rapidamente se tornou numa chuva de mensagens. Depois de um alongado debate, que envolveu desde o dia em que tinham aulas, o dia em que iam para as suas casas, saídas combinadas com colegas do curso ou outros amigos, ou até mesmo disponibilidades variadas, chegou-se finalmente a um consenso: ficou marcado para uma quarta-feira à noite.

Agora que tínhamos um dia marcado, o próximo passo foi mesmo planear o que cada um iria trazer para esse mesmo jantar, de acordo com os gostos e disponibilidades financeiras de cada um de nós. Fizemos um levantamento prévio do que uns e outros gostavam de comer e para ser honesto, do que dava menos trabalho. Tentamos sempre garantir que houvesse diversidade para que toda a gente tivesse o que comer. Depois de algumas mensagens e *sitckers* de Whatsapp com alguma piada, chegámos a um menu simples, fácil e eficaz: pizza, rissóis e batatas fritas para a toda a gente. Compramos várias pizzas para garantir que os ingredientes eram de agrado geral.

O jantar ficou, então, marcado para as 19h00, na sala de estar. Contudo como bons portugueses que somos, chegamos atrasados. Entre os que demoraram a chegar e os que precisaram de mais tempo para preparar o que iam levar, apenas por volta das 19h20 é que todos os 13 estávamos finalmente reunidos e prontos para comer. Assim que nos sentámos à mesa, o tema principal da conversa foi, naturalmente, a comida. Discutimos as nossas preferências e abriu-se o então monumental debate acerca do ananás na pizza, que se alargou ao debate de quem é que coloca o leite primeiro ou depois dos cereais.

Num primeiro momento, a conversa aparentava ser monotemática acabando por estar a girar e a se debruçar apenas em torno do jantar em si, mas rapidamente alastrou-se para outros temas. Falámos sobre as nossas aulas e respetivas faculdades, as dificuldades dos exames que se aproximavam, praxe e o velho debate se a condenamos ou não (para minha

felicidade, a maioria condena e não fazia parte), histórias do dia a dia, desabafos amorosos, e até sobre planos que cada um tinha para as férias de Natal – alguns ficaram contentes por descobrirem neste jantar que iam ter o seu colega de quarto fora por uns valentes dias o que permitia que esses mesmos residentes pudessem trazer visitas mais à vontade.

À medida que a noite avançava e alguns começaram a despedir-se uns dos outros e a voltar para os seus quartos, até que alguém teve a ideia de começar uma sessão de karaoke. No início, alguns estavam bastante tímidos, mas bastou uma primeira canção “Baile de Verão – José Malhoa” para que todos se sentissem mais à vontade. Aos poucos, a sala foi-se enchendo de vida. Canção atrás de canção (essencialmente, numa fase inicial, clássicos do pimba português).

Existiram ainda algumas interpretações mais emocionadas de baladas clássicas e músicas em inglês. A certa altura, alguém decidiu desligar as luzes e ligar os “piscas-piscas” que tínhamos lá guardados na arrecadação junto à árvore de Natal, e ligar as lanternas dos telemóveis, de repente já estávamos num concerto!

Este jantar provou como a socialização dentro da residência pode ir além da mera partilha de um espaço físico, e o que mais me surpreendeu foi o facto de ser completamente espontâneo. No fundo é um balde de água fria, pois a minha preocupação era planear uma atividade muito estruturada para falar do projeto, mas confiar no processo foi bem mais relevante. O karaoke funcionou como um catalisador para a aproximação entre os residentes, proporcionando um espaço onde todos se pudessem divertir sem julgamentos. Acredito que esta prática de dinâmicas grupais, ao ser integrada na rotina da residência, funciona como um pretexto que facilita a interação entre os residentes, especialmente em momentos iniciais de convivência, quando as dinâmicas sociais ainda estão em formação.

Ao introduzir o karaoke como parte integrante das atividades da residência, torna-se evidente o impacto do espaço enquanto elemento mediador de interações sociais. A sala de estar transforma-se, assim, em mais do que um local de passagem: ela é configurada como um espaço dinâmico, onde os residentes não apenas convivem, mas constroem vínculos que dão continuidade ao espírito comunitário que se quer ter numa residência.

Durante este processo, dei por mim a refletir sobre o impacto do projeto e como estava a ser recebido pelos residentes.

Numa fase inicial, estava um tanto nervoso. Queria tudo a correr na perfeição, principalmente por estar nesta fase tão determinante para o projeto. Já tinha pensando em diversos cenários caso acontecesse X comportamento ou caso ninguém aderisse ou ficasse à vontade com o contexto onde estava, felizmente tudo fluiu como era suposto. Aos poucos, os residentes começaram a perguntar-me mais sobre o propósito do projeto, mas acabei por falar mais sobre o curso e o mestrado em Educação Social, explicando como esta área procura precisamente fomentar a criação de redes de suporte e fortalecer laços.

Fiquei surpreendido ao ver que a conversa sobre a Educação Social despertou o interesse de alguns residentes. Dois deles manifestaram curiosidade acrescida sobre o curso, questionando-me sobre as possibilidades profissionais.

No entanto, ao analisar a forma natural como tudo decorreu e a maneira genuína como as pessoas se envolveram, cheguei à conclusão de que a segunda hipótese fazia mais sentido. A autenticidade das interações e o entusiasmo com que participaram revelaram um interesse real, provando que o espaço da residência pode, de facto, ser um local de partilha e crescimento mútuo. Esta noite mostrou-me mais uma vez que, quando há oportunidade e um ambiente propício a um PES com estes residentes.

## **Jantar 2 – Continuar e estimular**

Ao contrário do primeiro jantar, a organização do segundo encontro foi ligeiramente mais rápida, talvez porque os laços já estavam mais fortes e a confiança no grupo começava a crescer. A marcação foi feita novamente por WhatsApp, mas desta vez o caos foi menor – talvez porque se usou uma sondagem com mais tempo para resposta, ferramenta que, apesar de simples, revelou-se eficaz. O grupo parecia mais à vontade para alinhar na ideia, e o consenso surgiu quase de imediato: sexta-feira à noite, aproveitando que no dia seguinte ninguém tinha aulas cedo.

Estava previsto um grupo de oito pessoas, mas à última da hora um dos residentes avisou que não conseguia comparecer – nada de grave, só um jantar de família fora da cidade. A ausência foi comentada com um leve sarcasmo no grupo ("prioridades duvidosas", disse alguém

a rir). Apesar disso, o jantar aconteceu como planejado, mantendo-se a boa disposição desde o início.

O menu não foi minimamente pensado como da primeira vez (apesar de ter sido bastante simples nesse primeiro jantar). Cada um levou para a cozinha coisas que tinham no seu frigófico e nos respectivos armários, tornou-se um buffet improvisado: sandes de atum, *noodles*, uma travessa de arroz aquecida no forno e até uma embalagem de mini croissants de chocolate fora de prazo. Foi um caos delicioso. A diversidade, se é que se pode chamar assim, gerou várias piadas – alguém sugeriu que aquilo parecia um jantar de X faculdade que depois era rebatido com piadas do mesmo cariz oriundas de pessoas que estudavam nessa determinante faculdade.

Durante o jantar, um dos temas centrais da conversa foi a internet. Mais concretamente, a constante falha de Wi-Fi que afetava várias zonas da residência. Entre queixas e sugestões (a mais efetiva foi fazer uma carta assinada e enviar por correio à gestão do SAS) foi unânime a frustração com a situação. O tema gerou ainda mais risos quando se lembrou que um dos residentes tinha feito download de episódios de uma série só para evitar depender da ligação.

Após o jantar, já com a maioria das pessoas de barriga cheia e bem-dispostas, alguém propôs ver vídeos no YouTube no plasma (via HDMI) – daqueles vídeos absurdos que ganham graça apenas pelo contexto e pelo grupo que os vê. O improvisado deu lugar a um serão prolongado. De vídeo em vídeo, surgiu o clássico “só mais um” e, quando demos por isso, estávamos a jogar cartas às três da manhã, com chávenas de chá com cerveja e os restos dos croissants do jantar que já lá ia a algumas horas.

A noite ficou marcada por momentos que geraram piadas de contexto para vários dias seguintes. Qualquer comida que se fizesse era equiparada àqueles croissants fora de prazo, num tom pejorativo (mas não ofensivo diretamente).

Ao contrário da primeira vez, senti menos necessidade de controlar o rumo do encontro. Já não estava tão preso à ideia de “fazer o projeto acontecer”; estava a viver o projeto. Os residentes não estavam apenas a participar – estavam a apropriar-se da experiência, trazendo a sua própria identidade e tornando o espaço comum num reflexo do grupo. Nesse sentido, este segundo jantar teve menos planeamento, mas talvez por isso mesmo, teve mais vida.

### Jantar 3 – Criar rotina

Se os dois primeiros jantares foram marcados com alguma antecedência, este terceiro surgiu sem qualquer planeamento. Ninguém criou sondagens, não houve discussão de menus nem mensagens no grupo. Foi um daqueles momentos em que tudo simplesmente... aconteceu. A verdade é que, naquele final de tarde, a sala de estar começou a encher-se devagar – um apareceu para estudar, outro para aquecer comida no micro-ondas, outro porque “estava farto do quarto”, e, quando demos por isso, já éramos cinco sentados à mesa, todos com pratos diferentes, a partilhar o espaço como se estivesse combinado.

A espontaneidade do momento tornou tudo mais leve. Rapidamente o ambiente transformou-se num jantar “não oficial”, mas com sabor a ritual. Um dos residentes até comentou: *“isto já é mais jantar comunitário do que os outros dois”* – frase que ficou no ouvido.

Não houve comida coordenada, mas isso não impediu que se partilhassem pequenas coisas – uma colher de arroz aqui, umas batatas ali, um quadrado de chocolate de sobremesa. Foi nesse gesto simples de partilhar o que havia que se sentiu o quanto os residentes estavam mais à vontade uns com os outros. A convivência não era mais uma proposta: era prática.

À mesa, falava-se de tudo: desde *memes* do momento até críticas e piadas sobre professores que alguns residentes partilhavam em comum. As piadas internas (que quem fosse de fora certamente não iria conseguir acompanhar) reinavam, e já se percebia que certos nomes ou frases (“já estás a falhar como o Wi-Fi”, por exemplo) tinham ganho lugar no vocabulário coletivo. O grupo – desta forma – tinha claramente criado uma linguagem e códigos próprios.

A determinada altura, alguém foi buscar cartas, mas nem foi preciso sugerir nada. As coisas aconteciam naturalmente. Já não havia silêncios constrangedores ou uma timidez, individual e de certo modo coletiva, que pautaram uma parte do primeiro jantar. Este terceiro trouxe ao de cima que já havia uma real rotina da RESI. Começávamos a ter espaços próprios de encontro informal – não marcados, mas certamente desejados.

Curiosamente, este tipo de jantar acabou por se repetir muitas mais vezes nas semanas seguintes. Não com a mesma composição exata de pessoas, mas com a mesma lógica:

encontros orgânicos, sem plano definido, onde se come, se fala e se fica por ali até mais tarde, como quem não quer que o dia acabe.

Este tipo de convívio, embora aparentemente simples, carrega um valor enorme no contexto da Educação Social: demonstra que a criação de laços, quando respeita os ritmos do grupo, pode dar origem a dinâmicas com significados que não sejam meramente artificiais.

#### **Jantares 4 e 5:**

Nas semanas seguintes, soube que alguns jantares continuaram a acontecer mesmo estando ausente por motivos de campanha eleitoral — o que, à primeira vista, poderia parecer que eu estava a “ficar de fora”, mas rapidamente percebi que isso era, na verdade, um ótimo sinal. Já me faltavam “episódios” de alguns capítulos destas pequenas histórias da residência, e isso deve-se ao facto de não ter podido estar presente em certos dias. Ainda assim, o grupo seguiu com as iniciativas e manteve o espírito vivo.

Fiquei a saber por mensagens e relatos casuais no corredor que houve mais momentos de jantar, alguns até com jogos ou sessões de filmes a seguir. O mais interessante disto tudo é que já não era necessário um “convite oficial” ou uma organização específica. As pessoas tinham interiorizado a lógica do encontro informal e do uso coletivo da sala. Os códigos já estavam criados, a cumplicidade também.

Este “desaparecimento progressivo da minha figura” como ponto de partida da organização não é sinal de desinteresse, mas de apropriação real da proposta. O grupo já não precisa que alguém diga “vamos fazer isto”. Eles próprios o fazem, porque lhes faz sentido. E isso, dentro do que se pode esperar de um projeto com intencionalidade educativa e comunitária, é talvez a melhor validação possível. O projeto, neste ponto, já não era só um projeto meu. Era deles. Era nosso.

As conversas foram de tudo um pouco e essencialmente de questões do quotidiano, ao ponto de me perguntarem se me tinham de “enviar relatórios” dos jantares onde não estive no

âmbito do projeto – o que levou a um momento um tanto cômico pois respondi de forma “séria” pois achava que era uma pergunta real, mas não passava de uma brincadeira.

## APÊNDICE V – ENTREVISTA DA DONA MARIA

– O que representa para si este espaço?

Ai, menino... esta residência é mais do que o meu trabalho. Isto é como se fosse uma paixão, percebes? Aqui sinto-me útil, sinto-me parte de qualquer coisa. Não é pelo salário, que esse, "prontos"... Não sou só a mulher da limpeza, sou a Dona Maria, e isso vale muito. Aqui ouvem-me, respeitam-me... às vezes até mais do que noutros sítios onde trabalhei a vida toda. Apesar de ter de vos puxar as orelhas muitas vezes. Há dias em que venho cansada, com a cabeça cheia de outros problemas e essas coisas, mas basta um dos meus meninos dar-me um sorriso ou vir perguntar "Dona Maria, como é que se usa isto?" e pronto, já me sinto bem. Aqui sou eu mesma, sem tabús. Eu gosto de trabalhar convosco, vocês em si são mais importantes que o local onde estou. Agora, é claro que o facto de viverem num local mais pequeno, só com praticamente com uma dúzia de pessoas faz com que saiba o vosso nome completo – de todos – o que não consigo saber em outras residências, o que não parecendo, para mim representa muito. Saber quem são as pessoas com quem trabalho e que vejo todos os dias nem é apenas uma questão de respeito mas é também uma forma de fazer com que o meu trabalho seja mais fluído como um todo.

---

– Esta zona do Porto ainda lhe é familiar. O que sente hoje ao voltar aqui todos os dias?

Familiar é... mas diferente. Muito diferente. Antigamente víamos tudo isto cheio de casas velhas com roupa estendida nas varandas, velhotas à janela, vizinhos que gritavam uns com os outros— "Ó Zé! Traz-me um pão!" e era normal, era o nosso dia a dia. Hoje? É tudo muito bonito por fora, mas muito vazio por dentro. Já não conheço muita desta gente que por aqui anda, é só estrangeirada cheia de dinheiro. São prédios com máquinas para por códigos à entrada, turistas a tirar fotos... ninguém sabe quem vive aqui. Mas quando entro na residência... aí sim, parece que ainda há qualquer coisa de vida. Ainda se ouve gargalhadas, ainda se sente o cheiro do meu Porto, ainda há miúdos que perguntam "Dona Maria, como é que está hoje?". Isso dá-me ânimo. Mas ainda sobre a cidade: é como te digo, isto está mesmo diferente, não sei que volta é que isto tem de levar mas sei que tem mudar alguma coisa. A minha mãe ainda vive aqui, e até para ela as rotinas devem ser outras, os espaços onde

ela ia não são os mesmos – e se é difícil para vocês imaginem para uma senhora idosa como ela é. Isto afeta toda a gente no fundo.

---

– **Sente que a residência é, de alguma forma, uma continuação do seu antigo bairro?**  
É, sim senhora. Claro que é diferente, porque são estudantes e vêm de fora, alguns nem sei bem de onde veem, mas no fundo, fazem barulho, fazem comida, andam às turras, riem... parece uma vizinhança antiga, daquelas onde toda a gente se conhece mesmo que só por algum tempo – é como aquelas famílias que só veem no natal mas gostam uns dos outros. E eu, no meio disto, sinto que sou daqui também. Partilho a minha história, falo do que era isto antes, ensino a fazer arroz ou como se curava uma constipação à moda antiga, vocês deviam-me ouvir mais. Há muito a aprender com pessoas mais velhas, apesar de eu não ser velha ainda, atenção...

---

– **Há memórias suas de infância ou juventude que se cruzam com o que hoje vê aqui?**  
Ai tantas... O São João, por exemplo. Antigamente, saíamos todos à rua com alho-porro e martelinhos, fazíamos sardinhas à porta de casa. Fazíamos tantas “coroas”, aquilo era outro mundo, só de pensar, fiz cada uma... Agora vejo estes miúdos a preparar a festa, e eu fico com vontade de ser chavala como vocês, pronta para ir para as curvas. Sabes que eu vivia aqui perto, e olho para estas ruas como quem olha para um álbum de fotos antigo... Mas “prontos”, não sei que te diga mais. Vou ser sempre do Porto, desta zona ou de outra, não importa: sou daqui para sempre. Mas, já agora, eu com a vossa idade estava era a trabalhar – mas no dia do São João não. Mas eu não tinha tempo para planejar grandes festas como vocês querem fazer, eu só aparecia por aí e curtia a noite do São João com os meus amigos. Comprava umas sardinhas, quando tinha local para as assar, e uns martelos antes uns dias e ia os vender, sem grandes cerimónias.

---

– **Já sentiu que algum ou alguns dos residentes a veem como uma figura de apoio?**  
Sim, muitos. Há rapazes e raparigas – neste caso das outras residências também – que me

contam coisas da vida deles, desabafam, perguntam conselhos. Já tive uma menina que chorava por saudades da mãe, e veio dar-me um abraço — disse-me que eu fazia lembrar-lhe a avó. Aquilo ficou-me cá dentro, nunca mais me esqueço. Eu tento sempre estar ali para vocês... Às vezes basta me dizerem um "Então, como anda?" para vocês me abrirem o meu coração. Eu bem sei que posso às vezes parecer má, mas não sou de pedra. E eu ouço o que vocês dizem. Não sei explicar como, mas sinto que sou importante para vocês.'

---

– **Sente que tem um papel importante na integração dos novos residentes?**  
Olha que sim. Quando chegam, estão meio perdidos — não sabem onde é o supermercado, não sabem usar a máquina, não sabem o que é a vida!!! E eu ajudo. Explico, mostro, brinco. Faço com que se sintam em casa, porque também já fui nova e sei o que custa estar num sítio onde não conhecemos ninguém. Sou a mãe, tia, avó desta gente toda! Todos os anos vem gente diferente, mas às vezes os problemas são os mesmos. Digo-lhes onde podem e não podem sair à noite. Também os aviso que beber faz mal, com algum juizinho ainda "vá que não vá", mas agora andarem aí feitos tolos não pode ser. Mas sim, vou fazendo de tudo, muitos deles nem fazer uma cama sabem, eu gosto de ensinar e fazer com que eles expliquem as coisas uns aos outros. Eu devia era trabalhar para a Universidade — olhem o que eu faço é mais que muita gente, mas faço com gosto, atenção.

---

– **Como vê o impacto da saída de moradores na cidade e no bairro onde cresceu?**  
Parte-me o coração. Isto era um mundo, agora é o que se bem vê por aí fora. É bonito, sim, mas sem alma. Os meus vizinhos foram saindo um a um, alguns para a Maia, outros para Gondomar, enfim vou por aí fora. Porque os senhorios queriam turistas. Hoje em dia, a cidade não é para quem cá nasceu, é para quem vem de fora e está cheio de nota. É triste. Estes políticos — por exemplo o Rui Moreira — não querem saber do povo.

---

**– Se pudesse mudar algo na sua relação com esta residência ou com a cidade, o que mudaria?**

Olha... eu gostava era de poder ficar mais. Estar mais tempo aqui em baixo, aqui convosco. Não sirvo só para limpar, mas quem sabe, já vistes o que era eu viver aqui perto? Não tinha que ser bem nesta rua, mas pronto, aqui perto. Mas pronto, quem é pobre tem limites e vai ter sempre as suas asas cortadas, e às vezes sinto que fico sem chão ao pensar que já não posso viver aqui e que esta cidade já não é do povo. Se pudesse mudar alguma coisa, era isso – queria ter um cantinho meu aqui, mais fixo, mais seguro, sentir que isto também é meu sem estar sempre para trás e para frente e a ir a tantas residências.

E quanto à cidade... ai filho... eu só queria poder voltar atrás no tempo. Ouvir os miúdos a brincar no passeio, saber que se alguém precisa, a gente está lá. Agora é tudo feito para turista ver, tudo a correr, cheio de malas e câmaras para tirar fotos, tudo com pressa – até parece que vão perder o comboio. Se pudesse mudar alguma coisa... era isso: queria ter ficado, sem nunca ter sido despejada por aquele palhaço, como eu, veio embora muita gente. E eu sei que há pessoas que viviam naquele prédio que ainda ficaram numa situação bem pior do que a minha. Ninguém quer ser corrida do local onde mora. Queria poder sair do prédio, virar à esquerda e ir ao café como antigamente ia, e não ver uma loja dessas dos indianos, que parecem cogumelos, com imanes e luzes que até fazem mal aos olhos. Queria que o Porto deixasse de ser só bonito para quem vem de fora. Mas olha, enquanto estiver aqui convosco... vou segurando o pouco que resta. E isso, ninguém me tira.

---

**– Que desejos tem para os estudantes que aqui passam?**

Que nunca se esqueçam de onde vieram, nem de quem lhes deu a mão quando chegaram, muito respeito pelos vossos pais que fazem tudo e um par de botas para vocês estudarem. Que tenham sucesso, claro, mas que sejam boas pessoas. Que cuidem uns dos outros, e que levem um bocadinho da RESI convosco. Se levarem um bocadinho de mim, também fico feliz.

## APÊNDICE VI – INICIATIVA DE MENTORIA DO SAS

### Email de correspondência enviado pela IES 1:

Caro/a estudante, alojado/a na RU

Os Serviços de Ação Social do [REDACTED] pretendem retomar o Programa [REDACTED] Residências de Estudantes, tendo como objetivo promover a integração e acompanhamento dos/as novos/as estudantes alojados nas suas residências.

Ser Mentor/a é fazer a diferença na vida académica e social dos/as novos/as colegas, apoiando-os/as quer na vivência das novas experiências por que estão a passar e na gestão do conhecimento académico, quer na valorização das novas interações pessoais que se vão estabelecendo.

Nesta relação de interajuda ambos beneficiam!

A participação voluntária no Programa, além de promover o desenvolvimento pessoal, o sentimento de bem-estar pessoal e de pertença à comunidade, assim como o espírito de cidadania, permite a obtenção de menção da participação no Programa no Suplemento ao Diploma, a conferir no final do curso.

### Email de correspondência enviado pela IES 2:

No seguimento da nossa 1ª sessão presencial nas Residências e para dar continuidade às atividades do [REDACTED] iremos realizar uma **sessão online, na próxima quinta-feira, dia 20/03, pelas 19h.**

Gostaríamos muito de poder contar com a tua presença e preciosa colaboração, para podermos continuar esta caminhada de co-construção deste Programa contigo e com os/as teus/tuas colegas!

#### Email de correspondência enviado pela IES 3:

Olá,

Estamos a reunir um grupo de estudantes para os **Focus Groups**, onde vamos definir as regras, responsabilidades e boas práticas para que este programa seja um verdadeiro sucesso!

Esta é a tua oportunidade de partilhar ideias, sugerir melhorias e ajudar a criar uma comunidade mais conectada e acolhedora.

A tua voz conta – junta-te a nós e faz a diferença! 💡👥

#### Email de correspondência enviado pela IES 4:

Olá!


Queremos te lembrar que ainda está ativa a possibilidade de se inscrever no nosso Bootcamp! Será um evento único e a tua presença é essencial.

Entre o 30 de abril e 1 de maio, convidamos-te a participar num bootcamp de 24 horas cheias de diversão, dinamismo e convívio com outros/as estudantes das Residências SAS [REDACTED]!


📍 Onde? Pavilhão de Desportos [REDACTED]

🕒 Quando? Das 18h do dia 30 de abril até às 18h do dia 1 de maio de 2025



 Todas as refeições ficam por nossa conta!

 Só precisas de trazer o teu saco-cama e colchão

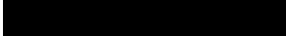
 Depois do jantar, há DJ para animar a noite!

 No dia seguinte, contamos com dinâmicas incríveis para te divertires e conheceres novas caras

Não deixes escapar esta oportunidade única de viver algo diferente!

 Inscreve-te já aqui: 

Contamos contigo!

A equipa 

## **Diário de Bordo – Bootcamp**

**30 de abril a 1 de maio de 2025**

A participação no Bootcamp foi uma boa oportunidade para viver a residência para além das suas quatro paredes – desta vez, num contexto coletivo e mais alargado com outros residentes oriundos de outras residências. Compreendi que muitos dos residentes partilham os mesmos anseios que da minha RU: principalmente a crónica problemática da internet.

Fui acompanhado por um colega da residência e, juntos, levámos connosco mais do que sacos-cama e colchões: levámos ideias e vontade de partilhar. Logo à chegada ao Pavilhão de Desportos, fomos recebidos por uma equipa de animação sociocultural. A tarde começou com jogos e dinâmicas leves de integração. Já ao final do jantar, com o som do DJ a embalar o convívio, aproveitámos para nos aproximar de residentes de outras RU e conversar sobre o

funcionamento das comissões de residentes. Foi um momento bastante informal, mas com conteúdo denso. Partilhámos várias formas de dinamizar e horizontalizar a participação dos residentes, relatando o que temos feito na nossa residência, sobretudo em torno da preparação do São João – desde as reuniões informais, a mobilização dos mais antigos, a criação do grupo de WhatsApp, os jantares e a forma como isso pode ser um bom exemplo de participação.

Houve muita curiosidade sobre estas práticas, especialmente de colegas que sentem que as suas comissões funcionam de forma muito institucionalizada ou pouco participativa da mesma forma que a nossa. Aproveitámos esse interesse para depois discutir com a equipa do SAS como é possível tornar a comissão um espaço mais aberto, representativo e horizontal, contrariando a ideia de que ela serve apenas para "cumprir funções" ou "representar sem escutar". Como esta equipa que animava o evento não trabalha diretamente para o SAS – mas sim colabora neste projeto em específico – o entendimento das nossas questões foi um tanto mais rico, no sentido em que a percepção de compreensão dos nossos anseios pareceu-nos maior. Esta equipa comprometeu-se a avaliar o que dissemos de forma a implementar no próximo ano letivo alterações nas dinâmicas das RU desta IES, também por via do programa de mentorias.

Acabámos, ainda, por sugerir que o SAS incentivasse mais momentos inter-residências como este, mas também fóruns onde as críticas e ideias possam ser ouvidas de forma mais estruturada. No final, sentimos que a nossa participação foi muito mais do que uma mera participação de "mais um evento" do SAS. Serviu para abrir brechas numa organização que muitas vezes parece fechada, e perceber que há outros colegas dispostos a transformar os seus contextos – desde que lhes seja dada a palavra. Voltei para casa com o cansaço do saco-cama, mas também com a energia renovada por ter podido, finalmente, discutir a residência como um espaço mais vivo. Consegui ainda partilhar a experiência com os demais residentes nos dias seguintes, e fiquei com a sensação que de grosso modo estes teriam interesse de participar em iniciativas futuras com vista a voltarem a reivindicar questões inerentes à CR e demais necessidades físicas e estruturais da RESI.

## APÊNDICE VII – SÃO JOÃO

### 1º Encontro (maio de 2025):

A primeira conversa de preparação do S. João decorreu de forma informal, num final de tarde, onde alguns residentes se começavam a agrupar na sala comum. Sem necessidade de grandes convocações, bastou uma breve conversa de corredor e algumas mensagens no grupo para que, pouco a pouco, se juntasse um número considerável de participantes – maioritariamente estudantes do primeiro ano, mas também alguns dos mais antigos, como eu e o Residente A, cuja permanência prolongada na residência já nos confere outro tipo de pertença e responsabilidade sobre esta matéria.

O pretexto da conversa era discutir possíveis ideias para atividades conjuntas no âmbito do projeto, mas, desde o início, ficou claro que o São João se impunha como tema natural. Para aqueles que já vivam cá há mais anos, a vontade de organizar a festa deste ano era mais que um mero olhar sobre a organização, mas por outro lado um assunto do domínio do afeto.

A proposta foi recebida com entusiasmo por todos os presentes, apesar de ter sido acompanhado de algumas reticências e inquietações por via de um certo desconhecimento de como teria corrido em anos anteriores. Os residentes mais novos demonstraram curiosidade e vontade de participar, embora alguns manifestassem reservas relativamente a “regras” e possíveis limitações impostas pela administração da residência. Notou-se uma tensão entre o desejo de pertencimento e o receio de transgredir normas tácitas ou explícitas – algo que é compreensível, tendo em conta que muitos deles ainda se encontram num processo de adaptação ao espaço e às suas dinâmicas. Ainda assim, a proposta acabou por mobilizar bastante vontade, especialmente entre aqueles que nunca tinham experienciado o São João no Porto.

No decorrer da reunião, surgiu a proposta – com os quais todos acabaram por concordar – de convidar a Dona Maria para integrar a organização de tudo o que se iria organizar. Paralelamente, pareceu uma boa ideia envolver antigos residentes no processo, o grupo reconheceu também a importância de quebrar a lógica geracional que poderia ser fechada se

estes não estivessem lá naquele dia, promovendo uma sensação de continuidade e de reativar alguns laços que poderão estar mais distantes.

À medida que a reunião se desenrolava, a informalidade e descontração da conversa permitiram que várias ideias fossem surgindo de forma orgânica: desde a decoração do espaço com balões e bandeirinhas, à partilha de pratos típicos, a discussão do preço das cervejas e também a possibilidade de vender comida e claro: a playlist da música a passar nesta noite. Mais do que um plano fechado, o que se gerou foi uma vontade comum de construir algo em conjunto, de retomar uma prática comunitária que ultrapassasse o simples divertimento e se afirmasse como espaço de encontro.

Esta reunião não foi apenas o início da preparação de uma festa: foi, acima de tudo, a ativação de uma energia coletiva que poderá servir de base para outros processos de reapropriação do espaço – uma vez que surgiram já ideias para a próxima passagem de ano.

A forma como os residentes se posicionaram – entre o entusiasmo, a curiosidade e a prudência – foi também um sinal importante para a construção do projeto. A celebração do São João, com tudo o que ela implica em termos de memória, pertença e expressão coletiva, poderá funcionar como ponto de partida para esse percurso. Esta primeira reunião acendeu uma faísca: agora cabe-nos alimentá-la.

## **2ª encontro (início de junho):**

A segunda reunião aconteceu de forma ainda mais espontânea do que a primeira – apesar de estar para ser marcada há bastante tempo. Depois do jantar, alguém sugeriu "Vamos só conversar um bocadinho lá fora", e em menos de nada já éramos sete – entre residentes atuais e antigos (que por acaso tinham ido lá jantar).

Foi um diálogo onde todos pareciam estar descontraídos e confortáveis, precisamente por isso, foi altamente produtivo. Findos cerca de dez minutos, a decisão mais prática estava já materializada: um residente criou logo um grupo de WhatsApp dedicado à organização do São João – pois o outro grupo de residentes que já existia desde o início do ano letivo não tinha neles

contido nem os antigos residentes nem a Dona Maria. Logo ali, enquanto passávamos o telemóvel de mão em mão para garantir que todos entravam no grupo, começou uma chuva de mensagens:

– “Quantas grades de cerveja compramos, ou melhor, fará sentido comprar antes latas do que minis, (...) vemos o preço ao litro ou vamos apenas e somente pela quantidade?”

– “Bifanas: quem sabe fazer? Fica caro? Dará muito trabalho? Sardinhas toda a gente faz!”

– “Vamos por “pimbalhada” nas alturas toda a noite?”

– “Dividimos os turnos para ir buscar as coisas, chamamos uma empresa para nos vir cá trazer tudo o que encomendamos?”

A conversa crescia no grupo, mas também à nossa volta, com gargalhadas e histórias a aparecerem como se estivéssemos numa espécie de ensaio da própria festa. Um dos antigos residentes contou um episódio com turistas perdidos e bastante embriagados, que entraram na casa convencidos de que era um bar com casa de banho pública. Isso lançou a proposta meio em tom de piada, mas logo levada a sério:

– “E se cobrarmos 1€ para os turistas usarem a casa de banho? Eles estão “carregados dele!”

Alguém, já de olhos semi-fechados de tanto rir, contrapôs:

– “Mas temos de fazer uma comparação de preços! Vamos ver quanto cobram nos cafés. E podemos oferecer um pacote: casa de banho + selfie com um martelinho.”

A ideia ficou em cima da mesa, para ser afinada. Foi combinado pesquisar alternativas e até ver se conseguimos imprimir um cartaz com “WC VIP – 1€” e uns tantos outros com piadas alusivas ao São João. Este assunto gerou algum debate na medida em que alguns estudantes tinham medo de colocar preços à vista com medo de represálias da polícia. Um dos residentes mais velhos explicou que a polícia nesse dia finge não ver nada e deixa as pessoas viverem as suas vidas e fazerem os seus pequenos negócios sem grande dor de cabeça. De qualquer das

formas, o grupo estava seguro que caso houvesse algum problema a Dona Maria “atravessava-se” como fez em passados “São Joões” com pessoas bastante embriagadas.

Um outro assunto em debate foi a questão da compra (ou não) de sardinhas. Surgiu então a ideia de ir falar com o vizinho do lado, dono do Restaurante (que segundo os mais antigos tem um assador nas traseiras da sua casa). Ficou decidido que dois de nós o iriam abordar no fim de semana.

As rondas para as compras começaram a ser pensadas de forma prática: dividir por dias e por pessoas com disponibilidade e carro (que sou eu tenho). Já há quem se voluntariou para ir ao supermercado grande da periferia, onde a cerveja fica mais barata e as grades cabem melhor no porta-bagagens. Um momento importante da noite, e que selou o espírito coletivo da coisa, foi quando se falou no lucro da festa. Ficou decidido, sem qualquer discussão, que todo o lucro será repartido por todos os que participarem na organização e nas tarefas durante o evento.

Já passava da meia-noite quando a reunião terminou — ou melhor, se dissolveu em música baixa vinda de um telemóvel e planos para experimentar o molho das bifanas no fim de semana. Uma das coisas mais bonitas da noite foi ver os antigos residentes a partilharem memórias de outros “São Joões” na resi. Um deles contou:

— “Há uns anos, pendurámos bandeirinhas da janela até ao prédio da frente... um dos vizinhos até trouxe caldo verde às 2 da manhã, porque dizia que o cheiro das sardinhas estava a provocar!”

Outro acrescentou:

— “O São João sempre foi o nosso dia de virar a casa do avesso, no bom sentido. Uma forma de mostrar que, mesmo em rotinas exigentes, podemos criar tempo para viver juntos.”

Essas partilhas trouxeram um certo sentimento de continuidade, quase como se a residência fosse um organismo vivo, com uma memória coletiva que se atualiza e se renova todos os anos.

Houve também quem fizesse perguntas mais práticas no grupo de WhatsApp, como:

- “Vamos aceitar MBWay para as cervejas?”
- “E se alguém quiser ajudar mas não puder estar na noite da festa?”
- “Quantas grelhas precisamos mesmo para fazer as bifanas?”

Cada uma dessas perguntas foi acolhida com respostas rápidas e emojis de sardinhas. No fim, quando já só erámos uns três (já cheios de sono), sentados no chão da sala acompanhados de garrafas vazias de cerveja e umas tantas ideias soltas, alguém resumiu o sentimento entusiasta perante o São João:

– “Não é só sobre fazer uma festa. É sobre fazer isto juntos. Aqui, nesta casa, com estas pessoas.”

E foi isso que ficou da segunda reunião: a certeza de que, com cervejas, bifanas, sardinhas, antigos e novos, há algo de muito mais profundo a ser construído.

### **Dia do São João:**

Acordámos com aquela mistura de entusiasmo e ligeira confusão típica dos dias em que algo diferente está para acontecer. Três dos residentes (comigo incluído), acordamos bastante animados – apesar do sono, tendo em conta as conversas até a madrugada da noite anterior –, fomos, depois do pequeno-almoço, de carro ao supermercado mais próximo para começar as compras (já que a lista era grande): carne para os grelhados, cervejas e o essencial para garantir que a noite de São João corresse como combinado. Mas, para não variar, nestas pequenas aventuras, rapidamente apercebemo-nos de que o primeiro supermercado não tinha a carne nas quantidades que queríamos. Isso obrigou-nos a percorrer mais dois ou três espaços comerciais até conseguirmos reunir tudo o que era necessário. A viagem ficava menos penosa tendo em conta a relativização do ridículo de termos deixado tudo para comprar à última da hora.

Enquanto isso, na RESI, outros residentes começaram a movimentar-se também. Uns trataram de ir buscar o pão, outros já estavam atentos ao gelo. Havia também quem limpasse e arrumasse o espaço comum, preparando-o para acolher não só os residentes, mas também os

vizinhos, turistas e ex-residentes que costumam visitar nesta altura. Havia uma certa leveza na forma como as tarefas se dividiam — sem grande planeamento prévio, mas com um sentido de responsabilidade partilhada que foi emergindo.

Por volta das 16h, já estávamos todos reunidos na residência. Começaram a chegar alguns vizinhos, curiosos com o movimento, e a perguntar pelos preços das cervejas, sandes e restantes produtos. Nessa altura, apareceu também a Dona Maria que prontamente se envolveu na organização. Ajudou-nos a definir preços mais ajustados e até fez sugestões em relação à disposição do mobiliário. Reorganizámos o espaço da sala (para que ficasse à nossa maneira e ao mesmo tempo ficasse mais prático para a quantidade de pessoas que iriam acabar por passar no corredor ao longo da noite), incluindo os sofás. Uns queriam os dois sofás encostados à parede, outros preferiam todos os sofás no centro da sala. Gerou-se uma pequena confusão, daquelas boas, que não divide, apenas desperta algumas tensões saudáveis. Acabámos por encontrar um meio-termo (aparentemente evidente: um em cada um dos locais desejados).

Já durante a tarde, o movimento de vendas foi tímido. Apesar de acharmos que as cervejas já estavam frescas e o ambiente bastante convidativo, as pessoas ainda não apareciam em grande número, nem havia sinais que isso fosse acontecer. Alguns vizinhos aproximaram-se e foram dizendo que estavam com a ideia que este ano ia ser um mau ano, o cómico da situação foi que um desses vizinhos veio dizer (depois de uma outra vizinha ter estado connosco) que nos estavam a dizer isso para desistirmos e pararmos de vender de modo que ela vendesse mais. Para além de cómico, gerou alguma cumplicidade com esse mesmo vizinho que durou a noite toda. Todo esse tempo livre permitiu que estivéssemos algum tempo de partilha entre só nós. Sentámo-nos no pátio e entre *minis* e o reforço da colocação de carvão na grelha foram surgindo algumas conversas longas, sobre o momento de vida em que cada um de nós se encontrava. Estamos todos no fim do ano letivo e o São João já suava a nostalgia mesmo ainda estando no processo de arrancar. Falámos sobre as incertezas do futuro, o medo do ingressar no mercado de trabalho, sobre o que vem a seguir, sobre o que nos fez ficar por aqui até agora. Foi um momento bonito. sem pressas nem filtros, como se o São João também servisse para isso: fazer uma pausa nos automatismos do quotidiano.

Uma reflexão que se impôs, quase naturalmente, foi a mudança no modelo de organização deste evento em relação aos anos anteriores. Antigamente, havia um "núcleo duro" – um muito pequeno grupo de residentes que decidia praticamente tudo, de forma algo vertical. Quantas cervejas comprar, a que preço vender, como organizar o espaço. Agora, o processo foi outro. Ainda que sem uma estrutura rígida, houve uma partilha mais horizontal. Todos tivemos voz e tarefa. Cada um acabou por ir fazendo o que podia, ao seu ritmo e de acordo com o seu cansaço, e isso foi sentido como algo novo. Ninguém o disse em voz alta e alguns podem nem ter se apercebido ou refletido sobre esta questão em concreto, mas o sentimento de coautoria e interajuda estava mesmo no ar.

À medida que o sol desaparecia e subiam os balões de São João numa noite que contou com alguma chuva, começaram a aparecer cada vez mais vizinhos e alguns ex-residentes que não estavam na organização. Os mais velhos contavam histórias dos "São Joões" passados referiam que o tempo tinha passado tão rápido e que lhes era estranho verem outros a ocupar aquele espaço, que um dia foi deles. Esta é também a essência deste local: nunca será realmente nosso, mas nunca deixará de ser. A sensação de ver alguém a ocupar as mesmas paredes onde dormimos durante 3 ou 5 anos é estranha, mas é um sinal de que este local é intemporal e que o construímos deixará marcas para os que virão e que no fundo seremos sempre RESI.

A música e os reencontros marcaram o ritmo da noite, ainda que as vendas continuassem escassas. A certa altura, começámos mesmo a temer que o evento gerasse prejuízo, mas no fim, depois de contas feitas com calma, percebemos que, apesar de tudo, não só não houve prejuízo como ainda conseguimos um pequeno lucro: 6 euros para cada um dos envolvidos. Um valor simbólico, claro, mas que acabou por funcionar como sinal de que o esforço valeu a pena – pelo menos para na ressaca do dia seguinte termos dinheiro para irmos a uma cadeia de *fast food*.

## APÊNDICE VIII – DONA MARIA E OS RESIDENTES



Imagem 1 – Dona Maria e os Residentes.

## APÊNDICE IX – AVALIAÇÃO

Para encerrar o presente ciclo de intervenção, convoquei uma roda de conversa com os residentes da RU, com o objetivo de avaliar o processo vivido ao longo do ano letivo no âmbito deste PES. A convocatória foi feita de forma simples, boca a boca, explicando apenas que seria importante que estivessem presentes. A reunião decorreu numa noite de semana precisamente para facilitar a presença da maioria. Apesar disso, nem todos puderam comparecer, mas estiveram presentes cerca de 80% dos residentes, o que por si só já foi bastante significativo e demonstrativo de uma certa adesão ao que se queria debater.

Iniciei a conversa com uma breve introdução, tentando dar um certo tom mais formal à sessão – não no sentido burocrático, mas no de tornar mais claro o propósito daquele momento. Expliquei que aquela roda de conversa visava a avaliação do PES, enquanto espaço de reflexão sobre o que se viveu, se construiu e, sobretudo, sobre o que ficou por fazer. Esta introdução foi recebida com escuta atenta, ainda que em silêncio, o que me permitiu perceber que, apesar de termos criado um espaço confortável ao longo do ano, o momento da avaliação ainda carregava algum peso.

À medida que as intervenções foram surgindo, foram-se revelando diferentes formas de leitura do projeto. Um dos primeiros comentários foi bastante revelador: “Ah, pensei que já tinhas acabado o projeto há uns tempos, isto agora foi tudo mais natural...”. Esta observação, apesar de poder parecer à primeira vista um sinal de desatenção ou desvalorização, foi, na verdade, uma reflexão de outra dimensão (mais estrutural do que me parecia numa fase inicial). Para alguns, o projeto diluiu-se de tal forma na vivência quotidiana que deixou de ser reconhecido como algo externo e começou a ser vivido como parte natural do dia a dia. Ou seja, a ação deixou de ser percecionada como uma intervenção marcada por um calendário ou por “atividades formais” e passou a integrar-se nas rotinas, afetos e interações várias.

Outros residentes, porém, mencionaram explicitamente a intencionalidade das minhas ações ao longo do ano. Foram várias as vozes que disseram reconhecer que estive mais atento, mais preocupado em saber como cada um estava, e mais presente nos momentos importantes da vida da casa. Até houve quem dissesse que por vezes quando as relações estavam mais

tensas (discussões, quezílias, falta de organização na gestão do espaço) ou o ambiente mais disperso e de uma certa forma “frio”, fui alguém que ajudou a recentrar, a facilitar laços e a promover encontros.

Contudo, fiquei com a sensação nem todos pareceram compreender a real natureza do projeto enquanto PES. Um dos residentes afirmou claramente que, para ele, o projeto se resumia aos jantares e ao São João. Apesar de ter gostado muito dessas experiências, admitiu que não tinha percebido o “resto”. Este comentário abriu um espaço importante para reflexão: a dificuldade de transmitir, sem imposição, a intencionalidade pedagógica do projeto.

A certa altura, de forma quase caricata, o grupo começou a debater se me deveria ou não “atribuir uma nota”. A proposta surgiu com alguma leveza, mas logo se transformou numa discussão mais séria: “faz sentido avaliarmos com nota alguém que viveu connosco e esteve connosco?” Foi curioso observar como o grupo, quase por unanimidade, rejeitou a lógica da quantificação, argumentando que este projeto foi algo mais sensível, mais próximo e menos “avaliável” nos moldes em que eles próprios diziam ser avaliados nas suas aulas. A recusa em reduzir a avaliação a um número foi, para mim, uma resposta primordial à pergunta sobre o envolvimento real dos residentes. Demonstraram ali que o que se viveu tinha, para eles, mais valor subjetivo do que instrumental ou mensurável.

No final, o balanço global foi positivo. A maioria dos residentes partilhou a vontade de manter – e em alguns casos houve a vontade expressa de reforçar – o espírito de partilha e convivência no próximo ano letivo (e anos futuros). Paralelamente, surgiram propostas concretas sobre o que gostariam de mudar, como criar rotinas de jantares semanais quando entrarem caloiros, como meio de integração de modo a evitar à partida algum isolamento que estes residentes referem ter sentido. As sugestões de quererem reforçar as reivindicações junto do SAS foram inúmeras e dotadas de uma consciência crítica crescente: uma carta conjunta de reivindicações a ser entregue no início do próximo ano letivo, exigindo melhorias significativas nas condições da residência. Entre os pontos mais debatidos estiveram: a fraca qualidade da internet; a ausência de apoio psicológico específico para estudantes deslocados; as más condições físicas da residência (nomeadamente nos WC e na cozinha); o desejo de que a Dona Maria possa ter um horário mais flexível e adaptado ao seu papel informal e afetivo na casa; a

necessidade de fornecer produtos de limpeza comunitários para facilitar a gestão dos espaços partilhados; e ainda o apelo à criação de espaços mais informais de convívio, como a compra de uma consola de jogos para a sala comum.

Houve ainda uma outra proposta: parar de receber tantos e-mails institucionais sobre eventos das faculdades e incentivar um contacto mais direto, “de vir à RESI e falar com a malta”, como disse um residente. Esta ideia, aparentemente pequena, revela uma vontade de restabelecer formas de comunicação mais humanas, menos mediadas por plataformas ou barreiras tecnológicas — o que, mais uma vez, reforça a importância da presença, da escuta e do encontro na construção de uma comunidade universitária mais próxima.

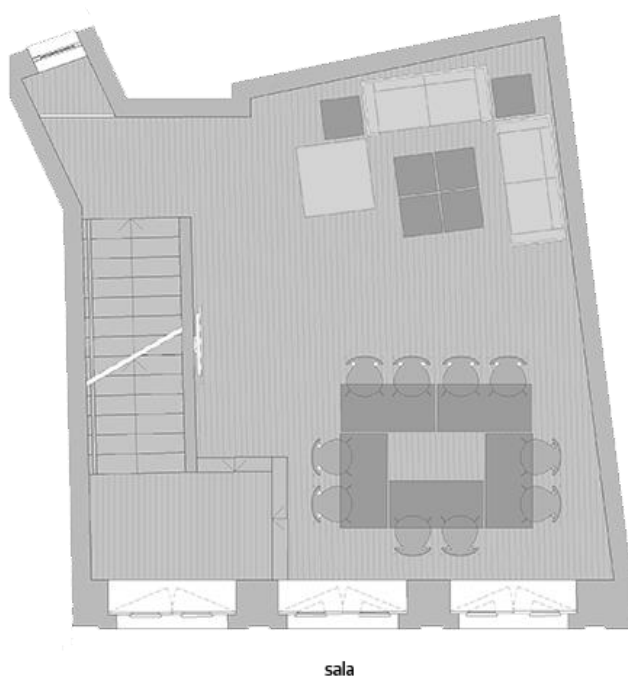
Enquanto Educador Social, esta roda de conversa foi, talvez, o momento mais emblemático de todo o processo: não apenas pela possibilidade de escutar a multiplicidade de olhares, mas sobretudo pela forma como os residentes assumiram a palavra, refletiram sobre o vivido e projetaram futuros possíveis. Mesmo com todas as limitações — tempo, disponibilidade, diferenças de interesse, agendas distintas —, o sentimento coletivo que emergiu foi o de que algo se construiu e de que há vontade de continuidade.

Ficou igualmente evidente que, embora ainda exista alguma resistência (ou mesmo inércia) face a mudanças mais estruturais na organização interna da residência, a ideia de reconfigurar a Comissão de Residentes já germina em alguns. Alguns manifestaram a intenção de assumir a CR no próximo ano, trazendo consigo não uma vontade cega de liderar, mas sim a consciência de que é possível fazê-lo de forma mais participada, mais justa e com menos verticalidade. Isso, creio, já é um indicador claro de transformação.

Esta roda de conversa encerrou um ciclo — mas, mais do que um fim, abriu espaço para um recomeço. A Educação Social, neste caso, mostrou-se não tanto na forma de grandes eventos ou intervenções visíveis, mas no cuidado quotidiano, na escuta persistente, e na criação de lugares seguros para que a palavra circule e o coletivo se reconheça como tal. Foi isso que, naquela noite, fez mais sentido.

# ANEXOS

# ANEXO I – PLANTA



(SAS, 2024)

## **ANEXO II – CRITÉRIOS DE ADMISSÃO**

### **FASE 1:**

Candidaturas: 12 a 30 de junho

Seriação e Análise: 1 a 18 de julho

Divulgação de Resultados: 19 de julho

Aceitação de colocação provisória: 20 a 25 de julho

Apresentação de reclamação sobre a decisão: 20 a 29 de julho

Divulgação dos resultados finais: 30 de julho

### **FASE 2:**

Candidaturas: 26 de agosto a 1 de setembro

Seriação e Análise: 2 a 4 de setembro

Divulgação de Resultados: 5 de setembro

Aceitação de colocação provisória: 6 a 11 de setembro

Apresentação de reclamação sobre a decisão: 6 a 15 de setembro

Divulgação dos resultados finais: 16 de setembro

### **FASE 2 | CTeSP:**

Candidaturas: 7 a 13 de setembro

Seriação e Análise: 14 a 15 de setembro

Divulgação de Resultados: 16 de setembro

Aceitação de colocação provisória: 17 a 20 de setembro

Apresentação de reclamação sobre a decisão: 17 a 22 de setembro

Divulgação dos resultados finais: 23 de setembro

### **FASE 3: \***

Candidaturas: 24 de setembro a 31 de maio 2025

\* - Esta fase só ocorrerá caso se verifiquem camas não ocupadas na 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> fases. Nas candidaturas a realizar nesta fase, o estudante deve, comprovadamente, demonstrar que não reunia condições académicas para se candidatar nas fases anteriores.”

(Politécnico do Porto, 2024, pp 1, 2)

ESCOLA  
SUPERIOR  
DE EDUCAÇÃO  
POLITÉCNICO  
DO PORTO

P.PORTO

**M**

**MESTRADO em Educação e Intervenção Social**  
Especialização em Desenvolvimento Comunitário e Educação de  
Adultos

**RESistências: Inverter os  
Desenraizamentos a partir de uma  
Residência Universitária**  
Eduardo Couto

